



# revista PILARES DA historia

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 11 - edição especial - maio de 2012

ISSN 1983-0963



INSTITUTO HISTÓRICO

**AS NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS EM CURSO NA BAIXADA FLUMINENSE:** Breves Apontamentos sobre uma Nova Geografia da Indústria

**MAMA ÁFRICA:** Identidade e Gênero na Freguesia de São Nicolau de Surui (1739-1752)

**PARQUE DA CONQUISTA:** O Movimento Social na Posse e Formação do Bairro em Duque de Caxias

**RECONSTRUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO EM DUQUE DE CAXIAS NA DITADURA MILITAR:** da Cassação de Tenório Cavalcanti a eleição de Moacyr do Carmo (1964-1966)

**MEMÓRIAS DE UMA JUDIA**

**O FUTEBOL EM DUQUE DE CAXIAS DURANTE A DÉCADA DE 1950**

**UMA HISTÓRIA PARA A HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE:** Reflexões acerca da Produção Historiográfica e das Instituições de Preservação Documental, da Memória e Patrimonial

**CRISE DO ESTADO AUTORITÁRIO E DESCENTRALIZAÇÃO:** o Caso de Duque de Caxias na Transferência da Sede da Prefeitura para o Segundo Distrito

**ENCHENTES NA BAIXADA, APAGÃO DE VIDA**



AH

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO  
INSTITUTO HISTÓRICO



GOVERNO DO  
Rio de Janeiro

SECRETARIA  
DE CULTURA



PONTO de  
CULTURA  
SE PULANDO O BRASIL

Cultura



CULTURA  
VIVA  
CULTURAL ASSOCIAÇÃO  
& MOVIMENTO

Ministério  
da Cultura



GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

**REVISTA PILARES DA HISTÓRIA**  
**ISSN 1983-0963**

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ  
SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL  
DE DUQUE DE CAXIAS  
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO  
INSTITUTO HISTÓRICO

**PRESIDENTE DA CMDC:**

Dalmar Lirio Mazinho de Almeida Filho

**DIRETORA GERAL DA CMDC:**

Ingrid Junger de Assis

**DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:**

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

**PRESIDENTE DA ASAMIH:**

Paulo Christiano Mainhard

**CONSELHO EDITORIAL:**

Alexandre dos Santos Marques

Antonio Augusto Braz

Carlos Sá Bezerra

José Cláudio Souza Alves

Nielson Rosa Bezerra

Marlucia Santos de Souza

Rogério Torres da Cunha

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

**EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:**

Alda Regina Siqueira Assumpção / Angelo Marcio  
da Silva / Diego Lucio Villela Pereira / Diego Thiele  
Canuto / Luiz Felipe dos Santos Junior / Roselena  
Braz Veillard / Suely Alves Silva / Weveston Costa

**LOGOMARCA:**

Guilherme Peres

**CONCEPÇÃO DA CAPA:**

Newton Menezes

**FOTOS / CAPA:**

- Instituto Histórico - 2001/2012. Acervo iconográfico  
sob a guarda do Instituto Histórico/CMDC.

**CORRESPONDÊNCIA:**

Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de Agosto  
Duque de Caxias - RJ

CEP: 25071-140

Telefone: 2784-6947

e-mail: [institutohistorico@cmdc.rj.gov.br](mailto:institutohistorico@cmdc.rj.gov.br)

site: <http://www.cmdc.rj.gov.br/>

# Editorial

**N**Um novo número especial da nossa Revista Pilares da História se apresenta. E, mais uma vez, como decorrência de ser a Associação dos Amigos do Instituto Histórico um Ponto de Cultura estadual, com o projeto "Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro".

A ASAMIH tem muito orgulho de sua condição de Ponto de Cultura estadual. Essa é uma prova inequívoca da posição de destaque que a Associação dos Amigos do Instituto Histórico tem ocupado no cenário cultural de nossa cidade, de nossa região e de nosso estado.

Hoje estamos celebrando também, para o nosso orgulho, uma nova conquista. A Pilares obteve, há pouco mais de um mês, a qualificação acadêmica QUALIS que nos coloca ao lado das mais prestigiadas publicações acadêmicas de nosso país.

Essas conquistas são fruto da filosofia que a ASAMIH e seus associados adotam. Esforço comum em defesa da História e da Cultura de nossa cidade e região; dedicação pessoal que, às vezes, sobrecarrega a vida pessoal de seus participantes; ação em rede com instituições irmãs, como a APPH-CLIO, o IPAHB, o CRPH, o CEPEMHED e o Fórum Cultural da Baixada Fluminense, por exemplo; e, a firme militância política em direção a cobrança de políticas públicas que abriguem as demandas patrimoniais que defendemos.

Sobre essas lutas não custa lembrar que a lei de defesa do patrimônio de nossa cidade, que ajudamos a consolidar, está aí para ser usada (Lei nº 2300, de 16/12/2009) e que também precisamos convencer os gestores públicos de nosso município a criarem condições mais adequadas para que, cada vez mais, possam ser publicadas as pesquisas e produções artísticas e literárias dos moradores da Baixada Fluminense e dos apaixonados pela região, que ainda não encontraram sua devida exposição.

A Pilares vem cumprindo sua missão de ser esse veículo de divulgação. Mas, é necessário que tenhamos companhia nessa jornada solitária. Bom é que se anuncia o retorno da "Hidra de Igoassú", revista patrocinada pela APPH-CLIO que nos precedeu e que agora ressurgiu para nossa alegria. Mas, retomamos a argumentação de que é necessário e urgente que o poder público construa políticas de editais para pesquisas e publicações em maior número possível e de forma mais intensa. Enquanto isso não vem, vamos usufruir o que já tivemos oportunidade de construir. A Revista Pilares da História Especial 2012 apresenta textos de novos autores com suas contribuições. Tenham todos uma boa leitura e venham somar conosco na luta pela cidadania cultural de nossa gente e de todas as periferias de nosso país.



*O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” / Câmara Municipal de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico agradecem o apoio:*

*Dos Autores*

*CRPH*

*Centro de Referência Patrimonial e Histórico  
do Município de Duque de Caxias*

*CEPEMHed*

*Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação  
da Cidade de Duque de Caxias  
e Baixada Fluminense*

*IPAHB*

*Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense*

*PINBA / FEBF / UERJ*

*Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica  
na Baixada Fluminense*

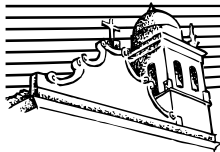
*Fórum Cultural da Baixada Fluminense*

*Amigos do Patrimônio*

*De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se empenham no difícil processo da permanente construção e reconstrução da nossa história.*

*O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de artigos para possível publicação.*

***As ideias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão destes são da responsabilidade dos autores.***



*M*ENSAGEM DO PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

*A cada ano que passa, nosso Instituto Histórico, com o apoio da sua Associação dos Amigos, consegue promover e divulgar a memória histórica e cultural do nosso município e da região da Baixada Fluminense.*

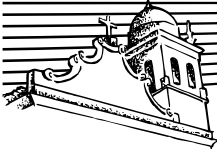
*A Revista Pilares da História tem sido um elemento fundamental para a promoção do nosso patrimônio histórico, artístico e cultural, pois se tornou um veículo capaz de possibilitar o acesso da sociedade a informações preciosas para o alcance da cidadania.*

*Ao divulgar pesquisas e registros sobre a nossa história, assegurando sua preservação, a Revista contribui para que sejam abertos caminhos para uma verdadeira transformação social que, acreditamos, somente virá através da educação e cultura.*

*Assim, incentivamos sempre as ações que sirvam de instrumento para a propagação cultural. Somente através do reconhecimento de nossas raízes, poderemos realizar escolhas conscientes com cidadania, dando acesso às gerações futuras de reconhecer sua diversidade cultural.*

*Mais uma vez, parabênzo o nosso Instituto Histórico! E agradeço o apoio e a parceria da nossa Associação dos Amigos do Instituto Histórico!*

*Dalmar Lirio Mazinho de Almeida Filho*



**ENSAGEM DO PRESIDENTE DA  
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO  
INSTITUTO HISTÓRICO**

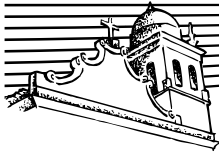
*O principal bem de uma sociedade é a sua cultura que é todo o seu conjunto do fazer, pensar e sentir. Por isso, além de ter caráter erudito, tem também importante expressão social, através do que-fazer, do que-pensar e do que-sentir, enfim todos os grupos e matizes que fazem parte daquela sociedade.*

*A Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, criada como organização de apoio ao desenvolvimento do pensamento e da cultura caxiense, é uma ação que visa à participação, acompanhamento e apoio às atividades do Instituto Histórico.*

*Nossa Associação, mais uma vez, sente-se gratificada por poder colaborar com a produção sobre história e cultura da nossa região, através da publicação desta segunda Edição Especial da Revista Pilares da História, por meio do Projeto “Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro”.*

*Nós da ASAMIH nos sentimos recompensados pelo esforço de todos os estudiosos e pelo minucioso trabalho realizado por todos que nos apoiam. Conclamamos a todos que prossigam neste trabalho infindo que enaltece a cidade e contribui para uma maior tomada de consciência dos nossos valores e identidades.*

*Paulo Christiano Mainhard*



<b>AS NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS EM CURSO NA BAIXADA FLUMINENSE: .....</b>	<b>07</b>
<b>Breves Apontamentos sobre uma Nova Geografia da Indústria</b>	
<i>André Santos da Rocha / Leandro Dias de Oliveira</i>	
<b>“MAMA ÁFRICA”: .....</b>	<b>14</b>
<b>Identidade e Gênero na Freguesia de São Nicolau de Suruí (1739-1752)</b>	
<i>Cristiano Campos Azeredo</i>	
<b>PARQUE DA CONQUISTA: .....</b>	<b>23</b>
<b>O Movimento Social na Posse e Formação do Bairro em Duque de Caxias</b>	
<i>Diego Moreno Alexandre</i>	
<b>RECONSTRUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO EM DUQUE DE CAXIAS NA DITADURA MILITAR: .....</b>	<b>31</b>
<b>Da Cassação de Tenório Cavalcanti a Eleição de Moacyr do Carmo (1964-1966)</b>	
<i>Manoel Henrique de Sousa Cantalejo</i>	
<b>MEMÓRIAS DE UMA JUDIA .....</b>	<b>42</b>
<i>Fernanda Capri Raposo</i>	
<b>O FUTEBOL EM DUQUE DE CAXIAS DURANTE A DÉCADA DE 1950 .....</b>	<b>53</b>
<i>Diego Lúcio Villela Pereira</i>	
<b>UMA HISTÓRIA PARA A HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE: .....</b>	<b>61</b>
<b>Reflexão a cerca da Produção Historiográfica e das Instituições de Preservação Documental, da Memória e Patrimonial</b>	
<i>Vinicius Marcelo Silva</i>	
<b>CRISE DO ESTADO AUTORITÁRIO E DESCENTRALIZAÇÃO: .....</b>	<b>71</b>
<b>O Caso de Duque de Caxias na Transferência da Sede da Prefeitura para o Segundo Distrito</b>	
<i>José Eduardo de Souza Prates</i>	
<b>ENCHENTES NA BAIXADA, APAGÃO DE VIDA .....</b>	<b>82</b>
<i>Fabio Pereira</i>	



## 5 NOVAS DINÂMICAS PRODUTIVAS EM CURSO NA BAIXADA FLUMINENSE: Breves Apontamentos sobre uma Nova Geografia da Indústria<sup>1</sup>

André Santos da Rocha<sup>2</sup>  
Leandro Dias de Oliveira<sup>3</sup>

### Introdução

Nas últimas décadas a metrópole fluminense vem experimentando fortes modificações em sua estrutura econômica. Está em curso um reordenamento territorial da produção e do consumo, o que implica no aparecimento de novos investimentos e / ou incremento de antigas bases produtivas.

A área conhecida como Baixada Fluminense – parte integrante da periferia desta metrópole – vem sentindo os impactos territoriais desta reestruturação. Para entendermos essa lógica de reestruturação econômica e a ampliação das novas dinâmicas de produção e consumo, temos que considerar o contexto da evolução urbana desta metrópole, bem como certos comandos oriundos de mecanismo globais que impõe novas lógicas de produção e articulação produtiva.

Quando apontamos a ideia de reestruturação, entendemos que ela é expressa num contexto do capitalismo avançado como base indutora de transformações sociais e territoriais em curso (SOJA, 1993). No caso específico da Baixada Fluminense, revela-se como faceta das modificações no espaço metropolitano do estado do Rio de Janeiro. Sendo, assim, não é um processo endógeno e restrito a esta área.

Para discutir a reestruturação econômica e urbana na Baixada, é mister pensarmos em uma combinação dialética de desconstrução e reconstrução no sentido de permanência e/ou desmoronamento que se traduz na afirmação de novos sentidos econômicos e sociais, que se traduz espacialmente na consolidação de novas formas-conteúdos (SANTOS, 2002). Neste sentido, uma reestruturação econômica preconiza a emergência de novos espaços de produção e de consumo (CARLOS, 2002). Esses novos espaços de produção e consumo se constituem, na realidade, fruto da própria dinâmica do capital (HARVEY, 2006), mas também dos agentes que operam em práticas e representações na condução da produção destas formas-conteúdo (LEFEBVRE, 1973; CORREA, 1993).

Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar alguns efeitos territoriais da reestruturação produtiva que atinge a metrópole fluminense e conseqüentemente a Baixada. Primeiramente apresentaremos uma breve discussão teórica sobre reestruturação produtiva e seus impactos na construção de uma “nova periferia”, como um novo sentido de representação para essa área. A seguir, apresentaremos elementos sobre a produção desta nova periferia a partir do potencial logístico e a redinamização e fortalecimento dos novos espaços de produção industrial na Baixada.

### O processo de Reestruturação Produtiva e a formação de um “*novo olhar*” para a Baixada

Podemos definir *industrialização* como um processo dominante no qual a produção fabril se torna hegemônica sobre as demais atividades, e passa a exercer influência direta sobre todas as esferas da sociedade, que envolve desde a política e a economia, até a organização social, pois se trata de “*uma profunda alteração*”

<sup>1</sup> O artigo em tela é um desdobramento de pesquisas realizadas junto ao LAGEPPE – Laboratório de Geografia Políticas e Práticas Educativas, cadastrado como diretório de pesquisa junto ao CNPq e vinculado ao Departamento de Geociências da UFRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [Campus Seropédica]; Doutorando em Geografia pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Vice-Líder do LAGEPPE; Bolsista de Doutorado do CNPq. E-mail: asrgeo@ufrj.br

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [Campus Seropédica]; Doutor em Geografia pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; Líder do LAGEPPE. E-mail: leandrodias@ufrj.br.

da *divisão social do trabalho*” (SINGER, 1973, p. 32). “A *industrialização caracteriza a sociedade moderna*” (LEFEBVRE, 2001, p. 03), e altera profundamente a geografia do mundo, em sua materialidade, com novos objetos, e em seu conjunto de movimentos (ações), artificializando o espaço geográfico com próteses territoriais no advento do meio técnico (SANTOS, 2002).

Desta maneira, a industrialização não significa simplesmente o “surgimento de fábricas”: é muito mais abrangente, pois se trata de um processo gestado desde a Revolução Industrial, onde o “sistema de fábrica” (De DECCA, 1986) se torna vitorioso e passa a se aperfeiçoar paulatinamente. Edgar de Decca nos aponta que o “sistema de fábrica” não foi fruto de um grande avanço tecnológico, mas que se constituiu como forma de criação da “sociedade do trabalho” para geração de riquezas para a burguesia ascendente, onde a subserviência à máquina, a separação de funções e mesmo a glorificação do trabalho se tornaram instrumentos de dominação de classe. Se o desenvolvimento industrial é, *a priori*, um processo de acumulação de capital (SINGER, 1992, p. 150), surge consigo uma nova ética industrial, com novos valores éticos e morais de compulsão do trabalho, com a construção da imagem do prazer e do bem advindos do trabalho executado (ANTONACCI, 1993, p. 11).

Contudo, em tempos de globalização e meio técnico-científico-informacional, a retórica neoliberal obteve vitórias contundentes ao obstruir, no âmbito político (e também nas esferas acadêmico-escolar) debates que envolvam a *centralidade do trabalho*, eclipsadas pela celebração da tecnificação que prioriza a efetivação de tecnopólos, *clusters* e *bunkers* industriais, bem como as redes técnicas e comunicacionais. Ainda que a aparência do modo de produção capitalista possa sugerir um decréscimo do trabalho e sua dissolução frente ao aparato técnico-científico, com o “agravamento do homem-máquina” — “*fruto da reificação da informática e do aprofundamento da expropriação de um trabalho fetichizado por conciliar, de maneira alienada, concepção e execução*” (WOLF, 2004, p. 365) — poucas coisas são tão indiscutíveis quanto à centralidade do mundo do trabalho (ANTUNES, 2001; KURZ, 2004; MAÑAS, 2005). Ainda que concordemos com a constatação de José Paschoal Rossetti (1984, p. 39), que aponta que está em curso um “*alargamento da orientação da geografia econômica*”, julgamos necessário empreender a defesa da centralidade do trabalho no processo produtivo, e não permitir que tais reflexões sejam depositadas em relicários conceituais.

A fragmentação industrial após a década de 70 que, por sua vez, conduziu a alterações na própria organização classista do proletariado, enxugando quantitativamente a mão-de-obra e sua participação sindical, criou no trabalhador um caráter multifuncional que não foi acompanhado de benefícios diretos. Este “trabalhador”, tornado *flexível* em seu cotidiano de trabalho e nos seus direitos até então adquiridos, teve sua importância questionada pela capacidade sedutora da técnica, veloz e precisa, como se a mesma fosse resolver todos os problemas da humanidade (HABERMAS, 1983; PORTO-GONÇALVES, 1992; HARVEY, 2008), em uma espécie de “*fetichismo tecnológico*” (BRAGA, 2005). Educado enquanto capital humano (Cf. BLAUG, 1975), o trabalhador observou a diminuição de seus salários, a disputa brutal por postos de trabalho, as demissões em massa, o aumento da carga-horária de trabalho (ANTUNES, 1980), a “falência” das garantias trabalhistas e mesmo um controle direto de seu tempo livre. Também não parece ser coincidência que no momento em que assistimos a um profundo processo de reestruturação produtiva do capital – implicando em uma “deslocalização das fábricas”<sup>4</sup> (WALLERSTEIN, 2003) que passaram a migrar dos países centrais para os periféricos – a poluição atmosférica tenha se transformado em um grande vilão para o futuro da humanidade.

É desta maneira que o processo de reestruturação produtiva atualmente em curso significou uma profunda mudança na própria especialização da industrial. Assistimos um momento de transformação do modelo produtivo-industrial, com base no surgimento de *novos* sujeitos, novas formas de produzir e novas marcas no território. Este modelo produtivo emergente, que podemos denominar *acumulação flexível*, possui características comuns ao Fordismo, mas desconstruiu o antigo padrão de grandes plantas fabris, de cidades operárias, de desenvolvimento nacionalista e de produção em larga escala e em série (OLIVEIRA, 2006). Observamos, na contemporaneidade, a emersão de uma nova Geografia da Indústria, com a emersão de um novo modelo de ordenamento territorial.

<sup>4</sup> Segundo Slavoj Žižek (2009, p. 28), com a deslocalização das fábricas exporta-se o lado sombrio da produção industrial — trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental etc. — para o Terceiro Mundo, ou melhor, para lugares invisíveis ao mundo desenvolvido.



O ordenamento territorial pode ser enxergado como um mecanismo de regulação (BECKER, 1995, p. 295) e estruturação (JUNG, 1972, p. 15) do uso do território, outorgado (VEIGA, 1999, p. 1308), um direcionamento explícito do domínio hegemônico (MOREIRA, 2002, p. 53), e também como uma função pública (NARANJO, 1998, p. 20), dentro de territórios legais, mas de escassa aplicação e implantação. A criação de uma ordem hegemônica implica a constante vigilância para com o *território*, onde o processo de reestruturação é cabal para a manutenção do domínio, mas fica explícito que seu estudo não deve descartar a compreensão das forças resistentes e conflitantes ao processo. Como o próprio significado de território possui concomitantemente a dimensão de natureza enquanto força produtiva e também de poder e organização (QUAINI, 2002, p. 97), entendemos que a reestruturação tem origem multidimensional e alcance multi-escalar, envolvendo as questões políticas, econômicas e técnicas. Além disso, há uma evidente revalorização da dimensão espacial na economia, onde a face territorial do desenvolvimento adquire nova relevância, entre outros motivos, pela potencialização dos recursos naturais da área, a adequação do conhecimento local aos interesses do capital e maior capacidade de planejamento e gestão através de ações territoriais (VEIGA, 1999).

Assim, o atual reordenamento territorial fluminense fundamenta-se em uma correlação que envolve a utilização de novas tecnologias no processo produtivo e também as novas relações sociais, que funcionam como matriz e consequência do processo. Isto porque, para Floriano Oliveira (2003, p. 86), que investiga este processo, a

*identificação dos principais traços das atuais estruturas produtivas das partes do território analisado se faz a partir do entendimento de que tais estruturas são decorrentes tanto da incorporação de recursos tecnológicos, quanto de alterações na organização da produção, quanto, ainda, de ações institucionais e de empresas, para as quais, em geral, convergem, historicamente, tensões e interesses conflitantes.*

Este autor, que estudou com rigor as mutações na estrutura produtiva do território fluminense como pressuposto de uma nova dinâmica na regionalização econômica, mostrou o quanto as relações sociais, econômicas, políticas e técnicas se entrelaçam na investigação de um recorte empírico e como todo este processo tem a intenção de criar um novo ordenamento.

Atualmente, a Baixada Fluminense emerge como novo lócus produtivo, capaz de oferecer um novo vetor de desenvolvimento econômico da metrópole assim como sofrer as consequências de um modelo industrial excludente e segregador. De todo modo, há um “*novo olhar para a Baixada Fluminense*”: nesta nova Geografia da Indústria, esta região se consolida como um novo pólo de produção de riquezas, com a implementação de objetos técnicos-produtivos (e de novas redes densas de contato, em particular, rodoviárias) e a constituição de um novo padrão de desenvolvimento urbano.

## **Potencial logístico e o fortalecimento dos novos espaços de produção industrial da Baixada Fluminense**

A dinâmica industrial na Baixada não é uma nova realidade (SIMÕES, 2007). Segundo Abreu (2006), a instalação de algumas indústrias na periferia da cidade do Rio de Janeiro já era reflexo da divisão territorial do trabalho que tomava a expansão urbana desta cidade: de um lado se revelava pela supervalorização do solo da área central, que se especializava na concentração de serviços ligados ao terciário superior; de outro, pela própria demanda da produção industrial por mais espaços e a um menor custo que fosse viável a sua instalação, o que levará a incorporar os espaços próximos a metrópole.

A Baixada Fluminense como uma periferia direta, posto pela proximidade espacial e por se estabelecer como uma continuidade da realidade urbana desta metrópole (SEGADA SOARES, 1956), serviu de área de expansão das atividades industriais desta Metrópole (ROCHA, 2007).

Oliveira e Rodrigues (2009) destacam algumas características dos projetos industriais que se desencadearam entre 1950 e 1980, que tinham como marca: [a] utilização de grandes espaços, [b] localização próxima a grandes vias de circulação, [c] forte presença do capital do Estado nos investimentos industriais bem como o início de investimentos do capital privado. Nesse período se instalaram muitas indústrias em municípios da Baixada, tendo em vista o posicionamento logístico diante da proximidade de grandes vias e o baixo valor do solo.

Como exemplo, podemos citar as instalações do Complexo Químico da Bayer do Brasil, em Belford Roxo; Parque Industrial de Queimados, Fábrica Nacional de Motores, e a REDUC em Duque de Caxias. É importante ressaltar que esses grandes projetos industriais foram instalados em torno das duas principais vias de circulação que cortam os municípios da Baixada: a BR-040 (Rodovia Washington Luiz) e a BR – 116 ( Rodovia Presidente Dutra).

Nos últimos 20 anos o setor industrial foi dinamizado na região. Esse dinamismo foi impulsionado a partir de investimentos públicos e privados, bem com as novas vantagens competitivas que se instalaram na Baixada, em especial no que tange a dimensão logística. A recente instalação do Pólo Gás-Químico em Duque de Caxias e a expansão das indústrias Cosméticas em Nova Iguaçu, contando com empresas como Embelezer, Niely e Suisse, reforçam o potencial logístico-produtivo desta área. Essa expansão produtiva do ramo dos cosméticos confere à Nova Iguaçu a maior concentração espacial neste ramo na América Latina. Tais dados mereceram destaque em uma reportagem em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro com o título: *“Em expansão: estudo da Firjan revela um crescimento da indústria e do emprego na Baixada”*, contida no caderno especial do Jornal O Dia de 1 de julho de 2007.

Podemos citar alguns fatores que conjugados permitem observar os olhares otimistas sobre a dinâmica produtiva na região:

*[a] Construção e ampliação do porto de Itaguaí com possibilidades de escoar toda produção da região metropolitana, o que inclui os municípios da Baixada, para o mercado nacional e internacional;*

*[b] Instalação da refinaria de petróleo em Itaboraí e do pólo Gás-químico de Duque de Caxias que dinamizam a cadeia produtiva no ramo Petroquímico e seus derivados na região;*

*[c] Instalação da base exploração de Pré-Sal da Petrobrás em Itaguaí, o que dinamiza ainda mais as questões levantadas no item anterior;*

*[d] Construção do Arco-Metropolitano que ligará a Refinaria de petróleo de Itaboraí ao porto de Itaguaí, oferecendo maior fluidez nos transportes de cargas;*

*[e] Ampliação de vias auxiliares na região, como a Via Light (ligará Nova Iguaçu até a Avenida Brasil) e construção da Transbaixada, que perpassará a Via Light até a Rodovia Washington Luiz (BR-040).*

A posição espacial e a disposição de vias de circulação, somados aos investimentos públicos e privados colocam a Baixada no papel de destaque no cenário produtivo no contexto fluminense. O exemplo da construção da Transbaixada que interligará 3 importantes vias de circulação (Avenida Brasil, Avenida Presidente Dutra e Rodovia Washington Luiz), possibilitando maior fluidez e evitar estrangulamentos no trânsito, tornado essa área mais competitiva mediante a sua posição logística, em especial se pensarmos que a construção do Arco-Metropolitano interligará o porto de Itaguaí e perpassará também as vias em questão.

A Transbaixada se consolidará como uma sub-rede viária de conexão para os municípios que não estão sendo diretamente cortados pelo Arco-Metropolitano, mas que estarão conectados em formato de rede. A rede também é uma forma de expressão de poder (FOUCAULT, 1984; 1985) e sua materialidade é base da produção de territórios, de forma que suas dimensões marcam o padrão de competitividade global (CASTELLS, 2011; DUPUY, 1978).

Levando em considerações essas características a FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) aponta um futuro promissor para a Baixada. Em seminários sobre o “futuro da Baixada” realizados em dois municípios (Nova Iguaçu e Duque de Caxias), os planos e projetos para o desenvolvimento regional apontam para o aproveitamento das potencialidades produtivas e logísticas em que a Baixada esta inserida. Em reportagem divulgada pelo site G1, o portal de notícias do grupo Globo, foi destacado a fala de Cristiano Prado, gerente de competitividade industrial do sistema FIRJAN, que apontava que *“a Baixada tem um potencial enorme e vai ser um grande participante desse futuro do Rio de Janeiro”*. Assim, é importante pensarmos como as novas dinâmicas territoriais num plano econômico transformam o sentido sobre a Baixada Fluminense, que tem na fala da FIRJAN uma projeção de desenvolvimento econômico.

Para a FIRJAN, soma-se a oportunidade de ocupação de extensas áreas em torno da Rodovia Presidente Dutra e em torno do trajeto do Arco-Metropolitano. Destarte, a ocupação dessas áreas se daria com a instalação de condomínios industriais, que nas proximidades desta estrutura logística propiciaria uma nova geografia da indústria na região Metropolitana do Rio de Janeiro, colocando em destaque os municípios da Baixada e parte da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo a avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro feita pela FIRJAN (2008) haverá a redução de aproximadamente 20% com o custo de transportes com origem e destino no Porto de Itaguaí, o que colocaria em vantagem competitiva os municípios próximos a estas estruturas logísticas, que no referido caso, os municípios da Baixada Fluminense, em especial os municípios de Nova Iguaçu (15 à 20%), Japeri (15 à 20%), Seropédica (15 à 20%), Paracambi de (10 à 15%) e Queimados (5 à 10%).

De forma geral, as propostas da FIRJAN para a Baixada só têm possibilidade diante da ação coordenada com o poder público (PRADO, 2011). A representação de progresso e desenvolvimento para a Baixada, promovida pela FIRJAN, aponta a necessidade de um reconhecimento tácito e de ações conjuntas nas esferas das gestões municipais. Contudo, percebe-se que há direcionamentos ora oposto, ora concordante entre as gestões municipais e a própria FIRJAN (2011a; 2011b). Que coloca a necessidade de abandonar a velha representação de pobreza e violência para assumir o progresso. Neste sentido, exige-se das gestões municipais ações sobre o ordenamento do território que colabora para a fundação das perspectivas de futuro, visionadas pela FIRJAN.

Entre essas ações são discutidas a revisão de planos diretores, ampliação dos incentivos fiscais, investimentos e infraestrutura para o funcionamento dos futuros condomínios industriais e etc. Ações que incidem diretamente no ordenamento do território e revela com diversos atores influenciam nas questões que envolvem o desenvolvimento territorial (STORPER, 1997; AMIM, 1998).

A necessidade de estabelecer uma representação de progresso para a Baixada revela a legitimidade territorial de apropriação e produção dos espaços contidos nos municípios (ROCHA, 2011). Isso se fundamenta nas ações de tentativa de colaboração com a esfera de gestão dos municípios que são justificadas a partir da necessidade de alimentar possibilidades da gestão produtiva nesta área. Logo, desenhar representações de “futuros para a Baixada” é garantir, também, plataformas para gerir territórios ideais que são condensados na expansão e dinamização de interesses do capital industrial na região.

## Reflexões Finais

A Baixada Fluminense se consolidou, historicamente, como representação de uma área de exclusão econômica e social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Marcada por índices negativos de desenvolvimento econômico e social, e por uma imagem atrelada à violência pela ação de grupos milicianos de amalgamam poder bélico e político, a Baixada Fluminense emerge, entre o final do Século XX e advento do Século XXI, como eixo de alargamento produtivo-industrial e área de expansão urbana, com novos empreendimentos imobiliários e valorização do solo urbano. A Sondagem Econômica do primeiro trimestre de 2007 feita pela FIRJAN apontou a Baixada Fluminense como região de maior crescimento na produção industrial no Estado do Rio de Janeiro. Os estudos da FIRJAN servem para exemplificar a dinamização produtiva na Baixada e a produção de novas representações para esta área.

Assim, o crescimento industrial da região pode ser compreendido através de uma dupla interpretação:

*[1] de um lado, trata-se de um novo padrão industrial com base no regime de acumulação flexível, onde ocorre o barateamento da mão-de-obra, cada vez mais escasseada, uma vez que inúmeros postos de trabalho cedem lugar à tecnologia, e se expulsa os empreendimentos poluidores dos grandes centros;*

*[2] por outro lado, com este vetor de expansão, novas oportunidades surgirão, o que envolve a reformulação do cabedal técnico de seus moradores – e não é por outro motivo o aumento de unidades de escolas técnicas, como as unidades do CEFET Nova Iguaçu e Itaguaí, os campi IFRJ Nilópolis, Paracambi, Duque de Caxias e Mesquita, e ainda as inúmeras unidades FAETEC localizadas em Duque de Caixas, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis e Paracambi – o aumento de postos de trabalho, a diversificação econômica, o investimento em transportes, e ainda, a valorização imobiliária da região, o que já pode ser notado nos altos preços dos imóveis dos grandes centros e ainda na própria renovação estética dos mesmos.*

Contudo, os novos vetores de expansão produtiva na Baixada – que dinamiza também o setor terciário na região – não são capazes de apagar por completo a representação hegemônica sedimentada na violência e miséria, que se reafirma no aprofundamento das desigualdades sociais e na permanência de muitos problemas, no que tange ao desenvolvimento social da região. Neste sentido, apontamos que o desenvolvimento econômico dos municípios da Baixada não foi capaz de superar os problemas sociais que permanecem presentes em muitos municípios da região. Isso pode ser exemplificado no contraste presente no município de Duque de Caxias que se mostra como o 3º município com maior exportação no país, além de ter ocupado em 2000, segundo dados do IBGE, o posto de 6º município com maior PIB no país. Em contraposição a esses dados o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) deste município era relativo à posição 1796. Esses dados exemplificam a questão entre o desenvolvimento econômico e o rótulo de miserabilidade para os municípios da Baixada.

Destarte, analisar este processo em curso é um grande desafio atual, não somente no que tange às novas formas produtivas e as reformulações na cartografia fabril fluminense, mas também para se pensar as potencialidades deste desenvolvimento na região. De fato, nos entremeios desta operação industrial, com os novos condomínios e distritos industriais emergentes, é possível lutar pela melhor distribuição dos recursos e divisão mais igualitária dos lucros obtidos.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- AMIN, A. **An institutionalist perspective on regional economic development**. Economic Research Group Seminar “Institutions and Governance”, London 1-22. 1998.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A Vitória da Razão (?): O Idort e a Sociedade Paulista**. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BECKER, Bertha Koinffman. **A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.
- BRAGA, Ruy. Sociedade Pós-Fordista e Trabalho Cognitivo: grande transformação ou fetichismo tecnológico? In: GALVÃO, Andréa [et. al.] (Orgs.). **Marxismo e Socialismo no Século XXI**. Campinas, SP: UNICAMP / IFCH: Xamã, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do Espaço. In: CARLOS, A.F.A (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CORREA, Roberto L. **Espaço urbano**. São Paulo:Contexto, 1993.
- De DECCA, Edgar Salvadori. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUPUY, G. **Urbanisme et technique, chronique d'une marriage du raison**. França: Centre de Recherche D'urbanisme, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HABERMARS, Jurgens. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: **Benjamin. Habermas. Horkheimer. Adorno. Seleção de Textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A produção Capitalista do Espaço**. 2ª Ed. Annablume: São Paulo, 2006.
- KURZ, Robert. Com todo o vapor ao colapso. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MAÑAS, Christian Marcello. **Tempo e Trabalho: A tutela jurídica do tempo de trabalho e tempo livre**. São Paulo: LTr, 2005.
- MOREIRA, Ruy. O Espaço e o Contra-Espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo. **Território Territórios**. Niterói / RJ:

UFF/AGB, 2002.

NARANJO, Florencio Z. Geografía y ordenación del territorio. In: Óber, Didáctica de las ciencias sociales. **Geografía e Historia**, Barcelona, Nuevas Fronteras de Los Contenidos Geográficos, n.º 16, p. 19-31, 1998.

OLIVEIRA, Alberto de; Rodrigues, Adriano O. Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. **Semestre econômico**. Medelim. v.12, n.24, p.127-143, 2009. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=165013125007>. Data do acesso 11/07/2011

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação Produtiva e Regionalização da Economia no Território Fluminense**, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia**, 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. P. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 9-76, 1992.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROCHA, André Santos. A representação “ideal” de um território: exemplificando a Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**. Ano 10, n.11, p. 20-30 maio de 2011.

\_\_\_\_\_. (Re) pensando a Baixada Fluminense em um contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Sociedade, Território e Representação. **Revista Geo-paisagem (on-line)**. Ano 6, nº 12, Julho/Dezembro, 2007 disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixadafluminense.htm>. Data do acesso 20/02/2012

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1984.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade Estilhada** – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007

SOARES, Maria Teresinha de Segada. “Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24, 1962.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **Aprender Economia**. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

STORPER, M. **The regional world. Territorial development in a global economy**. New York: The Gifford Press, 1997. 338p

VEIGA, José Eli da. A Face Territorial do Desenvolvimento. In: Encontro Nacional de Economia, 27.º, 1999, **Anais**. Belém, p. 1301-1318, 1999. Disponível em: [http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/%5B20%5Dface\\_territorial.htm](http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/%5B20%5Dface_territorial.htm). Acesso em: 05 de fevereiro de 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo” In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WOLF, Simone. Qualidade Total e Informática: A Constituição do Novo Homem-Máquina. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis notas à margem**. Lisboa: Editora Relógio D’Água, 2009.

## Fontes Documentais

**Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**. FIRJAN, 2008.

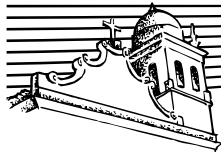
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Data do Acesso: 25/08/2009.

PRADO, Cristiano. **Apresentação “Visões de futuro” – Potencialidades e Desafios da região da Baixada Fluminense Área I**. FIRJAN, 2011. (Slide Disponível em [www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br). Data do acesso 25/11/2011)

**Retratos Regionais - Baixada I** – Informações estratégicas para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. 4ªed. FIRJAN, 2011(a)

**Retratos Regionais – Baixada II** – Informações estratégicas para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. 4ªed. FIRJAN, 2011(b)

**Sondagem Econômica Regional**. FIRJAN, Abril de 2007.



## “A AMA ÁFRICA” : Identidade e Gênero na Freguesia de São Nicolau de Suruí (1739-1752)<sup>1</sup>

Cristiano Campos Azeredo<sup>2</sup>

O município de Magé localiza-se no fundo da baía de Guanabara. Poderíamos dividi-lo em duas áreas geograficamente distintas. Por um lado, temos uma região de baixada, com um clima quente e de ocupação mais antiga (englobando as freguesias de Piedade, Suruí e Guapimirim) e, por outro, uma região serrana, com um clima mais ameno e de ocupação mais recente (freguesias de Aparecida e Paquequer).

A colonização efetiva desta área deu-se ainda no século XVI, com a concessão de sesmarias que visavam, aparentemente, impedir a entrada de novos invasores após a expulsão dos franceses e garantir o abastecimento da recém-criada cidade do Rio de Janeiro. A povoação de Nossa senhora da Piedade foi transformada em freguesia em 1696, e elevada à categoria de Vila em 1789. Seu território originou-se dos municípios de Santana do Macacú e Rio de Janeiro, englobando inclusive as ilhas do arquipélago de Paquetá. Na segunda metade do século XIX, o território do município já havia sido desmembrado diversas vezes, dando origem a vários outros municípios. (SAMPAIO, 1994)

Situada na região do Recôncavo da Guanabara<sup>3</sup>, importante área de passagem entre o litoral e o interior do Brasil, a Freguesia de São Nicolau de Suruí ganhou importância a partir da abertura do Caminho Novo que realizava a ligação entre o Rio de Janeiro e a região mineradora. Também conhecido como Caminho do Inhomirim ou de Bernardo Soares de Proença, encurtou o tempo de viagem para sete dias. Os caminhos existentes até então possibilitavam viagens em torno de 90 e 15 dias. No primeiro, encontrava-se a rota de Paraty a Vila Rica, o Caminho Velho, já no segundo, o de Garcia Paes ou Caminho Novo do Pilar que foi um dos mais utilizados até a abertura da variante do Inhomirim feito pelo Mestre de Campo Bernardo Soares de Proença.

A região estudada, freguesia de São Nicolau de Suruí, insere-se na lógica colonial portuguesa do início do século XVIII, com a produção de ouro na região das Minas Gerais. A necessidade de vias de escoamento para que essa produção aurífera rumasse com destino ao litoral, levou à abertura de caminhos. O problema é que esses caminhos nem sempre eram interessantes para a empresa colonial que via na demora da travessia um entrave para o aumento dos lucros. Foi o caso do Caminho Velho de Paraty, cujo tempo de viagem demandava cerca de 90 dias. Visando solucionar esse problema foram abertas novas rotas terrestres que cortavam o território do Recôncavo da Guanabara, atual Baixada Fluminense, diminuindo o tempo de viagem para o transporte do ouro. O Caminho Novo de Garcia Paes ou do Pilar, aberto em 1704 encurtou o tempo de viagem para aproximadamente 15 dias. Não demorou para que em 1724, fosse aberto uma variante desse caminho, o do Inhomirim ou de Bernardo Soares de Proença, que encurtou a viagem em aproximadamente 5 dias. (PERES, 2000; BEZERRA, 2008)

Um dos primeiros sesmeiros (proprietários de terra) do Suruí, segundo nos informa Frei Estanislau Schaeffe (1953) e Monsenhor Pizarro Araújo (1945), foi Nicolau Baldim que construiu a primeira Capela de São Nicolau, provisionada, isto é, autorizada pela autoridade eclesiástica para celebração do culto público e dos sacramentos, em 1628. Em 1695, Felix Magalhães de Proença, levantou na colina da atual matriz, a nova igreja, a qual foi elevada a paróquia, em 11 de janeiro de 1755. Felix de Magalhães Proença, natural da Freguesia de São Pedro no bispado da Guarda, em Portugal, era casado com D. Águeda Gomes de Perada, nascida em Macacu, na província do Rio de Janeiro. O casal adquiriu a fazenda dos herdeiros do falecido Nicolau

<sup>1</sup> Texto apresentado como requisito para conclusão do Curso Pós Graduação *lato sensu* em História Social da Baixada Fluminense pela UNIGRANRIO.

<sup>2</sup> Pós Graduado em História Social da Baixada Fluminense pela UNIGRANRIO. Professor do município de Belford Roxo e da rede estadual de ensino. E-mail: azeredocristiano@gmail.com.

<sup>3</sup> Utilizarei este termo para me referir à região no entorno da Baía de Guanabara e diferenciar-me do termo Baixada Fluminense utilizado atualmente para definir esta região.

Baldim, vindo a residir no Suruí. Felix e Águeda tiveram dez filhos. O mais velho Bernardo Soares de Proença (SCHAETTE, 1953), responsável pela abertura da variante do Inhomirim.

Segundo ARAÚJO (1945), a freguesia de São Nicolau de Suruí, localizava-se geograficamente: ao norte, com as freguesias fundadas sobre a Serra dos Órgãos; a leste, com a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepê; a oeste, com a de Nossa Senhora da Piedade de Anhum-Mirim e ao sul, com a freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba. Referente ao local de construção da igreja, FRIDMAN (2008, p. 4) observa:

*O Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) - um conjunto de normas para as terras portuguesas no Brasil - regravam a vida social pois a instituição cristã era, como dito acima, o principal balizador da mentalidade e da moral. Estava previsto o dote anual de cada igreja paroquial (maior para aquelas erguidas em vilas) assim como a esmola real para a sua edificação, manutenção ou reforma. A licença para a sua construção estaria condicionada à sua localização - lugares decentes, em sítio alto, livre de umidade e "desviado de lugares imundos e sórdidos e de casas particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as procissões ao redor delas (...) em lugar povoado onde estiver o maior número de fregueses" (título XVI § 687, pg. 252). Aos bispos caberiam a provisão, a colação e a instituição dos santuários, a serem confirmados posteriormente pelo rei (título XXII § 518).*

A Igreja fora erigida com "paredes de pedra e cal, em sítio sobranceiro ao Rio Sururuí, menos apto, pela escassez do terreno, porém cômodo, pela proximidade desse rio navegável" (ARAÚJO, 1945). O relato de Monsenhor Pizarro Araújo confirma que a igreja de São Nicolau de Suruí, atende às normas estabelecidas.

Quanto à população da freguesia de São Nicolau de Suruí, Pizarro Araújo (1945) aponta a existência de 260 fogos<sup>4</sup> e 1450 pessoas sujeitas a sacramentos. Num primeiro momento não temos informações sobre a população escrava desta freguesia. Os dados apicados pelo autor referem-se à segunda metade do século XVIII. No tocante à produção, o autor, indica duas fábricas de açúcar localizadas nas barras do rio Suruí, nenhuma de aguardente. A lavoura era destinada à plantação de mandioca para farinha, arroz, legumes, bananas e algum café. Analisando as informações prestadas por Pizarro percebemos uma produção voltada para a subsistência. Essa análise não é nova, pois Jucá Sampaio (1994), ao analisar Magé na crise do escravismo durante a segunda metade do século XIX, já havia constatado tal situação. Desta forma, as freguesias de Magé no século XVIII "eram primariamente produtoras de gêneros alimentícios" (SAMPAIO, 1995 apud BROWN, 1993), pois contavam com poucos engenhos.

Como foi dito anteriormente, Suruí foi parte integrante da Vila de Magé, por isso não perderemos de vista a possibilidade de inserir esta freguesia no contexto das demais freguesias. Para isso, utilizaremos o Relatório do Marquês de Lavradio, elaborado por este na ocasião da entrega do governo em 1779 ao Vice - Rei Luis de Vasconcellos, para avaliar o grau de prosperidade da agricultura e lavoura nas redondezas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a análise desse relatório nos permite uma observação um pouco mais detida, a cerca da produção, em Suruí, durante o período estudado.

Quadro 1 - Produção nas Freguesias da Vila de Magé 1769 - 1779

Freguesias	Fogos	Gêneros Alimentícios					Produção nos Engenhos				Transporte	
		Farinha (alq.)	Arroz (alq.)	Feijão (alq.)	Milho (alq.)	Banana (caixos)	Eng°	Açúcar (caixa)	Aguard (pipa)	Escravos	Portos	Embarcações
N.S. da Piedade de Magé	468	5200	570	120	250	-	2	30	18	117	4	68
São Nicolau de Suruí	208	3600	2390	60	200	17000	1	5	2	25	1	6
N.S. da Guia de Pacobaíba	216	4?	2?	-	-	3?	-	-	-	-	5	11
N.S. da Piedade de Inhomirim	309	4320	800	1900	24150	-	3	20	28	72	1	17

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio ao Vice-rei Luis de Vasconcellos (1769-1779). In: RIHGB. Tomo 76, 1913, p. 311 - 314.

<sup>1</sup> Termo utilizado para designar residência.

Desponta dentre as freguesias da Vila de Magé, as de Piedade de Magé e de Inhomirim, em seguida apresenta-se a de São Nicolau de Suruí e por último a de Pacobaíba. Esta última embora apresente cinco portos, dentre eles o de Mauá, não apresenta nenhum tipo de engenho. Quanto à produção de Pacobaíba, os números apresentados não foram entendidos como os demais. A freguesia de São Nicolau de Suruí, comparadas às outras freguesias, apresenta uma produção que de fato deveria estar voltada para o consumo interno na região. Quanto à população, Suruí apresenta a menor quantidade de fogos. O que mais se destaca na produção desta freguesia é o arroz que deveria servir para o abastecimento das freguesias vizinhas. A idéia de complementação de gêneros alimentícios entre as freguesias pode ser observada pela alternância dos gêneros produzidos em maior escala, como o milho em Inhomirim, a banana e o arroz em Suruí e a própria farinha de Magé. O principal ponto em comum entre as freguesias são os portos fluviais, estes sim em número considerável. Segundo Bezerra (2010), estes eram controlados por fazendeiros, que através de embarcações, tocadas na maioria das vezes por escravos, administravam grande parte do escoamento da produção da região.

A produção de farinha de mandioca, presente em bom número nas três freguesias, com destaque para Piedade de Magé, contrasta com o reduzido número de engenhos para produção de açúcar e aguardente. Em relação à produção de farinha, Sampaio (1995) aponta para uma produção voltada para abastecer apenas o mercado interno. No entanto, Demétrio (2008), nos estudos sobre a freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, constatou que a farinha não seria produzida somente para o abastecimento local e regional, pois encontrava-se em quantidades elevadas, extrapolando a questão do abastecimento interno. Além de Demétrio, Bezerra (2010) ao estudar as freguesias do recôncavo guanabarino apresenta:

*Efetiva participação das freguesias guanabarinas no comércio atlântico de escravos através de senhores que usavam a produção de mantimentos, principalmente a farinha de mandioca, para fazer conexões que ultrapassavam as fronteiras do recôncavo e da cidade, chegando ao mercado africano. (BEZERRA, 2010, p. 84)*

Desta forma, Bezerra insere a região do Recôncavo da Guanabara no contexto do mundo atlântico (ALENCASTRO, 2000), estabelecendo um diálogo entre as regiões guanabarinas e africanas a partir da produção de farinha de mandioca.

Quanto à população analisemos a tabela 2 referente às Memórias Públicas e Econômicas da cidade do Rio de Janeiro encomendada pelo Vice – rei Luís de Vasconcellos entre os anos de 1779 e 1889.

Quadro 2. População das Freguesias da Vila de Magé: 1779 – 1789.

NOMES DAS FREGUESIAS VILA DE MAGÉ	LIVRES					ESCRAVOS				
	HOMENS		MULHERES		TOTAL 100%	HOMENS		MULHERES		TOTAL 100%
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	
N. S. da Piedade de Magé	917	45,1	1117	54,9	2034	1241	56,5	957	43,5	2198
São Nicolau de Suruí	472	46,2	550	53,8	1022	595	62,9	351	37,1	946
N. S. da Guia de Pacobaíba	385	45,5	462	54,5	847	522	62	320	38	842
N. S. da Piedade de Inhomirim	1373	48,6	1455	51,4	2828	1221	56	958	44	2179
N. S. da Ajuda de Guapimirim	386	44	492	56	878	507	52,3	463	47,7	970
Total	3533	46,4	4076	53,6	7609	4086	57,3	3049	42,7	7135

Fonte: "Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice – rei Luís de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 – 1789". In: RIHGB. Tomo 47, p. 28.



Ao analisar a população livre das freguesias percebemos uma ligeira vantagem para o sexo feminino, em média 7% superior ao sexo masculino. No entanto, ao analisarmos a população escrava da região, verificamos o inverso. A população escrava feminina é inferior à masculina em média 14%. No caso de São Nicolau de Suruí esse número é ainda mais acentuado, aproximadamente 25%. Nossa análise é compatível com Sampaio (1995) que ao estudar a freguesia de São Nicolau de Suruí no século XIX, apresenta os maiores índices de masculinidade dentre as freguesias integrantes da Vila de Magé.

Comparando as tabelas 1 e 2, fica claro que os engenhos demandavam poucos escravos. No caso de Suruí, 25 escravos ou escravas estavam ocupados com os trabalhos nos engenhos, de um total de 946, cerca de 2,6% da população cativa. E os outros 97,3% em que deveriam estar ocupados? Provavelmente na produção de gêneros alimentícios, sobretudo a farinha de mandioca (DEMÉTRIO, 2008; BEZERRA, 2010), ou ainda no transporte fluvial. Sobre os rios é importante observar que se tratava de uma das principais vias de acesso à região e ligação entre a cidade do Rio de Janeiro e sua hinterland (SOARES, 1955). Para Bezerra (2010), os rios eram vias para o trânsito de mercadorias e de pessoas que carregavam culturas, informações, etc. E esse processo foi fundamental para ressignificar as culturas africanas que foram trazidas de forma forçada para as Américas. Trataremos desse assunto, agora.

Estudos sobre a escravidão apresentam interpretações variadas a cerca da (re)construção das identidades dos escravos que chegaram à América por meio do tráfico atlântico. O interesse neste assunto está ligado ao aprofundamento de determinados temas, como a família escrava, o protesto escravo e a organização de quilombos, que não poderiam mais avançar sem a necessária reflexão sobre os arranjos e/ou conflitos entre as diferentes etnias africanas, bem como entre elas e os escravos e libertos nascidos na terra. As clássicas e esquemáticas oposições de classe, escravos contra senhores, resistência e/ou dominação, não eram mais suficientes para a compreensão de todos os matizes e dimensões das lutas sociais presentes na sociedade escravista. (DEMÉTRIO, 2008)

Durante os anos 1970, os autores Mintz e Price defendiam que os impactos do tráfico havia sido capaz de destruir identidades preexistentes enfatizando a importância de uma nova cultura, afro-americana, cujas sementes foram lançadas nos porões dos navios negreiros. Tal visão desconsidera a importância da diversidade cultural africana e seus ressignificados construídos na diáspora (DEMÉTRIO, 2008). Por outro lado, John Thornton (1992), recusa-se a pensar a história a partir de um ponto de vista meramente “continental” para verificar como os africanos participaram ativamente da construção do mundo atlântico. O autor coloca os africanos como agentes do processo histórico, ou seja, não mais como coadjuvantes, e sim protagonistas. O historiador Paul Lovejoy, sustenta que as diferenças étnicas no mundo do cativo fizeram surgir solidariedades entre os indivíduos e grupos que mantinham visões de mundo diferentes. Desta forma, o tráfico negreiro fez emergir novas identidades inclusivas e abrangentes conforme os ressignificados adquiridos com as experiências do cativo. Lovejoy rompe com a visão estática do continente africano.

A antropóloga e historiadora Mariza de Carvalho Soares demonstra que a organização dos africanos pode resultar de rearranjos étnicos estabelecidos no próprio cativo. Segundo a autora, a maioria dessas identidades eram baseadas em categorias mais abrangentes, tais como os “mina” e os “angola”, que reuniam em seu interior uma grande diversidade de grupos étnicos (DEMÉTRIO, 2008).

Apesar de negligenciada pela historiografia a região do Recôncavo da Guanabara apresenta importantes trabalhos sobre a escravidão. Uma das primeiras pesquisas sobre a escravidão em Magé se deu através do trabalho de Jucá Sampaio (1994) no qual foram discutidos os aspectos econômicos que levaram à crise do escravismo em Magé. O autor apontou para a questão da produção voltada para o abastecimento do mercado interno da região e da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX. Outro trabalho importante é o de Flavio dos Santos Gomes (2006) que estudou diversas formas de resistência escrava, destacando os quilombos de Iguaçú do século XIX. O autor destaca a importância das comunidades quilombolas, também conhecidas como Hidra de Igoassú, devido às tensões e desconfortos provocados por estes aos senhores de escravo nas cercanias da Guanabara, à medida que estabelecem uma relação comercial com os taberneiros e até com alguns proprietários de terras em troca de alimentos para o sustento dos quilombos. Outra contribuição para esses estudos se deu a partir da análise de Carlos Eugênio Líbano Soares (1990) que estudou as relações sociais estabelecidas nas casas de zungú entre escravos do Rio de Janeiro e do quilombo das Laranjeiras, em Magé. Devemos inserir

também o estudo de Nielson Bezerra (2008) que promoveu uma reflexão, acerca das relações escravistas estabelecidas nas vilas de Iguaçú e Estrela, a partir da perspectiva de confluência entre o mundo rural e urbano. Todos esses trabalhos, citados anteriormente, estão situados no século XIX.

Já Denise Vieira Demétrio (2008), em seu trabalho sobre a família escrava na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, durante os séculos XVII e XVIII, apresenta uma produção de alimentos que extrapola a lógica do mercado interno, defendida por Sampaio, sobretudo com relação à farinha. Demétrio aponta a importância deste mantimento para as freguesias da região do recôncavo, mas o papel principal desempenhado pela farinha estava no mercado externo, na praça da cidade do Rio de Janeiro. É a partir da produção de farinha de mandioca, na freguesia de São Nicolau de Suruí, que Bezerra (2010) insere o recôncavo da Guanabara nas conexões do mundo atlântico. O autor, neste trabalho, ao analisar o caso da fazenda Quifonge, importante área de passagem utilizada para o escoamento de mercadorias, avalia que

*A produção de mantimentos da freguesia de São Nicolau de Suruí não pode ser ignorada por uma análise mais específica. Ao quantificar 45 inventários de proprietários das freguesias do recôncavo fluminense, 73% das propriedades produziam farinha. No relatório do Marquês do Lavradio a produção de farinha era três vezes superior a qualquer outro mantimento e quase dez vezes maior que a produção de açúcar e aguardente. Ao estudar a Vila de Magé no fim do século XIX, Sampaio provou que aquela região era especializada em produzir alimentos, destacando a farinha de mandioca. Nas feiras da Baixada Fluminense, ainda hoje, é famosa a farinha de Suruí, inclusive na localidade ainda existem de oito engenhos de farinha movidos a energia vegetal. Com isso, é possível admitir que entre os “mantimentos” produzidos em Suruí e escoados pelo caminho da Fazenda Quifonge eram, sem dúvida, em grande medida sacas de farinha. (BEZERRA, 2010, p. 146-147)*

Dada a importância da freguesia de São Nicolau de Suruí, no que tange à produção de mantimentos, vamos à análise do livro de batismos de escravos, desta freguesia, datado de 1739 a 1752, para que possamos compreender a escravaria feminina da região. Optei por esta variável de gênero, pois o tempo era escasso, desta forma deixarei para uma próxima oportunidade a análise das demais variáveis presentes nos assentos paroquiais de Suruí. O recorte temporal foi determinado pela fonte pesquisada que associado a escassez de produções historiográficas sobre a escravidão durante o século XVIII acabou motivando o encaminhamento do trabalho de pesquisa.

No livro de batismos de escravos da freguesia de São Nicolau de Suruí (Assento Paroquial, doravante A.P. 739) consultado no Arquivo da Cúria Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro – ACMRJ - encontrei em todos os registros a presença de mães escravas ou forras, exceto no caso de batismos de adultos (9 registros). Curioso numa sociedade extremamente machista. Aliás, talvez nem seja tão estranho assim já que essas mães, na maioria dos casos, não possuíam parceiros no momento do batismo. Assim como existe a presença materna em todos os registros de crianças, também ocorre a presença maciça de padrinhos (em todos os casos) o que reforça o caráter patriarcal dessa sociedade.

Ainda que analisadas com cuidado, sei das dificuldades ao se trabalhar com a quantificação dessa variável de gênero. Por isso, utilizei outras variáveis para identificar as possíveis repetições no banco de dados, tais como o nome da mãe, a procedência da mãe, o pai do batizando e o proprietário da mãe, quando escrava. No caso das mães forras o nome do companheiro foi fundamental para detectar a repetição, pois diferentemente das mães que possuíam a condição de escrava, todas as forras que apareciam em mais de um registro tinham parceiros no momento do batizado. Essa condição das mães forras, identificado no banco de dados como mulher de, indica a possibilidade de distanciamento do cativo ao estabelecer o relacionamento. Bezerra (2011), em artigo denominado, “Nos Seios da Escravidão”, aponta que um dos papéis principais adotados pelas mulheres era a negociação da liberdade de seus parceiros escravos.

Sobre os adultos batizados em Suruí, 9 (nove) no total, sendo 8 (oito) minas e 1 (um) ganguela, cabe algumas considerações acerca da zona cultural do Congo e de Angola. John Thornton (2008) observou que “(...) desde as vésperas das viagens de Colombo, centenas de milhares de centro-africanos praticavam uma forma

local de cristianismo, levada para o reino do Congo (...) que no final acabou se tornando o centro de uma igreja dinâmica local”. E o autor continua “O reino do Congo, convertido em 1491, era o cerne do cristianismo centro-africano, (...) foi exportado para todos os lugares, até mesmo para Angola portuguesa.” O pequeno número de batismos de adultos da região da África Centro-Occidental, pode ser explicado pela presença da Igreja Católica na área africana que compreende o Congo e Angola. Esse fator possibilitava o batismo dos centro-ocidentais ainda na África, ao contrário da região da Costa da Mina na África Ocidental. Segundo Linda Heywood (2008), isso não pode ser entendido como uma fragilidade dos grupos da costa central africana, muito pelo contrário e muito menos devemos pensar que o fato dos mina não terem sido batizados na África os tornaram superiores, ou mais resistentes à dominação. Conforme a autora, esse preconceito contribuiu para o esvaziamento dos estudos sobre os grupos centro ocidentais aculturados em detrimento à suposta originalidade dos grupos da costa ocidental, sobretudo os mina.

TABELA 1

Mães que batizaram seus filhos no livro de escravos da Freguesia de São Nicolau de Suruí (1739 – 1752)

Procedência	Condição			Total	%	Situação			
	Escrava	Forra	Não Ident.			Solteira	Mulher de	Casada	Não Ident.
Crioula	33	1	-	<b>34</b>	<b>16</b>	2	3	-	29
Ambaca	1	-	-	<b>1</b>	<b>0,5</b>	-	-	-	1
Angola	4	1	-	<b>5</b>	<b>2,3</b>	-	1	-	5
Benguela	30	-	-	<b>30</b>	<b>14,2</b>	6	3	1	20
Cabo Verde	1	-	-	<b>1</b>	<b>0,5</b>	-	-	-	1
Congo	6	-	-	<b>6</b>	<b>2,8</b>	-	4	-	2
Ganguela	7	1	-	<b>8</b>	<b>3,8</b>	-	3	-	5
Luanda	1	-	-	<b>1</b>	<b>0,5</b>	-	-	-	1
Mina	7	-	-	<b>7</b>	<b>3,3</b>	-	-	-	7
Monjolo	3	-	-	<b>3</b>	<b>1,4</b>	-	2	-	1
Mossangano	4	-	-	<b>4</b>	<b>1,9</b>	-	1	-	3
Quissamã	-	2	-	<b>2</b>	<b>0,9</b>	-	2	-	-
Rebolo	3	-	-	<b>3</b>	<b>1,4</b>	-	2	-	1
Índio	-	-	1	<b>1</b>	<b>0,5</b>	-	1	-	-
Sem Identificação	91	13	3	<b>107</b>	<b>50</b>	2	30	-	74
Total	191	18	4	<b>213</b>	<b>100</b>	10	52	1	150

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismos Escravos. Freguesia de São Nicolau de Suruí, 1739 – 1752.

Foram contabilizados 222 registros no total de batismos de Suruí. Mas, desse número 9 eram adultos e não foram batizados pelas suas mães. Portanto, a análise estará focada nas 213 mães que registraram seus rebentos entre os anos de 1739 e 1752. Ao analisar a tabela 1 percebemos um grande volume de mães, 50% do total pesquisado, que não foram identificadas enquanto grupo de procedência, ou seja, não sabemos se eram africanas, crioulas ou índias. A outra metade das mães estava distribuída em dois grandes grupos, definidos por Mariza de Carvalho Soares (1998) como os nascidos no âmbito da sociedade colonial ou nascidos fora dele. Nesse sentido temos as escravas crioulas e índias, e por outro lado as africanas. Crioulas e índias representavam 16,5%, já as africanas representavam o equivalente a 33,5% da população materna. Essa proporcionalidade pode ser identificada pela influência do tráfico atlântico de escravos, pois havia uma maioria de escravos africanos ao

contrário dos escravos nascidos no Brasil. Tal fato demonstra que as regiões produtoras de alimentos também tinham uma entrada nas conexões do mundo atlântico (BEZERRA, 2010). Além disso, é possível perceber que a freguesia de São Nicolau de Suruí, conforme Bezerra (2010) estava inserida no contexto atlântico, absorvendo escravos e outras mercadorias africanas, bem como oferecendo demandas de mercadorias ali produzidas, como a farinha de mandioca que de alguma forma, também abastecia a cidade do Rio de Janeiro chegando aos mercados africanos e ultrapassando as fronteiras do Recôncavo.

Outro dado apresentado pela tabela 1 é com relação à situação conjugal das mães escravas. Em apenas um caso aparece o termo 'casada'. Já para a situação 'mulher de' temos 52 casos e 10 casos de mães solteiras declaradas, a maioria benguela e por fim 72 mulheres que não tinham companhia no momento do batismo, ou seja, não eram, a princípio, casadas, nem mulher de, nem solteiras. A maioria dessas mulheres que estavam nessa situação eram africanas. A mama África, portanto, na maioria dos casos, é mãe solteira.

TABELA 2  
Procedências das Mães Africanas

Procedência	Condição		Total	%
	Escrava	Forra		
Ambaca	1	-	<b>1</b>	1,4
Angola	4	1	<b>5</b>	7
Benguela	30	-	<b>1</b>	42,3
Cabo Verde	1	-	<b>1</b>	1,4
Congo	6	-	<b>6</b>	8,5
Ganguela	7	1	<b>8</b>	11,3
Luanda	1	-	<b>1</b>	1,4
Mina	7	-	<b>7</b>	9,9
Monjolo	3	-	<b>3</b>	4,2
Mossangano	4	-	<b>4</b>	5,6
Quissamã	-	2	<b>2</b>	2,8
Rebolo	3	-	<b>3</b>	4,2
Total	67	4	<b>71</b>	100

Fonte: ACRMJ. Livro de Assento de Batismos Escravos. Freguesia de São Nicolau de Suruí, 1739 – 1752.

A tabela 2 demonstra a presença de vários grupos étnicos. São 13 os grupos de procedência de mães africanas encontrados na freguesia de São Nicolau de Suruí, durante os anos de 1739 e 1752. Destes 13 grupos, 11 denominações são provenientes da costa centro-ocidental e apenas 2 grupos da costa ocidental africana. Nossa análise converge com a opinião de Joseph Miller (2008), que destacou a ampliação da participação de negociantes da cidade do Rio de Janeiro nos negócios em Benguela, durante o século XVIII. Segundo o autor esta intensificação ocorreu devido à demanda por escravos para o trabalho na região das minas. É importante frisar que Suruí era rota de passagem para a região mineradora. Assim, observou o autor

*Esses anos de domínio dos negociantes do Rio de Janeiro em Luanda e Benguela – durante os quais transportaram entre 15 mil e 20 mil cativos para a região centro-sul do Brasil em pouco tempo – consolidaram os centro-africanos como o grupo dominante entre os escravizados na cidade do Rio de Janeiro e cercanias (...) contribuíram para um total significativo de escravizados reunidos nas escavações de ouro e diamante em Minas Gerais. (MILLER, 2008)*

Dos 13 grupos destacam-se as mães da região de Benguela que correspondem a 42,3% do total de mães africanas.

TABELA 3  
 Procedências das Mães Africanas com relação às regiões da África

Regiões da África	Quantidade	Percentual
África Ocidental	8	11%
África Centro-Ocidental	63	89%
Total	71	100%

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismos de Escravos da Freguesia de São Nicolau de Suruí, 1739 – 1752.

Das 71 mães escravas analisadas neste trabalho 63, ou seja, 89% da população materna africana eram procedentes da costa da África Centro Ocidental. Esses números confirmam a predominância de escravos centro ocidentais apontada por Miller e Florentino no que tange ao tráfico de escravos para o Rio de Janeiro. Por outro lado, os mina e os cabo verde refletiram apenas 11% das mães escravas. Estranho é o fato de não termos, pelo menos na análise de gênero proposta por este artigo, a presença de mães africanas oriundas da costa oriental africana.

A análise das fontes referentes aos batismos de escravos que viviam na freguesia de São Nicolau de Suruí demonstrou uma recorrência de mulheres africanas pertencentes aos grupos benguela e ganguela. Mas, além da predominância dos grupos citados anteriormente, percebemos a presença de diversos grupos de procedência africana, tais como mina, cabo verde, monjolo, luanda, rebolo, mossangano, congo, angola, quissamã e ambaca. O que demonstra a diversidade étnica entre as escravas africanas e a importância dessa região para a construção do mundo atlântico.

## Fontes

### Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Freguesia de São Nicolau do Suruí

Livro de Batismo de Escravos – Ap. 739 – (1739-1752)

### IHGB

Relatório do Marquês de Lavradio ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos (1769-1779). Revista do IHGB. Tomo 76, 1913.

## Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, José Cláudio de Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: Clio, 2003.

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

BEZERRA, Nielson Rosa. **As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888**. Niterói: EdUFF, 2008.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. **“Nos seios da escravidão: um olhar sobre alforrias negociadas por mulheres escravas. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga – século XIX”**. Outros Tempos. Dossiê História e Educação. Vol. 7, Nº 10. pp. 59-76, dezembro 2010.

DE PAULA, Cláudio Honorato. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro (1758-1831)**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII**. Dissertação

de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

FANIA, Fridman. **“Freguesias do Rio de Janeiro do século XVIII”**. MNEME – Revista de Humanidades. UFRN, vol. 9, nº 24, pp. 01 – 16, set/out 2008.

FARIA, Sheila de Castro. **“Mulheres forras: riquezas e estigma social”**. Tempo. Rio de Janeiro, no. 9, p. 65-92.

GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HEYWOOD, Linda M.(Org.). **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MILLER, Joseph C. **“O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”**. Afro-Ásia n.19/20, 1997: 9-36.

PERES, Guilherme. **Baixada Fluminense: os caminhos do ouro**. Duque de Caxias: Consócio de Edições, 1996.

PERES, Guilherme. **Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense**. São João de Meriti: IPAHB, 2000.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**RELATÓRIO do Marquês do Lavradio ao Vice-rei Luís de Vasconcelos (1769-1779)**. Revista do IHGB. Tomo 76, 1913, p. 326-328.

SAMPAIO, A. C. J. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

SCHAETTE, Estanislau Frei. **Pré-História de Petrópolis**. Petrópolis, 1953

SOARES, Carlos Eugênio L. **Zungú: rumor de muitas vozes**. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

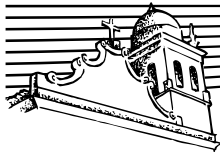
SOARES, M. T. de Segadas. **“Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro”**. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v2, n24, 1962.

SOARES, Mariza de Carvalho, **“A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português século XVIII”**. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 26, mai-ago, 2. 2004. pp. 303-330.

SOARES, Mariza de Carvalho, **“Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post”**. **Varia Historia**, vol. 25, n. 41, jan-jun 2009. pp. 61-83.

SOARES, Mariza de Carvalho, **“O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII.”** In: Fernando de Souza (Coord.) **A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia**. Lisboa, CEPESE/Afrontamento, 2008. pp. 215-232.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.



## PARQUE DA CONQUISTA: O Movimento Social na Posse e Formação do Bairro em Duque de Caxias<sup>1</sup>

Diego Moreno Alexandre<sup>2</sup>

Neste trabalho, buscamos o entendimento sobre a importância da organização da sociedade no decorrer da dinâmica do loteamento e posse no bairro Parque de Conquista, em Duque de Caxias. Desde a década de 1940, a Baixada Fluminense vem passando por transformações consideráveis em sua organização espacial devido a uma série de motivações, seja de cunho econômico ou cultural. No entanto, o abandono e a falta de investimentos das autoridades públicas diante desses fenômenos sociais, que engendram tanto os loteamentos de “posse”, quanto os delineados pelo interesse lucrativo do mercado imobiliário, além de causar inquietações na sociedade, geram até os dias de hoje a organização de movimentos sociais nessas regiões, que reivindicam melhores condições na estrutura do meio urbano que se forma nessas circunstâncias.

Nesse contexto, ressaltamos a importância de tais dinâmicas sociais, diante da pluralidade de processos históricos na cidade do Rio de Janeiro, desde o surgimento das várias Associações de Moradores na Baixada no decorrer da década de 1950, até sua multiplicação na década de 1980, até chegarmos ao movimento de formação espacial do bairro Parque da Conquista já no início da década de 90.

O estudo do Movimento Social na posse e loteamento do Parque da Conquista, em Duque de Caxias, é parte integrante de uma série dessas relações importantes para formação desse espaço que é a Baixada Fluminense. Buscamos analisar as influências do movimento social no Parque da Conquista, desde o momento de seu loteamento e posse, no início dos anos 90, até os dias de hoje, através das relações entre a associação de moradores organizada na região com o município, e com algumas de suas autoridades públicas.

Para melhor entender esses movimentos sociais é necessário também, contextualizar o início da organização social, de âmbito regional dos moradores da Baixada Fluminense, com suas lutas, alianças políticas, manifestações e anseios, iniciando pela conjuntura nacional da década de 50, até, por conseguinte, chegarmos à década de 90, onde iniciaremos a análise sobre a importância do movimento social no Bairro Parque de Conquista, que temos como objeto de pesquisa, as articulações principalmente de sua associação de moradores.

Conforme descrito numa das entrevistas da publicação “Sociedades em Movimentos” (2007), realizada em outubro de 2006, na cidade do Rio de Janeiro, a entrevistada Dilécia Nahon, militante política na baixada fluminense desde a década de 50, declara que nesse mesmo período as associações de moradores existentes em todo Recôncavo da Guanabara estavam desativadas, e suas lideranças vinham sendo perseguidas, ou seja, qualquer tipo de atividade de militância na região deveria levar em conta a grande repressão que havia no período. Vale lembrar que alguns desses militantes perseguidos eram filiados ao PC do B (Partido Comunista do Brasil).

Até a década de 70, algumas atividades eram articuladas de maneira camuflada, seja através da liberdade e abertura que a Igreja Católica oferecia, ou através de trabalhos populares e mutirões, que na então conjuntura, não podia configurar frente às autoridades, uma organização a partir de associação de moradores<sup>3</sup>. Ainda na entrevista Dilécia Nahon cita alguns exemplos de atividades de militância social dos anos após 1977, quando a mesma e seu esposo organizaram o PC do B e atuaram no meio popular da Baixada Fluminense. Dentre os exemplos, são lembradas a manifestação no Palácio Guanabara pelo saneamento em 1978 e a manifestação de três mil pessoas contra uma obra considerada “faraônica” para um prédio da prefeitura no ano de 1979.

<sup>1</sup> Este texto é parte do Trabalho Final de Curso apresentado ao curso de História do Instituto de Humanidades da UNIGRANRIO como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em História, no ano de 2011.

<sup>2</sup> Licenciado em História pela Unigranrio.

<sup>3</sup> MACEDO, Ernandez M. et AL. *Sociedade em Movimentos - Trajetórias de Participação Social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 15 a 17

Os anos 80, quando então a repressão estava menos intensa, alguns grupos, como os diversos “amigos de bairro” foram transformados em associação de moradores, e com a anistia política de 1979 outras localidades, dentre elas Duque de Caxias, também começaram a se reorganizar<sup>4</sup>.

No contexto dos anos supracitados, podemos observar a importância dos movimentos sociais e a organização política da sociedade, que analisadas a partir da perspectiva de seus agentes nos permitirão perceber outros aspectos e peculiaridades referentes aos processos históricos dessas organizações sociais. Esses pontos serão abordados de maneira mais detalhada nos capítulos posteriores deste trabalho.

No início dos anos 90, Duque de Caxias estava sob a gestão de José Carlos Lacerda, vice-prefeito que assumira o lugar do então prefeito eleito Hydekel de Freitas Lima, na qual iria ocupar seu novo lugar no senado. Nesse momento, o bairro São Bento via mais uma, das muitas manifestações de resistência tão comuns na Baixada Fluminense, “a posse”. Pejorativamente caracterizada como “invasão” pelo senso comum, “a posse” não é um fenômeno novo na região, ao contrário, podemos dizer que boa parte da atual formação urbana da cidade de Duque de Caxias tem a contribuição deste processo. Essas peculiaridades no processo de formação se explicam principalmente pela desigualdade social, que obriga grande parte da sociedade a lutar por uma vida mais digna, conforme nos citam Antônio Augusto e Tânia Amaro: *“Grande parte da população, desassistida, luta por uma vida digna em meio a todo tipo de carências e ausência de poder público.”*<sup>5</sup>

Essa região que teria sido loteada por grileiros, conforme nos relatou em depoimento, o atual presidente da AMBPC Sérgio Fernandes, nos anos que antecederam ao movimento da posse contava com uma região abandonada entre os lotes oito (atual Bairro Jardim Vila Nova) e o nove (Bairro Parque Alvorada) que, aliás, causava transtornos aos moradores dos bairros supracitados, apesar de ter como responsável o mercado Casa da Banha, conforme dos relata Sérgio:

*“(...) era uma área abandonada sem fins lucrativos, que trazia muito transtorno as comunidades adjacentes né.” (...) Se dava dono aqui é... o mercado Ideal. Logo depois passando a ser Casa da Banha, que no final da rua do bairro, lá beirando o rio antes de chegar a linha do trem funcionava matadouro de boi né. Posteriormente abandonado né.”*

À reboque desse contexto se consolidava legalmente a organização dos futuros moradores da região, que já vinham se articulando em prol de seus interesses coletivos ou individuais, através da fundação da Associação de Moradores do Parque da Conquista, no dia 28 de dezembro de 1991, conforme consta no registro civil de pessoas Jurídicas<sup>6</sup>.

Desde o surgimento da idéia de ocupação por parte dos moradores, estes tiveram não só o incentivo, mas também a ajuda de pessoas com maior articulação política e melhor informadas, como podemos notar nas palavras de Sérgio Fernandes:

*“(...) começamos a medir, cercar os lotes, no início desordenadamente, cada um pegava um pedaço maior do que o outro e isso trouxe um pouquinho de transtorno também quando chegou o “vereador” (até então somente pretense candidato) onde ele começou a organizar e ordenar o assentamento, a ocupação da terra (...)”*

Quando buscamos analisar o quão importante se fez a militância dos moradores em questão, podemos voltar atenção a alguns detalhes que fazem a diferença no pleitear dos direitos dessa sociedade, mergulhada em burocracias muitas vezes necessárias, é claro, mas outras sem fundamento ao bom andamento administrativo-público. No diário oficial de 20 de setembro de 1994, podemos garimpar o Decreto nº 20.529, onde o governo do Estado do Rio de Janeiro cria e rege os Conselhos dos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania:

*“CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar os projetos sociais do Governo com as prioridades e anseios de cada comunidade;... o interesse das comunidades abrangidas pela*

<sup>4</sup> Ibid., 2007. p. 18-19

<sup>5</sup> Ibid., 2010. P.09, §2º.

<sup>6</sup> Diário Oficial. nº. 179, parte 1. Rio de Janeiro, 1994.



*atuação dos Centros Comunitários da Cidadania pelo apoio recebido; CONSIDERANDO que o pleno exercício da Cidadania envolve a participação efetiva das comunidades nas políticas governamentais relativas aos serviços públicos que lhe são prestados.”*

A partir daí notamos que dos primeiros passos a serem dados para uma organização social da qual pressupostamente se fará ouvir pelas autoridades públicas, cumprindo com as obrigações sancionadas pelo Estado, que fazem parte desse processo, os moradores e sua liderança juntamente com a ajuda de terceiros iniciaram legalizaram a organização dessa resistência através de uma Associação de moradores.

Logo, destacamos o documento que materializa perante o Estado tal organização: a “ATA DE FUNDAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PARQUE DA CONQUISTA”, registrada em novembro de 1998, no Cartório de 2º Ofício de Duque de Caxias, datada do dia 28 de dezembro de 1991. Segundo consta nesta ATA, cerca de cento e cinquenta representantes das famílias que compunham essa posse, votaram a escolha da diretoria através de uma Assembléia, tendo então a partir daí Srª Doranez Maria Silva de Oliveira assumido como a primeira presidente. Em entrevista o Sr. Sérgio Fernandes completa: “A Associação de moradores, como o assentamento de terra né, pra não estar desordenado, houve a necessidade de se organizar. Aí foi da Associação no final de noventa e início de noventa e um (...)”<sup>7</sup>

Antes de discorrermos sobre outras dinâmicas pós-ocupação, que fazem parte do processo histórico de resistência desses moradores, se faz pertinente entender as motivações e circunstâncias que remeteram a essa posse e loteamento, que conforme já citamos anteriormente, foram múltiplas. Entretanto, nas circunstâncias supracitadas ao fim do capítulo anterior consideramos de diferencial importância para o desenvolvimento da pesquisa na linha de abordagem que estamos propondo nesse trabalho, conforme qualificado no Manual de História Oral de Bom Meihy, de uma “história vista de baixo”, ou seja, a partir do olhar dos agentes fundadores.

*“Evitando admitir que a história oral seja também uma via cabível para estudar as elites, supondo que ela se justifique exclusivamente nas situações de grupos que não geraram documentos ou circunstâncias em que se apresentam impedimentos de registros, há os que apenas a consideram quando ela representa “outra história” ou uma “história vista de baixo”<sup>8</sup>*

Para fins de alcançar algumas reflexões dessa dinâmica social, o diálogo entre teoria e algumas evidências de documentos escritos nos permite aproximar dos sujeitos sociais. Na publicação “A Pesquisa em História”<sup>9</sup> os autores nos falam sobre esse entendimento de “mútua determinação”:

*“A objetividade está em recuperar o movimento, a contradição do acontecer histórico, entendido como processo vivido por homens reais numa relação de dominação e subordinação em todas as dimensões do social. O critério de objetividade do pesquisador, nesse caso, está no diálogo, na medida em que consegue que ambas as partes (teoria e evidências) se determinem mutuamente.”<sup>10</sup>*

Nesse processo de luta pela moradia, além da ocupação da área foi preciso ainda que essas pessoas buscassem infraestrutura para terem o mínimo de condições na habitação. Como o governo do município não deu suporte às obras, até por que o local apesar de abandonado, legalmente possuía proprietário, começaram os moradores a se movimentar, principalmente através de mutirões, aliás, característica marcante nas posses, assim como através de diversos favores barganhados junto aos candidatos a cargos de representatividade do município.

Diante dessas dificuldades na busca pela estruturação do bairro, faz sentido citar as palavras de Antônio Augusto e Tânia Amaro, que desenvolvem acerca das lutas no contexto de formação da Baixada Fluminense:

<sup>7</sup> Depoimento de Sérgio Fernandes Moreno.

<sup>8</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, 2ªed.: LOYOLA, 2008. p. 12

<sup>9</sup> VIEIRA, Maria; PEIXOTO, Maria; KHOURY, Yara. **A pesquisa em história**. São Paulo, 5ª Ed., ÁTICA, 2008.

<sup>10</sup> BARROS, José D’Assunção. **O Campo Histórico**. As especialidades e abordagens da história. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

*“(...) esses homens e mulheres lutaram penosamente, durante décadas, em um esforço contínuo de construção de suas vidas, de seus projetos e de suas aspirações, construindo sua própria história e também a do nosso município.”<sup>11</sup>*

Então, no caso do Parque da Conquista não seria diferente. O “esforço contínuo” supracitado pelos pesquisadores se fez presente também a esse processo histórico. Os próprios moradores juntamente com a Associação buscavam, a princípio de forma clandestina, o abastecimento de água, o fornecimento de luz, soluções para os problemas de esgoto, assim como sanar as dificuldades no simples recebimento de suas correspondências.

No caso das correspondências, por exemplo, segundo o atual presidente da Associação, durante muitos anos os correios as entregavam na sede da própria Associação de Moradores. Era a partir dela que se fazia a distribuição das correspondências a cada um dos moradores. Somente num momento posterior começaram também a lutar pelo reconhecimento através de CEP, que daria visibilidade ao bairro perante a burocracia de instituições públicas ou privadas. Em depoimento, Sérgio faz uma narrativa desse momento de esforço e construção das condições mínimas necessárias no bairro Parque da Conquista:

*“(...) no início tudo foi à base de mutirão tá, a união do povo... a participação do povo; a contribuição do povo foi com muita dificuldade conquistando as coisas né. Durante esses oito anos da primeira diretoria.”*

*“(...) a partir da minha gestão comecei a lutar em prol disso. Em prol de CEP próprio; em prol de carteiro dentro da comunidade; em prol de águas melhores; aqui tinha muitos postes de madeira, lutei muito e hoje trocamos a maioria deles...”<sup>12</sup>*

Mas é claro que a ocupação da área passou por momentos onde a necessidade de resistência não era caracterizada apenas pelas dificuldades em estruturar através dos serviços básicos, como água, luz, saneamento básico, entrega de correspondências e etc. Antes os moradores tiveram que lutar pela posse com os donos daquele pedaço de terra. Quando os donos da Casa da Banha buscaram a reintegração de posse do terreno, os moradores que já estavam assentados na região mantiveram sua resistência na ocupação.

Durante essa luta judicial, na fala de Sérgio Fernandes, alguns moradores juntamente com sua liderança teriam sido ameaçados, chegando a serem presos. A associação foi então buscar o apoio junto ao governo do estado, então na gestão de Leonel Brizola, que por sua vez garantiu a permanência dos moradores naquela região. *“(...) Juntou a comunidade, se organizamos e fomos buscar a condições de estar na terra. Aí, concluindo, fomos pro governo do Estado buscar essa parceria, na época o Brizola era o governo da época, ele nos garantiu na terra. E isso já faz mais de vinte anos nós estamos aqui”<sup>13</sup>*

Todo esse processo de luta e resistência, cada dinâmica no decorrer dessas duas décadas desde o início do processo de formação de mais este espaço em Duque de Caxias, faz parte da identidade dessa comunidade. A pluralidade de histórias que ali se encontram se cruzam quando a questão da moradia entra em pauta. Sabemos que além da organização e união desses moradores em prol de interesses comuns, não podem ser colocados como se fossem a única questão a ser tratada no estudo dessa história local.

Dessa maneira, após a ocupação podemos visualizar, através de relatos na ata da Associação, algumas questões sobre a compra e venda de terrenos no bairro, antes mesmo da consolidação legal da posse que, aliás, é esperada até a data de conclusão dessa pesquisa.

A própria Associação de Moradores fixava as normas para as negociações dos terrenos, chegando a determinar taxa de porcentagem no valor dos acordos. Assim, confirmamos a pluralidade de motivações que engendram a ocupação da terra, pois se o principal argumento que sustentava a posse era a dificuldade e ausência de moradia própria, não justificaria a venda de lotes antes mesmo da construção de residências. *“(...) todo e*

<sup>11</sup> ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro de; BRAZ, Augusto Braz. *De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2010.

<sup>12</sup> Depoimento de Sérgio Fernandes, 2011

<sup>13</sup> Id., 2011.

*quaisquer terreno que fosse passado só poderia passar para as pessoas que estivesse na listagem da Associação e ficou estabelecido que o proprietário teria que doar 10% por cento para a Associação (10/01/1992)”<sup>14</sup>*

Apesar da singularidade de cada história, as diferenças nos anseios de cada morador não impediram ao que podemos ver na atual conjuntura do bairro, que este conseguisse um crescimento e estruturação consideráveis para o padrão local através da militância e organização dos moradores.

Nesse momento histórico onde a região passava por um processo de mudança brusca do rural para a urbanização, os migrantes enfrentavam sérias dificuldades pela precariedade de condições que encontraram. Desde já, as lutas e superações diante das diversas dificuldades durante a fixação na terra, já construíam a identidade de uma sociedade marcada pelo enfrentamento diário na construção de suas vidas e nas relações que se davam nesse âmbito de desigualdade.

Mesmo nos loteamentos populares dessas décadas os problemas são os mesmos, excetuando-se “alguns bairros planejados”, destinados a compradores mais abastados financeiramente”<sup>15</sup> como nos apontam Antônio Augusto e Tania Amaro:

*“com exceção de alguns “bairros planejados” destinados a compradores mais financeiramente qualificados, as condições de moradia estavam muito aquém...”*

*“Com seus equipamentos urbanos inadequados ou inexistentes, esses futuros bairros populares exigiam de sua população recém instalada uma atividade familiar e/ou comunitária na abertura e preservação das vias públicas, na construção e desobstrução de valas e canais para a drenagem das águas fluviais e do esgoto doméstico, assim como na instalação da precária rede elétrica e no furo de poços para obtenção de água pra o uso doméstico.”<sup>16</sup>*

Nesse contexto, onde o principal recurso na busca de melhorias da qualidade de vida se fazia através da organização social, assim como no traçar de estratégias coletivas que proporcionassem articular suas necessidades e anseios, muitas lideranças de expressão foram surgindo. Nomes como Dalcéia Nahon, afiliada do PC do B no Rio de Janeiro; Rodinei, que milita no movimento comunitário desde 1984<sup>17</sup>; Zumba, ex-vereador de Duque de Caxias; Maria Fátima de Souza, fundadora do PT de Nova Iguaçu em 1980<sup>18</sup>; e Maria Adelaide, fundadora da ABM<sup>19</sup>, todos constituem importantes lideranças sociais deste período que fizeram parte da dinâmica em torno de Associações de moradores.

Todas essas lideranças possuem algum tipo de ligação construída no decorrer de suas trajetórias de militância nos movimentos sociais. Assim, embora cada um atue com mais expressão na sua região, todos buscam as conquistas de objetivos muito similares. Dentre as questões mais repetidas em seus depoimentos que constam na publicação Sociedade em Movimentos (2007)<sup>20</sup>, estão a mobilização e organização dos moradores, a conquista das reivindicações, e a busca por melhores condições de vida.

Nos anos finais da década de 60, já havia Associações de moradores em atividade no município de Belford Roxo. Entretanto, especificamente nesse período devido à repressão do governo, as maneiras que encontravam de dinamizar a comunidade eram fazendo atividades sem caracterizá-las como Associação, visto que as lideranças destas organizações estavam sendo desativadas e perseguidas. Dalcéia Nahon descreve: “(...) nessa época, havia uma repressão muito grande. As associações que surgiram na década de 1950 estavam desativadas, as lideranças estavam sendo perseguidas.”<sup>21</sup>

<sup>14</sup> Ata da Associação de Moradores do Parque da Conquista. Rio de Janeiro. p.2 (10/01/1992)

<sup>15</sup> Ibid., 2010. p. 82

<sup>16</sup> ALMEIDA, Tânia Maria da Silva Amaro de; BRAZ, Augusto Braz. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade.** Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2010.p. 82-83

<sup>17</sup> MACEDO, Ernandez M. et AL. **Sociedade em Movimentos - Trajetórias de Participação Social na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 44

<sup>18</sup> Ibid., 2007. p. 67

<sup>19</sup> Ibid., 2007. p. 75

<sup>20</sup> MACEDO, Ernandez M. et AL. **Sociedade em Movimentos - Trajetórias de Participação Social na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

<sup>21</sup> MACEDO, Ernandez M. et AL. **Sociedade em Movimentos - Trajetórias de Participação Social na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: UERJ, 2007. P.16 (Depoimento de Dalcéia Nahon)

Nos bairros de Jardim Redentor e Jardim Gláucia, Dilcéia junto com Terezinha Lopes, aliás, primeira presidente da Federação de Amigos do Bairro e Associação de Moradores de Nova Iguaçu (Mab)<sup>22</sup>, militava durante esse período, contando com o espaço e ajuda da Igreja Católica.

Já nos anos 70, ainda sob as intervenções do governo da ditadura, Dilcéia relata momentos de manifestações como uma manifestação no Palácio da Guanabara pelo saneamento básico. Outra em 1978 onde "(...) com três mil pessoas na rua para protestar contra a obra de um prédio da Prefeitura" mostrando o grau de organização que havia naquele período.

A partir da década de 80, com a criação do MAB e numa conjuntura política nacional favorável, as lideranças começaram a legalizar e transformar em Associação de Moradores os "grupos de amigos de bairros". Entretanto, segundo Dilcéia, com Brizola ganhando as eleições de 1982 e fazendo um governo popular a partir de 1983, o movimento perdeu força. A cooptação das lideranças do movimento social é o que teria, segundo o depoimento da mesma, enfraquecido essas organizações. "(...), o governo popular é bom para se poder sentar e negociar com ele, o que não significa que você tenha que voltar para a base para organizar o movimento."

Assim, podemos notar que a raiz do movimento social que depois de organizado, pode contribuir na formação e crescimento do bairro Parque da Conquista vem de antes dos anos 50. Resistiu às repressões e dificuldades impostas pela ditadura militar e voltou a ter maior liberdade a partir dos anos 80.

Em Duque de Caxias, José Zumba Clemente da Silva, o Zumba, foi uma das lideranças nesse período da década de 80. Em 1983, este fundou a primeira Associação de moradores na Vila Leopoldina IV. Posteriormente o mesmo foi eleito para a presidência da Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB)<sup>23</sup>. Segundo depoimento de Zumba, na entrevista realizada pela publicação Sociedade em Movimentos (2007) sobre sua gestão no MUB nos relata:

*"Naquela época, em 1985, nós encontramos o Mub sem condições, com vinte e poucas associações..."*

*"Fomos organizando e deixamos o município com 102 associações de moradores no ano de 1988. Nesse período, houve um grande avanço, pelo fato da Famerj estar com um trabalho muito acelerado em todo o Estado. Esta federação estava dando um apoio muito grande à questão dos mutuários, às questões de saneamento básico e saúde, e nós trabalhávamos muito com essas questões. As associações cresceram bastante em qualidade e quantidade"*<sup>24</sup>

Zumba ressalta ainda que os movimentos comunitários passaram por três momentos que diferentes: antes, durante e depois do Golpe Militar<sup>25</sup>. E isso pode se confirmar com algumas evidências que ocorreram nas explanações anteriores deste trabalho. A importância da militância política, no sentido da sociedade para as autoridades, é o que fundamenta o que há de melhor num governo democrático, visto que a representatividade política não deveria tapar os olhos e ouvidos às necessidades dos eleitores e cidadãos.

No bairro Santo Elias, em Mesquita, em torno das décadas de 70 e 80, Maria de Fátima de Souza Silva, acompanhava um movimento de refundação das Associações de moradores na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro. Nesse mesmo momento, reorganizou a Associação do bairro Santo Elias, mobilizando os moradores no sentido de buscar seus direitos e melhorar as condições daquela localidade.

Após a eleição de Leonel Brizola, segundo Fátima, as Associações começaram a estreitar relações com o governo. Mas essa aproximação teria se dado pressupostamente pela cooptação de muitas lideranças populares. Fátima nos diz ainda: "*Houve cooperação e cooptação e, se foi intencional, tem que se analisar. A gente vê que agora o movimento de associações de moradores é mais fraco e está inserido nos conselhos.*"<sup>27</sup>

<sup>22</sup> Ibid., 2007. p.17

<sup>23</sup> MACEDO, Ernandez M. et AL. *Sociedade em Movimentos - Trajetórias de Participação Social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p.60

<sup>24</sup> Ibid., 2007. p. 60

<sup>25</sup> Ibid., 2007. p. 65

<sup>26</sup> Ibid., 2007. p.67

<sup>27</sup> MACEDO, Ernandez M. et AL. *Sociedade em Movimentos - Trajetórias de Participação Social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p.70

Toda essa dinâmica durante a gestão de Brizola teria enfraquecido os movimentos e diluído algumas das organizações populares. É claro que essas pressuposições merecem uma análise mais aprofundada que não nos será possível no decorrer desta pesquisa. Mas ao que estamos tratando, expor algumas relações dessas lideranças perante o governo nos mais diversos momentos do processo histórico da política é a nossa meta. Pois, responder sobre a importância desses movimentos na formação espacial de Duque de Caxias, não seria possível sem analisar o papel dessas organizações desde os mutirões para a mão de obra, até a reunião de esforços a fim de questionar ações do Estado, ou lutar por melhores condições de vida.

*“Portanto, podemos dizer que os movimentos sociais que se multiplicaram na Baixada ao longo dos anos 1980 foram articulados ao longo da ditadura militar.”*

*“(...) no final da década de 1970 e início dos anos 1980, ainda em um contexto de perseguição política, a Baixada Fluminense tornou-se um local adequado para atuação política por atrair menos atenção das autoridades do que os grandes centros e por concentrar os segmentos sociais mais desfavorecidos”<sup>28</sup>*

Em suas notas sobre a participação social na Baixada Fluminense, Marcelo Hernandez Macedo, Juliana Guaraná Vieira Maia, e Maria Gabriela Monteiro dissertam sobre o posicionamento que deveria ter os gestores públicos diante da importância social de organizações sociais de moradores de bairros:

*“Se há uma história de participação social construídas pelas associações de moradores, suas federações e o Comitê de Saneamento da Baixada, cabe aos gestores públicos valorizá-la, prover as condições sociais necessárias para que estas instâncias voltem a atuar como a mesma pujança que já atuaram antes, enfim, renová-las, atualizá-las, ao invés de esvaziá-las ainda mais.”<sup>29</sup>*

Todas essas manifestações e dinâmicas populares sejam através da formação de simples mutirões, ou de Associações de moradores nos remete diretamente à importância desses movimentos vindos da sociedade. Podemos comparar o processo de transformação de um bairro pela ação e militância organizada de seus moradores, como foi o bairro Parque da Conquista, com a análise de Thompson, em sua publicação “A formação da classe operária inglesa”<sup>30</sup>, sobre a própria existência e ação coletiva dos grupos de trabalhadores em oposição às classes superiores da sociedade inglesa.

Para Thompson, a cã desses trabalhadores que “em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si e contra seus dirigentes”<sup>31</sup> foi o principal fator que nos leva ao entendimento do processo de transformação dos trabalhadores em classe.

Analisando a Baixada Fluminense e especificamente Duque de Caxias, nesse contexto de pobreza, desinteresse das instituições públicas em relação a essa população, assim como a resistência desses últimos, Marlúcia Santos de Souza aponta:

*“A concentração de trabalhadores pobres em uma região desprovida de infra-estrutura, assim como a luta pela terra e por melhores condições de trabalho, transformaram a região em espaço de tensões, onde constantemente o consentimento não se consolidava e o uso da coerção tornou-se a única estratégia de controle social.”<sup>32</sup>*

Na perspectiva de tratar sobre a importância do movimento social na formação do bairro Parque da Conquista, a partir da ocupação e posse da região, seguida da resistência contra as dificuldades e contratemplos, encontramos um vasto campo para análise das dinâmicas sociais na região da Baixada Fluminense. Sobre essa complexidade e riqueza da qual estamos falando, Antônio Augusto e Tânia Amaro esclarecem:

<sup>28</sup> Ibid., 2007. p. 146 §2º

<sup>29</sup> Ibid., 2007. p. 156

<sup>30</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

<sup>31</sup> Ibid., 1987. v. I, p.12

<sup>32</sup> SOUZA, Marlúcia S. de. *Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002. p. 10 § 4º

*“De um povoado evitado, tornou-se uma cidade populosa, próspera e complexa, com uma sociedade marcada pela desigualdade social e por estratégias diversas de enfrentamento pela sobrevivência. Ao longo do processo histórico de sua formação, a cidade e a vida na cidade revelam a multiplicidade das estratégias de sobrevivência construídas por sua gente em um complexo e contínuo esforço social. “A história do município de Duque de Caxias construiu-se a partir da perspectiva desses homens e mulheres, protagonistas simples dessa luta.”<sup>33</sup>*

Podemos pressupor de maneira mais firme que diante da desigualdade social, do descaso das autoridades públicas, das dificuldades diárias de uma parte segregada da população, somente através de organização e militância destes cidadãos, possibilitam uma resistência frutífera. A luta pelos direitos que cabem a cada cidadão constitucionalmente, e ainda melhor, moralmente, se faz necessária e deve ser exemplo seguido não somente pelos que sofrem com o descaso, mas principalmente por aqueles que de alguma forma, detêm o poder de articular politicamente ou de esclarecimento sobre as mudanças que engendram o cumprimento dos direitos igualmente a todos os cidadãos.

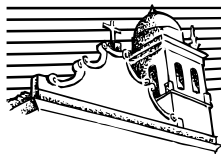
Apesar de ainda faltar muito para concluir de maneira aprofundada alguns questionamentos acerca dos movimentos sociais em Duque de Caxias, visto que deixamos de estudar diversos momentos do município, não menos importantes, mas que não caberia a este trabalho pelo curto tempo que dispomos, acreditamos que de alguma maneira poderemos apresentar uma pequena contribuição para o entendimento sobre as Associações de Moradores, e formação espacial num recorte local da Baixada Fluminense.

Quem sabe, tais reflexões e discussões tratadas neste trabalho, poderão ajudar na formação de uma sociedade consciente de seu papel nas transformações, construções e mudanças na história local, através do estudo desse processo específico e da análise comparativa, ou mesmo dialética dos movimentos populares que tratamos, concedendo uma leitura ampla das peculiaridades de cada relação, que, aliás, é o objetivo primordial da pesquisa no âmbito da Baixada Fluminense.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro de; BRAZ, Augusto Braz. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade**. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2010
- \_\_\_\_\_. Id., 2011. **Baixada Fluminense**. In: Informe CDMC. Duque de Caxias: Abril de 2011
- BARROS, José D’Assunção. **O Campo Histórico**. As especialidades e abordagens da história. Rio de Janeiro: CELA, 2002.
- MACEDO, Ernandez M. et AL. **Sociedade em Movimentos - Trajetórias de Participação Social na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007
- MAIA FORTE, José Mattoso. **Memória da Fundação de Iguassu**. Typografia do Jornal do Comércio, 1933.
- SOUZA, Marlúcia S. de. **Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local (1900-1964)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002
- THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VIEIRA, Maria; PEIXOTO, Maria; KHOURY, Yara. **A pesquisa em história**. São Paulo, 5ª Ed., ÁTICA, 2008.

<sup>33</sup> ALMEIDA, Tânia Maria da Silva Amaro de; BRAZ, Augusto Braz. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade**. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2010. p.114



# R

## ECONSTRUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO EM DUQUE DE CAXIAS NA DITADURA MILITAR: Da Cassação de Tenório Cavalcanti a Eleição de Moacyr do Carmo (1964-1966)

Manoel Henrique de Sousa Cantalejo<sup>1</sup>

### Introdução

Abril de 1964 trouxe uma nova realidade política para o país com o golpe militar que derrubou João Goulart da presidência da República. Segundo Caio Navarro de Toledo<sup>2</sup>, esse golpe atendeu a quatro pontos fundamentais: foi um golpe contra a democracia, as reformas sociais e políticas, a politização das organizações de trabalhadores e um golpe contra o debate ideológico e cultural em curso no país.

Elegendo os seus pontos principais de ataque e congregado diferentes grupos da elite conservadora sob algumas bandeiras comuns – o anticomunismo, a preservação da civilização cristã ocidental, a ordem e a democracia – os militares, uma vez no poder, alargaram, e muito, o seu campo de ação. Assim, a despeito das explicações sobre a origem, e as causas para o golpe de 1964 e o seu caráter, o que interessa, neste artigo, é o seu enraizamento dentro da sociedade brasileira e as mudanças realizadas a nível político, no município de Duque de Caxias.

Em relação ao golpe de 64, observa José Murilo de Carvalho que os direitos civis e políticos foram atingidos pelas medidas de repressão, cujos instrumentos legais foram os Atos Institucionais. O ponto inicial dessa reestruturação política é o próprio Ato Institucional (conhecido como Ato Institucional Número 1 ou AI-1), editado no dia 9 de abril de 1964 pelo autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, com a finalidade de legitimar o golpe e conceder poderes discricionários tanto à junta militar quanto ao futuro presidente da República.

Funcionando como um dispositivo supraconstitucional, o Ato Institucional saído das três Forças Armadas, deixava bem claro que a sua finalidade seria *“a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”*<sup>3</sup>.

Dentre os seus artigos, destacamos o artigo 10 como fundamental para a “reconstrução política”, ao dar o direito primeiro à junta militar e, depois, ao Presidente Castelo Branco, por sessenta dias, de cassar mandatos eletivos, com a suspensão dos direitos políticos por dez anos, de forma sumária.

No que se refere à Baixada Fluminense, incluindo Duque de Caxias, as intervenções militares podem ser observadas, sob a ótica levantada por José Cláudio de Souza Alves, de que,

*“A reestruturação política feita pela Ditadura Militar no poder local da Baixada ao longo de 20 anos teve como principal objetivo suprimir, enfraquecer ou cooptar as formas de oposição política que existiam ou viessem a surgir. Cassações de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, imposição de interventores e pressão para o ingresso no partido governista foram estratégias empregadas ao longo desse período”*<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O presente artigo deriva da dissertação de Mestrado intitulada “O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985” defendida em 2008. Contato: manouelufjr@hotmail.com

<sup>2</sup> Caio Navarro de Toledo. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” In REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964—2004). Bauru: Edusc, 2004, pp. 67-77.

<sup>3</sup> Ato Institucional, 09/04/1964.

<sup>4</sup> José Cláudio de Souza Alves, Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2003, p. 101.

A ação empreendida pela Ditadura Militar na Baixada Fluminense, segundo aponta José Cláudio, na citação anterior, aproxima-se da perspectiva deste artigo. No que diz respeito a Duque de Caxias, é preciso analisar as relações entre os grupos políticos locais e a Ditadura Militar. As fontes para tal análise foram os jornais O Municipal e A Luta Democrática entre os anos de 1964 a 1966.

Então, partindo dessa nova conjuntura imposta pelo golpe militar de 1964 e passando pela reestruturação política feita, analiso de que forma essas alterações políticas impostas se refletiram no campo político<sup>5</sup>, em Duque de Caxias, entre 1964 a 1966, a começar pela cassação de Tenório Cavalcanti e terminando na eleição de Moacyr do Carmo do MDB para prefeito.

## O Rei perde a coroa e o trono: a cassação política de Tenório Cavalcanti

Quando dos acontecimentos que culminaram com o golpe militar de 1964, o jornalista Carlos Castelo Branco fez a seguinte afirmação sobre Tenório Cavalcanti *“o senhor Tenório Cavalcanti, um perito, está sentindo cheiro de pólvora”*. A partir dessa afirmação de Carlos Castelo Branco observaremos as derradeiras tentativas feitas pelo deputado duque-caxiense em salvar a sua cabeça.

Toda a denúncia contra si era rebatida em editoriais assinados, pelo próprio Tenório Cavalcanti, no seu jornal Luta Democrática. No entanto, após a confirmação da cassação de Juscelino Kubitschek, em 9 de junho, parecia chegar a vez de Tenório Cavalcanti. A Luta Democrática, em sua defesa emudeceu como que ele estivesse tentando salvá-lo pelo esquecimento. Apenas anunciava que novos nomes ainda seriam divulgados e que faltavam poucos dias para o término da aplicação do artigo 10 do Ato Institucional.

Isso não produziu, contudo, o efeito esperado, pois, em 13 de junho, Tenório Cavalcanti encabeçava a última lista de cassados divulgada durante a vigência do Ato Institucional Número 1. O jornal Luta Democrática exortava-o, pela última vez, como um autêntico líder carismático. Dizia que *“a Revolução desviou seu objetivo investindo contra os autênticos líderes populares”*.

Dentro da sua linha editorial, o jornal, reforçava as principais características do agora ex-deputado federal: era um ídolo das multidões afastado por um decreto e que sempre se preocupou com os humildes e necessitados. Além disso, afirmava que Tenório recebia cartas de solidariedade de todos os estados do Brasil e até mesmo do exterior e que, posteriormente, publicaria algumas destas cartas. Curiosamente só foi publicada a carta de sua filha Maria do Carmo Fortes

Em sua declaração na Luta Democrática, o ex-deputado não apresentava mais a mesma combatividade de antes, mas afirmava-se perseguido e injustiçado, pelos mesmos que sempre o perseguiram, conforme, é possível perceber no trecho a seguir,

*“Recebo de cabeça erguida, a decisão dos novos donos da República, cassando o mandato outorgado pelo povo fluminense, a quem sirvo há mais de trinta anos. Não é a primeira vez que sou vítima de perseguições, pelo crime de dar combate a quantos se obstinam em fazer mal ao povo, embora se apresentem como campeões da Democracia, defensores da civilização cristã, soldados do exército que marcham com Deus, pela Família e pela Liberdade”*<sup>8</sup>.

Nesse mesmo manifesto, apresentava preocupação quanto ao seu futuro, ao afirmar que não sabia a extensão da sua punição e que desejava retomar a sua carreira de advogado, pois precisava ganhar dinheiro para sustentar a sua família e as centenas de pessoas que dependiam dele para sobreviver. Além da retomada da sua carreira jurídica, de que até então pouco uso fizera, outra preocupação estava implícita nas palavras de Tenório: a sua liberdade. Agora não estava mais amparado pela sua imunidade parlamentar e poderia ser processado pelos crimes que lhe eram atribuídos, de longa data.

<sup>5</sup> Para o campo político ver Pierre Bourdieu. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>6</sup> Coluna do Castelo, 18/03/1964 In Carlos Castelo Branco. Introdução a Revolução de 1964. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V. 2 apud Israel Beloch. Capa Preta e Lurdinha: Tenório e o povo da Baixada. São Paulo: Record, 1986, p. 67.

<sup>7</sup> Luta Democrática, 14-15/06/1964, p. 01.

<sup>8</sup> Idem.



Partindo desse breve sumário das tentativas de articulação política de Tenório Cavalcanti, cabe indagar o porquê da sua cassação. Algumas elaborações existem para tentar responder essa questão. Uma primeira explicação veio do próprio Tenório, em entrevista ao Jornal de Brasília no ano de 1977, que Israel Beloch reproduziu. Nessa entrevista ele afirmou o seguinte, *“então, quando vejo o Costa e Silva assumir, e eu o tendo acusado de traidor, eu então senti que iria sofrer e então me agarrei ao Castelo, sabendo que o Castelo já tinha o Costa e Silva na garganta”*<sup>9</sup>.

Na visão construída pelo próprio Tenório, a cassação política ocorreu por represália do então Ministro da Guerra, Costa e Silva contra críticas feitas por ele, cerca de dez anos antes, na sua atuação no Golpe de 1954 que pretendia depor Vargas, mas que foi abortado pelo seu suicídio. Essa explicação elaborada por Tenório, cerca de treze anos depois de cassado, não parece dar conta do fato em si, pois acaba por excluir tanto a sua trajetória política anterior ao golpe quanto possíveis ligações desse fato com a sua base eleitoral, o município de Duque de Caxias.

Mario Grynszpan aprofundou mais um pouco a possível causa para a cassação política de Tenório ao retomar seu momento político anterior ao golpe. Vinculado, no período em que a sociedade estava polarizada, aos grupos de esquerda, ele reduzia, segundo o autor, a sua capacidade de transitar por diferentes grupos, ficando preso a um só idioma. Afirma que isso é perigoso para políticos clientelistas, como Tenório, pois correm o risco de serem atropelados por mudanças abruptas na conjuntura, não conseguindo retomar o discurso anterior<sup>10</sup>.

O passado recente de Tenório Cavalcanti foi decisivo para a sua cassação. Quando a Luta Democrática noticiou a retomada das cassações, apresentava que seriam analisados aqueles que tinham laços estreitos com o ex-presidente João Goulart. Isso colocava Tenório Cavalcanti como um alvo em potencial, mesmo com toda a sua movimentação política para o lado dos novos “donos da República”.

Colaborando para essa hipótese levantada por Mario Grynszpan, a Luta Democrática, em 1965, no começo das movimentações políticas para a campanha a Governador da Guanabara apresentava as causas para a cassação política de Tenório Cavalcanti ao afirmar que a cassação tinha sido uma represália, pois ele foi amigo de João Goulart até o momento da sua queda, sendo o último a sair do Palácio Laranjeiras e dando cobertura aos amigos do Presidente que se encontravam em perigo<sup>11</sup>.

Porém, essas interpretações sobre o fim da carreira política de Tenório Cavalcanti excluem qualquer relação, desse fato, com a sua base eleitoral e política, Duque de Caxias, onde durante mais de vinte anos, Tenório Cavalcanti montou uma relação com os diversos grupos políticos e sociais baseada no clientelismo. Devemos ressaltar que, mesmo na conjuntura imediatamente posterior ao golpe, Tenório buscou preservar a sua liderança política, em Duque de Caxias. A Luta Democrática publicava periodicamente notícias criticando a atuação das forças de segurança em Duque de Caxias, ao permitirem assassinatos, pessoas andando armada e todo o tipo de contravenção, lenocínio e roubos.

As incursões de destacamentos da Vila Militar no município eram constantes, nesse período. Apesar das ações serem, em sua maioria, elogiadas também havia críticas e cobranças quanto à truculência e a violência empregada na repressão aos transeuntes nas ruas da cidade.

Isso exposto, conclui-se que Tenório, ao mesmo tempo, buscava se alinhar aos novos rumos ditados pelos militares no poder sem, todavia, deixar de se apresentar como um representante político de Duque de Caxias, que já nessa época era um dos maiores colégios eleitorais do antigo estado do Rio de Janeiro e, também, possuía uma das maiores arrecadações de impostos. Além disso, havia todo o seu histórico de violência, tendo Duque de Caxias como o seu principal palco, o que gerou a sua popularidade.

Sendo assim, podemos afirmar que, a nível local, a cassação de Tenório Cavalcanti tirou de cena e levou ao progressivo ostracismo, um político que poderia chamar para si o papel de interlocutor das ações da Ditadura Militar, em Duque de Caxias. Sem a presença desse político ficava muito mais fácil impetrar ações que levassem a reestruturação política local e a cooptação dos políticos locais para o lado da Ditadura Militar.

<sup>9</sup> Tenório (o cassado) quebra o silêncio. Jornal de Brasília, Brasília, 17/04/1977, p. 06 apud Israel Beloch, Op. cit, p. 68.

<sup>10</sup> Mario Grynszpan. Os Idiomas da Patronagem: a Trajetória de Tenório Cavalcanti In Revista de Ciências Sociais, 1990, nº14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, p. 88.

<sup>11</sup> Luta Democrática. 02/07/1965, p. 03.

Essa terceira hipótese levantada, contudo, não invalida as duas outras já citadas, principalmente, a levantada por Mario Grynszpan. Somente as complementa, pois amplia o seu campo de considerações. Não podemos esquecer que a Baixada Fluminense sofreu uma série de intervenções entre 1964 e o início de 1970, que restringiram substancialmente o seu campo político<sup>12</sup>.

### A volta para Duque de Caxias, o fim?

Se a cassação determinou o final da carreira política de Tenório Cavalcanti, agora ele precisaria retornar ao seu antigo domínio eleitoral e político, o município de Duque de Caxias. Na localidade, a recepção da notícia da sua cassação foi recebida de uma forma fria e dispersiva. O jornal O MUNICIPAL, por exemplo, não criticou a medida tomada contra Tenório Cavalcanti, considerando-a até cabível e justificável pelo seu passado. Criticou o fato de apenas Tenório ter sido cassado, em Duque de Caxias, afirmando que muitos poucos escapariam a uma séria averiguação<sup>13</sup>.

Em suma, não chorava a cassação do velho político, apesar do jornal afirmar que o respeitava, pois já havia mantido uma coluna no jornal nos anos 50, muito pelo contrário, existiam outros grupos políticos locais satisfeitos com a sua cassação.

A Luta Democrática apontava que uma vez livre das imunidades parlamentares, o ex-deputado teria que prestar contas a justiça, mesmo que Tenório Cavalcanti reafirmasse que *“considera a cassação de seu mandato e a suspensão de seus direitos atos essencialmente políticos”*<sup>14</sup>. Protegia-se em uma declaração do ministro da justiça, Milton Campos a respeito da origem das cassações que seriam atos puramente de motivação política.

Entre boatos constantes de que pediria asilo político em alguma Embaixada, seria preso em Brasília ou quando chegasse ao Rio de Janeiro e da confirmação de que os seus antigos processos seriam retomados, a volta de Tenório Cavalcanti para Duque de Caxias teve que ser constantemente adiada. Entretanto, o retorno de Tenório Cavalcanti aconteceu e a recepção em Duque de Caxias foi fria e apática, não tendo nenhuma manifestação pública a seu favor.

A tão reafirmada popularidade de Tenório Cavalcanti, feita pelo seu jornal, sucumbia como um castelo de cartas e o passado se tornava cada vez mais ameaçador. Tendo retomado suas atividades de advogado e jornalista, Tenório Cavalcanti teve a sua prisão decretada pelo juiz Helio Albernaz, de Duque de Caxias<sup>15</sup>. Segundo, o jornal O MUNICIPAL, o juiz mostrava-se eufórico dizendo, *“pensei que o homem tivesse cadeira cativa na Câmara Federal. Vejo que me enganei. Agora, com seus direitos políticos cassados, tornou-se um cidadão comum”*<sup>16</sup>.

Para escapar da prisão e, muito possivelmente, da humilhação, Tenório alegou, após a audiência, estar doente, se internando num hospital particular de Duque de Caxias. Conseguiu uma autorização da justiça para que ali cumprisse a detenção. Essa prisão era vista com descrença, em Duque de Caxias, no que dizia respeito a uma punição mais objetiva e enérgica. O jornal O MUNICIPAL oferece as causas dessa descrença e possível fracasso da justiça,

*“Os que na oportunidade depuseram, agora não mais o farão, uns, porque morreram, outros porque na época fizeram depoimento político, cujas razões, não mais existem para mantê-los, tem ainda o caso dos que foram chantageados como depoentes”*<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> Citando com exemplo ilustrativo, Nova Iguaçu teve o seu político mais conhecido, Getúlio de Moura com seus direitos políticos suspensos depois do AI-5, em 1969. Mas, como não foi cassado, diferentemente de Tenório Cavalcanti continuou exercendo influência na direção do Diretório Municipal do MDB.

<sup>13</sup> O MUNICIPAL, 20/06/1964, p. 01 e 02.

<sup>14</sup> Luta Democrática, 16/06/1964, p. 01 e 02.

<sup>15</sup> Essa prisão preventiva decretada pelo juiz se referia a retomada do processo criminal do assassinato de Homero de Carvalho, cuja execução teria sido feita por Pedro Tenório de Oliveira – primo de Tenório Cavalcanti – sob o seu mando.

<sup>16</sup> O MUNICIPAL, 03/07/1964, p. 01.

<sup>17</sup> O MUNICIPAL, 03/10/1964, p. 05.

As palavras do jornal se confirmaram, pois Tenório foi inocentado por falta de provas. Contudo, a sua imagem sairia bastante arranhada, pois permaneceu mais de quatro meses preso. Além disso, era uma prova cabal de que não tinha o mesmo poder, como em outros tempos. Não ter a mesma força política, porém, não era sinônimo de estar acabado politicamente. Cabe recordar que a prefeitura estava nas mãos de seu primo Joaquim Tenório e, mesmo que de forma indireta, era controlada pelo próprio Tenório Cavalcanti.

Ainda assim, a sua projeção eleitoral era pretendida por outros políticos locais, como o então deputado estadual Waldyr Medeiros e o seu genro e, também, deputado estadual e pré-candidato à prefeitura de Duque de Caxias, Hydekel de Freitas.

Não era só localmente que essa herança política de Tenório Cavalcanti era disputada. Em agosto de 1965, seu genro Hydekel de Freitas ingressou no PTB. Tinha, para isso, o apoio do Diretório Nacional, por parte do presidente do partido Lutero Vargas e do Diretório estadual por parte de Ário Theodoro, seu presidente. Sua entrada no partido ocorreu devido a sua intenção de se candidatar a prefeito e contava com o apoio e pressão de Tenório Cavalcanti junto à alta cúpula do partido.

A entrada do genro de Tenório Cavalcanti para o PTB e sua subsequente candidatura a prefeito, seria o complemento de uma manobra maior do partido que era conseguir o apoio de Tenório Cavalcanti para o candidato do partido ao governo da Guanabara. Porém, Tenório atacou Negrão de Lima e rompeu esse acordo, fazendo aliança com Carlos Lacerda e apoiando Flecha Ribeiro, o candidato derrotado<sup>18</sup>.

Essa movimentação e tentativa de sobrevivência política de Tenório ganharam novos contornos com a implantação do bipartidarismo, depois do Ato Institucional Número 2, em 1965, e do Ato Complementar Nº4 que deu origem a duas legendas: a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Integrando inicialmente o MDB, Hydekel de Freitas, logo passaria para o lado da Arena, em 1966, com plenos poderes no diretório municipal. Era tanto o presidente do diretório quanto o candidato escolhido para disputar a prefeitura. Isso ocorreu em virtude de uma reunião entre Tenório Cavalcanti e o secretário estadual de segurança do Rio de Janeiro, Major Paulo Biar. Em troca da entrada do seu genro na Arena, Tenório Cavalcanti se livraria dos processos judiciais e da perseguição do governo estadual.

Mesmo com essas movimentações e articulações políticas de Tenório, o candidato da Arena a prefeito de duque de Caxias foi derrotado. A partir dessa derrota e da saída do seu primo da prefeitura, em 1967, é que percebemos cada vez mais a reclusão e o esquecimento político de Tenório, o que os outros autores apontam como a reclusão no seu sítio e fundação. Até esse momento, ele tentou sobreviver e mostrar vigor, mesmo na penumbra política, através do controle indireto da máquina pública municipal, primeiro através de seu primo e tentou depois continuar com o seu genro.

### **Em busca da sobrevivência: as ligações estabelecidas entre os políticos locais e os novos ocupantes do poder**

Não foi somente Tenório Cavalcanti, como político de Duque de Caxias, que tentou se readequar a nova conjuntura imposta ao país. A dinâmica política municipal também foi alterada e teve que se alinhar a essa nova realidade política do país.

Antes mesmo de completados dois anos de mandato do prefeito Joaquim Tenório, eleito em 1962, a batalha pela sucessão já estava em pleno andamento. No início de 1964, o jornal O MUNICIPAL noticiava serem pelo menos dez os pré-candidatos à prefeitura, tendo sido mais alguns nomes acrescidos posteriormente<sup>19</sup>. Os carros de som já se faziam presentes, anunciando candidatos e matérias pagas em jornais buscavam construir de cada um dos possíveis candidatos como “o melhor para Duque de Caxias”.

De repente, com o Golpe Militar e a edição do Ato Institucional, a cidade emudeceu. Amedrontados com as cassações e suspensões de direitos políticos por dez anos, as propagandas a prefeito simplesmente desapareceram. Todos os setores da sociedade municipal pareciam precisar de algum tempo para assimilar as

<sup>18</sup> O MUNICIPAL, 12/08/1965, p. 01 e 02.

<sup>19</sup> O MUNICIPAL, 25/01/1964, p. 06 e 22/02/1964, p.06.

mudanças impostas. O presidente da Associação Comercial, na época, Jéferson de Macedo, em entrevista, respondera de forma lacônica como a entidade acompanhava os acontecimentos, ao dizer *“durante a crise que abalou o País, limitamo-nos a observar os fatos”*<sup>20</sup>.

Não somente os setores políticos e econômicos sofreram o choque, com a Ditadura Militar que assumiu o poder. O aumento da repressão era sentido por todos os setores, no cotidiano local, com o clima policesco que se instalou. Stélio Lacerda<sup>21</sup> recorda que mesmo sem motivo as pessoas podiam ser detidas pela Polícia Militar – o recém-inaugurado 6º Batalhão da Polícia Militar – para averiguação e acusações eram improvisadas, principalmente a de vadiagem e subversão, com a criação de subterfúgios para a manutenção das pessoas presas.

As ações da Polícia Militar somavam-se às ações da Polícia Civil e do Exército. A Polícia Civil, sempre criticada pela sua incapacidade na solução e prevenção de crimes e a contravenção pelo seu reduzido contingente, mostrava uma surpreendente agilidade e eficácia na repressão política. Invadiu o sindicato dos metalúrgicos, prendendo cerca de 40 sindicalistas, entre eles, o presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) no município, bem como o presidente do sindicato dos ferroviários. Logo em seguida, dando continuidade ao trabalho de caça aos comunistas e subversivos, após uma denúncia do Movimento Popular Anticomunista<sup>22</sup>, a polícia invadiu o sindicato dos petroleiros, confiscando o material de propaganda e a documentação existente<sup>23</sup>.

O Exército, por seu turno, agiu em duas frentes. Na área rural, invadiu fazendas para prender os líderes das associações camponesas acusados, invariavelmente, de serem comunistas. Durante a ocupação da área, aqueles que não foram presos tiveram que fugir da caçada do Exército embrenhando-se na mata e desaparecendo da região. A outra frente de atuação do Exército foi na zona industrial. Na Fábrica Nacional de Motores (FNM), quando a notícia do golpe militar chegou, os operários pararam a produção. Imediatamente a fábrica foi ocupada, com operários presos, invasões das residências, intervenção no sindicato e a instalação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), o que possibilitou a retomada da produção<sup>24</sup>. Na Refinaria Duque de Caxias (REDUC), a situação foi parecida com a substituição do comando militar e prisões. O quartel-general do interrogatório era dentro do próprio complexo industrial na Fábrica de Borracha Sintética (FABOR).

Se a ação da repressão estava presente em todos os locais, os grupos políticos passaram a buscar saídas para sobreviverem, através de um novo realinhamento político. O prefeito Joaquim Tenório, primo de Tenório Cavalcanti, inicialmente, buscou aplicar o artigo 7 do Ato Institucional que implicava o fim da estabilidade, por seis meses, dos funcionários públicos. Mesmo assim, o mandato do prefeito, nesse período, parecia estar por um fio, com boatos constantes de que ocorreria uma intervenção na prefeitura que passaria as mãos de oficiais do Exército. De fato, essa intervenção não ocorreu, mas o prefeito teve que manter uma relação mais estreita com os meios militares.

Essas relações mais estreitas ocorreram em dois níveis, já em 1965. Primeiramente, o prefeito buscou estabelecer uma ligação mais próxima com o Conselho de Segurança Nacional que fazia uma ingerência sobre o prefeito e sobre a própria Câmara de Vereadores, principalmente, os opositores ao prefeito. O segundo nível de relacionamento mais estreito com os meios militares ocorreu no momento da substituição do chefe de gabinete Tito Rosa, num acordo político feito com a Câmara de Vereadores. Para o seu lugar foi nomeado o Brigadeiro José Augusto Martins que, por ser um oficial, poderia fazer um papel de mediação junto os meios militares.

Podemos afirmar que medidas como essas serviam para adequar a administração local aos novos tempos. Porém, as manobras de aproximação começaram, logo depois do golpe e da deposição de João Goulart. Já nos primeiros dias depois do golpe, a Luta Democrática noticiava que políticos locais buscavam se aproximar de Getúlio de Moura que, nesse momento, era ministro do Gabinete Civil. Essas tentativas de aproximação foram uma constante, nesse momento, e em outros, nem que fosse através de ritos, muitas vezes mais simbólicos do que práticos, cuja análise permite reconstruir um pouco dessa reelaboração política local.

<sup>20</sup> O MUNICIPAL, 25/04/1964, p. 01.

<sup>21</sup> Stélio Lacerda, Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Fragmentos de Memória e registro diversos. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001, p. 120.

<sup>22</sup> Esse movimento foi criado logo após o Golpe com o intuito de perseguir e denunciar comunistas, sendo composto por altas figuras da municipalidade.

<sup>23</sup> Luta Democrática, 03/04/1964, p. 05 e 10/04/1964, p. 05.

<sup>24</sup> Luta Democrática, 11/04/1964, p. 02 e 22/04/1964, p. 02 e Marlúcia Santos de Souza. Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado, p. 243-244.

Logo depois da posse de Castelo Branco na presidência da República, a Câmara de Vereadores mandou um telegrama congratulando-se com o novo chefe do Poder Executivo. Em uma medida inusitada, ainda no mês de abril, a Câmara de Vereadores decidiu cassar os títulos de Cidadão Caxiense de algumas figuras políticas que pertenciam ao trabalhismo, como João Goulart e Leonel Brizola. Por ser mais simplória que pudesse aparentar ser, uma medida desse tipo representava o alinhamento do poder local com o poder nacional<sup>25</sup>.

O próprio Presidente Castelo Branco seria considerado “Cidadão Caxiense”, pouco mais de dois meses depois de assumir o cargo, quando já tinha terminado a aplicação do Ato Institucional. O ato ocorreu por decisão unânime da Câmara de Vereadores e se justificava como uma homenagem feita pelo povo de Duque de Caxias, através de seus representantes, pois o Marechal Castelo Branco, além de Presidente era *“um dos mais destacados membros do Comando Supremo da Revolução Democrática de 31 de março”*<sup>26</sup>. Pela matéria, é possível perceber a construção desse alinhamento político. Ele não é visto de forma subserviente, mas como uma homenagem a alguém ilustre que leva a marca do povo de Duque de Caxias, através de seus representantes. Essa tentativa inicial de realinhamento das ações políticas foi, aparentemente, de sucesso, pois somente Tenório Cavalcanti havia sido cassado na vigência do Ato Institucional.

No entanto, a nova conduta política local não ficou restrita somente a concessão de títulos de Cidadão Caxiense. A própria comemoração do dia 25 de agosto (Dia de Duque de Caxias) ganhou novos significados elaborados por políticos e outros segmentos da sociedade local. Desse momento, em diante, a figura de Duque de Caxias servia como referencia para estreitar os laços com os militares no poder, tanto a nível estadual quanto federal.

Por parte dos dirigentes políticos locais, estes rendiam homenagens aos novos detentores do poder comparando-os a figura de Duque de Caxias. Associavam, por conseguinte, os atributos de Duque de Caxias, aos novos militares que ocupavam os postos de comando do país. O discurso do prefeito no dia 25 de agosto de 1964 ao se referir ao presidente deixa transparecer isso de forma bastante explicita, *“Ao Presidente da República, Marechal Castelo Branco, militar da mesma estirpe de Duque de Caxias, os meus agradecimentos pelo apoio com que nos distinguiu, dando-nos a sua solidariedade no empreendimento”*<sup>27</sup>.

Nesse mesmo ano, o jornal O MUNICIPAL, em editorial afirmava que o Presidente Castelo Branco precisava se espelhar na figura de Duque de Caxias para salvar o país. Em comparação, afirmava que Duque de Caxias lutava contra inimigos de arma em punho, mas que agora esses inimigos agiam de outra forma *“tentando asfixiar-nos moral e financeiramente, para em seguida ocuparem o nosso território, nossas riquezas e a nossa honra”*<sup>28</sup>. Assim, era chegado o momento do Presidente Castelo Branco agir como Duque de Caxias para poder por em prática as medidas que o país precisava contra a recessão e a limpeza moral da nação.

Contudo, não coube somente ao prefeito, como autoridade, essa junção da figura política de Duque de Caxias aos militares. Os vereadores também participavam das cerimônias de comemoração, distribuindo, em sessão solene, títulos de “Cidadão Caxiense”. Cada vereador podia indicar duas pessoas para serem homenageadas com o título.

Ao observarmos os títulos concedidos, em 1964, por exemplo, percebemos que os políticos duque-caxienses buscavam contemplar, ao mesmo tempo, várias autoridades das mais diferentes esferas (federal e estadual) e pessoas da própria localidade, como industriais, comerciantes e juizes, entre outros. Entre os agraciados, alguns chamaram atenção especial, como Juarez Távora (Ministro da Viação e Obras Públicas) que se fez representar por seu filho, o Governador de São Paulo Ademar de Barros (que enviou representante), o Almirante Heleno Nunes (Secretário Estadual de Energia), José Bismarck de Souza (Secretário Estadual de Segurança) e o Senador Vasconcelos Tôrres. Esse momento permitia contatos diretos com várias autoridades superiores da administração pública e possibilitava novas relações que poderiam vir a ser muito úteis.

<sup>25</sup> O MUNICIPAL, 25/04/1964, p. 01.

<sup>26</sup> Luta Democrática, 19/06/1964, p. 05.

<sup>27</sup> O MUNICIPAL, 29/08/1964, p. 01.

<sup>28</sup> Idem, p. 03.

A liturgia das comemorações contava principalmente com inaugurações com destaque especial para ruas, pavimentações de ruas, iluminação pública e escolas (a maioria com pequena capacidade). O ponto principal das comemorações era o desfile civil-militar. Passou a ser comum diferentes guarnições do Exército participarem dos desfiles, além dos Bombeiros e da Polícia Militar.

A presença do comandante da Vila Militar era constante nos desfiles e nos demais eventos que ocorriam no transcorrer do dia. Em 1965, o Prefeito se referia explicitamente, à presença do comandante no seu discurso comparando-o, também, a figura de Duque de Caxias. Depois das guarnições militares, que abriam os desfiles, as escolas promoviam os desfiles de suas bandas marciais. O jornal O Municipal, desse período, narra que o 25 de agosto era acompanhado por um contingente expressivo de moradores. Os números chegam a variar entre três a dez mil, no período entre 1964 a 1970.

Os grupos políticos de Duque de Caxias utilizando expedientes, como os descritos, para tentar se aproximar, cada vez mais, dos vitoriosos da revolução de 1964, conseguiam ao menos amortizar os efeitos imediatos da repressão efetuada pela Ditadura Militar. Com isso, conseguiam, ao mesmo tempo, sobreviverem politicamente e estabelecer relações com os novos detentores do poder.

### **O Bipartidarismo de 1965: a reorganização política local e a eleição de Moacyr do Carmo**

Se inicialmente, o golpe militar, as cassações e a suspensão de direitos políticos inibiram as articulações políticas no que se referia a próxima eleição para prefeito, em 1966, com o decorrer do tempo as articulações políticas foram sendo paulatinamente retomadas, principalmente depois do final da aplicação do artigo 10 do Ato Institucional.

Já o final do ano de 1964 e, de forma mais acentuada, o início do ano de 1965 se parecia e muito com o começo do ano anterior, com vários nomes se lançando em busca da disputa pelo cargo de prefeito. Destes nomes, o mais forte era o de Moacyr Rodrigues do Carmo do PTB, devido à ligação da legenda com os meios operários no município.

Na busca por legendas para candidatura, vários postulantes tiveram que brigar entre si. Esse foi o caso do próprio PTB local, onde o pré-candidato Moacyr do Carmo era ligado ao grupo encabeçado no partido primeiro por Roberto da Silveira e, depois, pelo seu irmão Badger da Silveira, a nível estadual e localmente, liderado pelo ex-prefeito Braulino de Matos Reis. Moacyr do Carmo teve que disputar sua candidatura com Hydekel de Freitas que era recém-egresso no partido, em virtude, de um acordo do seu sogro Tenório Cavalcanti, conforme citado anteriormente, junto à direção estadual e nacional do partido, em troca do apoio de Tenório à candidatura de Negrão de Lima, como Governador da Guanabara, o que acabou não ocorrendo.

Essa disputa interna nos partidos pela candidatura, a prefeito não ficou restrita somente ao PTB local. Ocorria, também, no PSD de Duque de Caxias uma acirrada disputa entre o vice-prefeito Lázaro de Carvalho, apoiado pelo deputado federal e líder do PSD na Baixada Fluminense, Getúlio de Moura, e Amyl Nei Richaid, que tinha sido delegado na localidade e era deputado estadual, também ligado ao bloco amaralista.

Enfim, esses exemplos tentam demonstrar que superada a fase inicial de restrições impostas pela Ditadura Militar, as movimentações políticas locais se aproximavam do período anterior ao golpe, mesmo que, agora, fossem acompanhados mais de perto pelos meios militares, principalmente a Vila Militar de Deodoro, inclusive, retornavam anúncios em jornais e propagandas em carros de som e alto-falantes.

Se as ações dentro do campo político local pareciam retomar a normalidade, no entanto, seria mais uma vez alterada por uma ação externa e de forma significativa. Em decorrência das derrotas sofridas nas eleições ocorridas para Governador, em 1965, a Ditadura Militar resolveu editar o Ato Institucional Número 2 (AI-2).

OAI-2 reforçava no seu preâmbulo o objetivo de “reconstrução”, entre outras, política do país, conforme, já citado no Ato Institucional anterior. Duas medidas interferiam de forma substancial no campo político local. A primeira medida estava no artigo 15, que permitia ao Presidente da República retomar a suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos por dez anos. Porém, a medida que mais interferia no campo político local, era o artigo 18, que extinguiu os partidos políticos. Essa medida, reforçada pelo Ato Complementar Nº4, deu origem, em 1966, a apenas dois partidos políticos: a Arena (Aliança Renovadora Nacional), ligada ao governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que faria o papel de oposição.

Isso causou uma reviravolta de todas as articulações políticas que vinham ocorrendo. A reorganização política municipal foi acompanhada de perto pelo jornal O MUNICIPAL. Se já era difícil se lançar candidato a prefeito com a existência de várias legendas, com apenas duas parecia impossível. Em 1966, durante a formação dos diretórios dos partidos, em Duque de Caxias, dos vários candidatos já anunciados e em ostensiva campanha para prefeito, a maioria tratou de procurar abrigo na Arena<sup>29</sup>.

A formação da Arena local acabou por levar em consideração apenas duas forças políticas. De um lado, o deputado estadual Sá Rego, oriundo da UDN e que tinha sido presidente da Assembleia Legislativa, em 1962, e 2º vice-presidente, em 1965. Do outro lado, o também deputado estadual Hydekel de Freitas, oriundo do PR e ancorado na figura de Tenório Cavalcanti. No embate pela liderança da Arena local, que era a garantia da candidatura a prefeito, Hydekel de Freitas acabou levando a melhor. Contava com a articulação bem-sucedida de seu sogro Tenório Cavalcanti, junto ao governo estadual, além de apoios de políticos locais, como o próprio prefeito Joaquim Tenório, os vereadores filiados à Arena e do deputado estadual José Peixoto Filho, ex-PR. Sá Rego teve que se contentar em tentar a reeleição para deputado estadual<sup>30</sup>.

Se do lado arenista, as articulações políticas levaram com que Hydekel de Freitas suprimisse a oposição e conseguisse sair candidato a prefeito, tendo Nelson Cintra, candidato a prefeito derrotado duas vezes, pelo PSB, como vice. No MDB o embate foi mais acirrado. Inicialmente três grupos políticos se apresentaram: o primeiro era liderado pelo deputado estadual Waldyr Medeiros, que acabou ficando como presidente do diretório municipal, até ser cassado em julho de 1966<sup>31</sup>. O segundo grupo era liderado por Moacyr do Carmo, oriundo do PTB e que representava dentro do partido a facção trabalhista. O terceiro grupo era composto por antigos membros do PSD local, destacando-se Lázaro de Carvalho e Amyl Nei Richaid, ligados ao bloco amaralista<sup>32</sup>.

Pelo menos os três últimos citados disputavam a indicação para concorrer ao cargo de prefeito pelo partido. Com o decorrer da disputa sobraram Moacyr do Carmo e Lázaro de Carvalho. O jornal O MUNICIPAL declarou apoio a Lázaro de Carvalho. A causa para isso foi a briga entre Moacyr do Carmo e o dono do jornal, Euricles de Aragão, pela liderança do PTB local<sup>33</sup>.

Na convenção realizada, Moacyr do Carmo derrotou Lázaro de Carvalho por 31 votos contra 18 votos. Cabia ao derrotado, consoante acordo prévio, disputar o cargo de deputado estadual. Para vice-prefeito, apresentou-se como candidato único o advogado, jornalista e um dos donos do jornal Folha da Cidade, de circulação local, RuyterPoubel<sup>34</sup>. O outro dono do jornal era seu irmão ZoelzerPoubel, também deputado estadual. Ambos tiveram relações estreitas, assim como o candidato a prefeito Moacyr do Carmo, com o falecido Governador Roberto da Silveira.

O preenchimento dessas candidaturas a prefeito, vereadores, deputados estaduais e federais teve que levar em conta, ainda, a lei de inegibilidades editada pelo governo para serem confirmadas. Segundo noticiado pelo O MUNICIPAL<sup>35</sup>, os candidatos de Duque de Caxias escaparam de terem seus registros cassados, devido à intervenção de Hydekel de Freitas e o seu prestígio junto ao Governador Paulo Torres, pois membros da Arena local fariam parte da lista.

A disputa entre os dois candidatos, aparentemente, seria acirrada. Para compreendermos essa eleição, é interessante recorrer ao depoimento dado pelo ex-vice-prefeito RuyterPoubel a Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva, que resume assim essa eleição,

*“Era a candidatura de um médico dos mais proeminentes da cidade e de um jornalista altamente combativo e já com treze anos de lutas em prol da cidade. A outra candidatura era do Hydekel, que era tido como membro de uma juventude transviada. Uma candidatura apoiada pelo Joaquim Tenório, que mantinha os funcionários com seis meses de salários atrasados. Além*

<sup>29</sup> OMUNICIPAL, 23/03/1966, p. 03.

<sup>30</sup> O MUNICIPAL, 14/04/1966, p. 03; 28/04/1966, p. 01 e 03 e 12/05/1966, p. 03.

<sup>31</sup> Além de Waldyr Medeiros de Duque de Caxias foram cassados: o deputado estadual João Romeiro Júnior e o vereador Armando Belo França.

<sup>32</sup> O MUNICIPAL, 21/04/1966, p. 03.

<sup>33</sup> Mais a frente na disputa eleitoral o jornal realizou campanha a favor da Arena.

<sup>34</sup> O MUNICIPAL, 12/05/1966, p. 03 e 02/06/1966, p. 01.

<sup>35</sup> O MUNICIPAL, 27/10/1966, p. 03.

*de tudo isso, nós estávamos no MDB, e em plena ditadura militar, havia um desejo velado de uma represália contra o regime imposto. Muita gente havia sido cassada, presa<sup>36</sup>.*

Como demonstra o depoimento do ex-vice-prefeito, o MDB confiava na vitória, tanto pelo perfil do candidato Moacyr do Carmo e seu, mas também, pela rejeição da Arena, em Duque de Caxias, acompanhada pela rejeição ao prefeito Joaquim Tenório e do próprio sogro de Hydekel de Freitas, Tenório Cavalcanti.

Do outro lado, a Arena apostava todas as suas fichas políticas, em primeiro lugar no perfil político de Hydekel que buscava construir uma imagem política como, *“um candidato jovem, deputado estadual, criado em Duque de Caxias, simpático maleável, inteligente e trabalhador”<sup>37</sup>*. Em segundo lugar, a Arena empregou toda a sua máquina política na eleição de seu candidato. O prefeito fez nomeações de cunho político para atender aos pedidos que beneficiassem seu candidato. Além disso, houve a participação tanto do governador Paulo Torres quanto do candidato a governador Geremias Mattos Fontes em comícios na cidade para alavancar a candidatura arenista. Inaugurações e eventos em Duque de Caxias com presença de autoridades federais, também faziam parte dessa ajuda, com o candidato a prefeito se fazendo sempre presente.

Ao apurar os votos o MDB venceu a Arena com extrema facilidade. A vitória para prefeito, da chapa Moacyr do Carmo/RuyterPoubel se deu por mais do dobro de votos, cerca de quarenta mil votos para a chapa mdebista contra aproximadamente dezessete mil votos da chapa arenista. Para a Câmara de Vereadores, o MDB fez quatorze vereadores, obtendo 68,43% das cadeiras, contra apenas cinco da Arena, que ficou com 31,57% das cadeiras. O único deputado estadual eleito pelo município Silvério do Espírito Santo, também era do MDB.

## Conclusão

Talvez, agora seja interessante perceber as causas dessa vitória folgada do MDB, em Duque de Caxias. Se nós nos ativermos às explicações do ex-vice-prefeito, temos, para justificar a sua vitória: a biografia tanto do prefeito e do vice, as condições administrativas locais e uma represália a Arena e a Ditadura Militar.

Mais do que um desejo velado (ou tanto quanto) de uma represália à Ditadura Militar ou um repúdio a figura de Tenório Cavalcanti, a vitória da chapa emedebista ocorreu devido à cultura política trabalhista que ainda se fazia fortemente presente. Uma indicação para isso é a explicação dada no jornal O MUNICIPAL, na edição de dezembro de 1966, para a vitória do MDB, na Baixada Fluminense ao afirmar que a região tem o eleitorado composto por operários e que sofre influência direta da Guanabara, principalmente dos seus sindicatos.

Além das explicações dadas pelo jornal e que reforçam essa hipótese levantada, dois são os outros argumentos levantados. O primeiro argumento é que, ampliando o grau de visão, é constatável que o MDB acabou sendo um herdeiro indireto do trabalhismo, pois a maioria dos antigos membros do PTB foi para esse partido<sup>38</sup>. Além disso, nessa mesma eleição municipal, o MDB elegeu os prefeitos dos outros municípios da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis e em outros municípios ligados a atividades urbano-industriais como Volta Redonda e Angra dos Reis.

Como segundo argumento, temos a própria origem política do prefeito e do vice, ambos tendo relações intrínsecas com o trabalhismo. O prefeito eleito era filiado ao PTB e, em 1958, ocupou o cargo por pouco tempo de Secretário Estadual de Comunicação e Transporte, e já em 1964, conforme demonstrado, tinha o seu nome cogitado como possível candidato a prefeito e favorito, devido à legenda de que fazia parte e contava com vários adeptos, em Duque de Caxias. Já, o vice-prefeito manteve estreitas relações com o falecido Governador Roberto Silveira que tinha grande popularidade na região.

Nesse sentido, vejo que houve um projeto de reestruturação política local, tanto através dos Atos Institucionais, de uma forma mais ampla, como com a cassação de Tenório Cavalcanti e as pressões das guarnições militares, principalmente, oriundas da Vila Militar de Deodoro, de uma forma mais específica. Porém,

<sup>36</sup> Entrevista de RuyterPoubel a seção Memória Viva. Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003, p. 75.

<sup>37</sup> O MUNICIPAL, 09/06/1966, p. 04.

<sup>38</sup> Rogério Schmitt. Partidos Políticos no Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005.

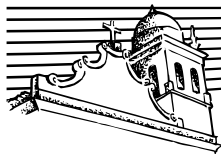


essas pressões não tiveram efeitos, pelo menos imediato na cultura política que vinha se afirmando com o crescimento industrial da localidade, ligada fortemente ao trabalhismo.

Essa permanência do trabalhismo como uma cultura política forte a nível municipal levou os militares nos anos seguintes a tomarem medidas ainda mais enérgicas no sentido de modificar o campo político regional e local, em busca de uma hegemonia política.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, José Cláudio de Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2003.
- AVELINO FILHO, George. “**Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas**”, NOVOS ESTUDOS CEBRAP, 1994, São Paulo, n.º 38, p. 255-240.
- BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha: Tenório e o povo da Baixada**. São Paulo: Record, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008. Dissertação de Mestrado.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CODATO, Adriano Nervo. “O Sacerdote e o Feiticeiro: uma análise da História Política e Militar do Brasil pós-64” In MARTINS FILHO, João Roberto. **O Golpe de 1964 e o Regime militar: novas perspectivas**. São Paulo: Edufscar, 2006 pp. 183-200.
- DINIZ, Eli. **Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GRYNSZPAN, Mário. “**Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti**” In Revista de Ciências Sociais, 1990, n.º14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS pp. 73-90.
- LACERDA, Stélio. Uma passagem pela Caxias dos anos 60. **Fragments de Memória e registro diversos**. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)**. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.
- SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. **Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005.
- TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2004pp 67-77.



# M EMÓRIAS DE UMA JUDIA

Fernanda Capri Raposo<sup>1</sup>

## Introdução

Esther London nasceu em Ostrowiec, na Polônia, migrando para o Brasil aos 19 anos com sua família, em 1935.

No ano de 1939 após casar-se com Mojsza London fixou residência em Nilópolis, cuja permanência se deu por treze anos, mudando-se para o bairro de Copacabana onde permaneceu até sua morte, em 2007, aos 92 anos.

Ao iniciarmos a leitura do livro, *Vivência Judaica em Nilópolis*, de Esther London, lançado em 1999, nos deparamos nas primeiras páginas com uma declaração da autora sobre o conteúdo do livro que evidenciam o porquê do título.

*Este não é um livro de história. É um livro de histórias, da vivência da comunidade judaica em Nilópolis, Brasil, no século XX. [...] O judaísmo é uma estrada em contínua construção, fixada no tempo. Tem passado e terá sempre futuro. (LONDON, 1999, p.7)*

Constata-se que o livro possui em suas páginas registros das lembranças referentes a esta comunidade que habitou a cidade durante quase 70 anos. As histórias descritas pousam entre o memorialismo e o relato autobiográfico.

*Um portão de ferro com a estrela de David encoberta por uma madeira velha com a inscrição 196 FDS abre passagem para um estreito caminho esburacado. Quatro degraus me separam do passado. TIFERET ISRAEL.*

*Porta fechada à chave. A chave em mãos estranhas. As vidraças das janelas ovais, quebrada. Em frente a porta, não consigo entrar. Em volta de mim as lembranças giram em círculos e me impelem para o centro. Começam a dançar puxando pela memória, como se fossem um filme colorido, longo e sonoro. Como se fossem um enorme e interminável quadro de Chagall. (LONDON, 1999, p.13)*

Consideram-se relatos memorialísticos porque ressaltam memórias individuais, constituídas de lembranças dos indivíduos. Todavia pode-se considerar que estas também são memórias coletivas, visto que, segundo Halbwachs (2006) a memória não é produto de indivíduos isolados, pois a memória do indivíduo esta relacionada com o conjunto de noções que adquirimos através das experiências partilhadas com os grupos de referência e pertencimento do indivíduo em questão.

*Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivéssemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que os outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p.30)*

Além disso, temos Bosi (1994) afirmando que:

<sup>1</sup> Fernanda Capri Raposo, mestranda em Letras e Ciências Humanas pela UNIGRANRIO. Atualmente exerce a função de Técnica em Arquivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: fernandacapri@gmail.com

*Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência [...]. Ela entretém a memória de seus membros, [...] acrescenta, unifica, diferencia, corrige [...] Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução dos seus membros e depende de sua interação [...]. Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão [...] (BOSI, 1994, p.407-411)*

Pollack (1992) também irá corroborar com tal perspectiva sobre a memória

*A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLACK, 1992, p. 2)*

A partir dessa concepção, podemos afirmar que o indivíduo de um grupo sempre deve interagir com os outros indivíduos desse mesmo grupo para que assim possam ser construídas as lembranças, a qual resultará num processo incessante e inconsciente de produção de memória e rememoração, até ao ponto de se fundirem e o indivíduo não consiga mais distinguir como suas.

*É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo elas passam a ter uma história dentro da gente [...]. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente. (BOSI, 1994, p. 407)*

No que diz respeito a relatos autobiográficos pode-se dizer que se constituem assim, porque tratam de uma retrospectiva feita por uma determinada pessoa, com ênfase sobre sua vida.

*Certa vez, voltando da cidade, cheia de compras, já em cima da ponte [...] A Sinagoga viveu momentos inesquecíveis, dos quais destaco o episódio acontecido em 1949 [...] (LONDON, 1999, p.85,89)*

Outras questões também são abordadas, tais como: “a diáspora judaica”, retratando o movimento de imigração dos judeus para o Brasil; “o ser judeu”, a identidade judaica; “a cidade”, que passa a existir somente na memória de uma determinada geração, cujas narrativas, são compostas de marcas de individualidades e sensibilidades únicas, como afirma Bosi (1994), através da lembrança dos velhos, nos é permitido num só tempo a memória da cidade e suas memórias; e “seus lugares de memória”, que segundo Nora (1993) são espaços físicos que surgem com status de testemunho, devido à necessidade de ritualização de um tipo de memória exigida pela sociedade contemporânea, que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação.

*A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7)*

Nesse aspecto, relacionando a memória ao conceito de identidade Nora (1993), afirma que:

*Porque a coerção da memória pesa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, [...] repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado. A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção [...] obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. (NORA, 1993, p. 18)*

Neste processo tido como fundamental para os indivíduos, verificam-se narrativas contendo outras narrativas, bem como, as descrições dos lugares, acontecimentos e de personagens da antiga comunidade judaica em Nilópolis.

## Nilópolis – Terra de Nilo

Considerada o menor município do Estado do Rio de Janeiro com uma área de 19.157m<sup>2</sup>. A cidade se caracteriza de forma interessante por apresentar certas especificidades, pois é um município localizado numa região configurada historicamente por sérios problemas sociais. Contudo, se comparada com os demais municípios da região é vista como uma cidade-modelo na Região da Baixada Fluminense, devido sua boa infra-estrutura no que se refere a saneamento básico, iluminação pública escolas em quantidade e qualidade suficiente e atendimento médico e laboratorial eficiente e bem equipado. (CUNHA, 2009, p. 9-11).

O povoamento no que hoje se encontra o município de Nilópolis recebeu este nome em homenagem a Nilo Peçanha, que a visitou duas vezes nos anos de 1916 e 1921<sup>2</sup> e tem como limitação de sua área os municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e São João de Meriti. (OLIVEIRA, 1997, s/p).

As terras que atualmente correspondem ao município Nilópolis estavam contidas na capitania hereditária de São Vicente, que pertenceu ao sesmeiro, Martin Afonso de Souza. (NOGUEIRA, 2009, p. 15-30).

Porém, após sua morte como não havia tomado posse destas terras (id, 2009, p.15), essas foram divididas em novas sesmarias e uma grande parte, sendo doada a Brás Cubas. (OLIVEIRA, 2004, p.168)

As terras compreendiam os municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caixas (WANZELER, 2004, p.28) e era habitada pelos índios jacutingas. (OLIVEIRA, 1997, s/p)

Em 1634, já então sob o domínio de João Alves Pereira, surgiu nessas terras a Fazenda de São Matheus, cuja área compreendia o limite entre os rios Meriti e Serapoi (NOGUEIRA, 2009, p.33)<sup>3</sup>.

Esta Fazenda contava com um engenho, tendo uma população aproximada de 50 escravos e considerada a mais importante da região, no qual eram produzidos açúcar e aguardente tanto para seu consumo como para comercialização. (id, 2009, p. 33-39)

A fazenda atingiu o auge da produção de açúcar e aguardente, no ano de 1779 (CARDOSO, 1937 p.15), entrando em decadência em 1858, com a inauguração da linha férrea da E.F.D. Pedro II, atual E.F.C. do Brasil e pelo abandono da população nativa, não só devido ao movimento abolicionista, como também por novas opções de mão-de-obra conseqüência do progresso de outras atividades. (OLIVEIRA, 1997, s/p).

As terras, que formariam o futuro município de Nilópolis, passaram pelas mãos de vários proprietários até que, em 22 de setembro de 1900, por 35,8 contos de réis uma dessas partes foi parar nas mãos do latifundiário João Alves Mirandella (NOGUEIRA, 2009, p.71-73), que nos primeiros anos utilizou para criação de muares e eqüinos visando atender aos seus clientes, dentre eles o Exército Nacional. (CARDOSO, 1938, p.20)

Contudo, este desmatou a área chamou o engenheiro da Central do Brasil, e solicitou a feitura de uma planta de loteamento das terras (PERES, 2010, p.7), que foram vendidas através de anúncios nos mais importantes jornais da época a preços módicos e divididos em suaves prestações. (Em: <<http://www.nilopolis.rj.gov.br/site/historia/a-fazenda-sao-matheus/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2011) Essa atitude atraiu a atenção de várias figuras importantes que auxiliaram no progresso da cidade, como Coronel Julio de Abreu (CUNHA, 2009, p.16) que veio pessoalmente a localidade comprando vários lotes e trazendo outros importantes amigos dentre eles Nilo Peçanha, então presidente da República e grande benfeitor da cidade, que trouxeram outras tantas, dentre eles os judeus, personagem principal deste estudo e que viam ali outra oportunidade, além da Praça Onze, para adquirir uma moradia e assim “fazer a América”<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Nilo Procópio Peçanha (1867-1924) foi um político brasileiro, eleito vice-presidente em 1906. Com o falecimento do titular, Afonso Pena, Nilo Peçanha assumiu a presidência do país entre 1909 e 1910.

<sup>3</sup> Segundo Nogueira (2009, p.33) há duas hipóteses para a aquisição da área por João Alves Pereira. A primeira, em 1621, por doação, depois de pedido feito ao governador Francisco Farjado. (NOGUEIRA, 2009, p.39). A segunda, em 1626, por meio de dote pelo casamento com a filha de Diogo Montarroyo, Izabel de Montarroyos. (PRADO, 2000, p.129).

<sup>4</sup> Atitude estimulada na Europa, que consistia no sonho de imigrar para o “Novo Continente” com o intuito de melhorar a qualidade de vida e que não poderia incluir o retorno ao país de origem. (Lesser, 1995, p. 216)

Observa-se que tal ação contribuiu para que a fazenda se transformasse rapidamente em uma cidade, pois de acordo com escritos de Weber, em *Economia e Sociedade: fundamento da sociologia compreensiva* (2004, p.408-409), este assentamento, já poderia ser chamado de cidade, porque, adquiriu algumas características fundamentais para ser classificada desse modo, tais como, diversas construções sendo erguidas, ou com seus quintais como pequenos sítios que serviam para o plantio e/ou criadouros de animais para abate, ou então, com pequenos comércios em frente a essas casas, tornando a venda uma das primeiras fontes de renda dos moradores do local.

Enfim, toda esta atividade corroborou para a proximidade das pessoas, envolvendo-as, numa interação humana (sociabilidade) e proporcionando, segundo Santos (2006, p.215-216), a criação de solidariedade, laços culturais e identidade, como também, a influência da vizinhança e dos intercâmbios que é preponderante na configuração espacial das cidades.

No momento da sua emancipação a cidade já contava com cerca de trezentas famílias pertencentes à comunidade judaica que desenvolveu um papel importante na economia local.

### Os imigrantes judeus em Nilópolis

O movimento diaspórico para terras brasileiras foram resultados de outras progridas, as quais ocorreram em diferentes tempos, e de acordo com Grün (1999, p.353)

*A comunidade judaica brasileira formou-se por migrações sucessivas de judeus oriundos da maioria das regiões não americanas do globo que possuíam população israelita relevante na primeira metade do século XX. (GRÜN, 1999, p.353)*

Segundo Sorj (2004, p.57) cada diáspora deve ser analisada de modo particular, pois devem ser observadas as condições sócio-históricas em que ocorreram. Ademais para Sorj (2004, p.70-71) a constituição de uma diáspora está intimamente ligada à existência de uma elite intelectual, que é responsável por uma tradição cultural, pela qual passa a ser guardiã, formando uma estrutura de saberes, gerando poder institucional, mesmo esta sendo considerada como uma prática de resistência.

De acordo com London (1999, p.31-34) ocorreram sete diásporas judaicas em direção às terras brasileiras. Num primeiro momento a vinda desses judeus ao Brasil ocorreu juntamente com a chegada das caravelas de Cabral, eram os judeus ibéricos e os cristão-novos que buscavam um lugar seguro para se estabelecer, trabalhar, e criar sua família dignamente (LONDON, 1999, p.31-32) e Santos (2009, p.48) aborda esta chegada.

*Parte dos judeus portugueses, convertidos à força, julgavam encontrar nas colônias portuguesas de ultramar a possibilidade de continuar a praticar a fé judaica, ainda que sob o "manto" de católicos romanos. Estabelecem-se de modo especial no Nordeste da América Portuguesa, região de importante comércio açucareiro e negreiro, como donos de engenhos e comerciantes de grande e pequena monta. (SANTOS, 2009, p.48)*

O segundo movimento migratório aconteceu com a chegada dos holandeses, eram judeus portugueses fugitivos de perseguições religiosas. (LONDON, 1999, p.32) Verificamos o fato através de Grün (1999, p.354) que chega a sinalizar que estes judeus foram os únicos formaram uma histórica vida comunitária judaica.

*A única vida comunitária estabelecida com certeza histórica no Brasil colonial foi a constituição de uma sinagoga em Pernambuco, formada por judeus holandeses de origem ibérica, durante a ocupação holandesa (final do século XVI e início do XVII), que foi desfeita com a expulsão daqueles ocupantes pelos portugueses. A comunidade judaica local transferiu-se em grande parte para outras colônias holandesas no Caribe e para então Nova Amsterdã. (GRÜN, 1999, p.354)*

A terceira veio proveniente do Marrocos, logo após a proclamação da independência no Brasil, estabelecendo-se na Amazônia. (LONDON, 1999, p.32) Conforme relata Grinberg (s/d, p.3-4)

*[...] imigração de judeus marroquinos, iniciada ainda na década de 1820, quando começaram a cruzar o oceano Atlântico em busca de melhores condições de vida e da liberdade religiosa de que não dispunham em seu país de origem. [...] São de 1823 os primeiros registros da imigração de judeus marroquinos para a Amazônia. (GRINBERG, s/d, p.3-4)*

A quarta foi no século XIX proveniente da França. Primeiramente estes imigrantes dedicaram-se a cafeicultura e depois passaram a dominar o comércio de jóias e tecidos em São Paulo. (LONDON, 1999, p.32-33)

*Há notícias de imigração de judeus de origem francesa-alsaciana no estado de São Paulo na segunda metade do século XIX, depreendida principalmente pela existência de lápides em alguns cemitérios, como no chamado “cemitério dos Protestantes” em São Paulo e no cemitério da cidade de Franca. (GRÜN, 1999, p.356)*

A quinta ocorreu ao final do século XIX e durou até a I Guerra Mundial. Provocada por perseguições na Rússia czarista. Vieram os judeus poloneses, ucranianos, lituanos, bessarbianos, grande maioria, pequenos comerciantes ou artesãos. (LONDON, 1999, p.33)

*Muitos destes judeus vieram por motivação econômica, mas vários outros em decorrência das ditaduras na Polônia, Hungria e Romênia, da crescente ascensão do anti-semitismo <sup>5</sup>e também pela perseguição que sofriam aqueles que militavam nos partidos comunistas e no Bund <sup>6</sup>. A maioria desses imigrantes exercia profissões artesanais ou eram operários em seus países de origem, portanto, não é simples usar as tradicionais categorias de imigrantes políticos e imigrantes econômicos nesse caso. (NETO, 2008, p.228)*

A sexta chegada se caracteriza devido ao incentivo dado pela JCA (Jewish Colonization Association)<sup>7</sup> no estabelecimento de judeus ligados a agricultura no Rio Grande do Sul. (LONDON, 1999, p.33)

*A imigração judaica sistemática para o Centro-sul brasileiro começou com o estabelecimento da colônia agrícola de Philippson, no estado do Rio Grande do Sul, fundada em 1904 a partir de uma doação do Barão Hirsch.. (GRÜN, 1999, p.356-358)*

A sétima leva ocorreu devido a perseguições nazista e fascista. Formando um total de sete movimentos diaspóricos judaicos. (LONDON, 1999, p.33-34) *“As origens nacionais mais numerosas dos judeus que chegaram ao Brasil no primeiro terço do século XX eram polonesas e russa/soviética.” (GRÜN, 1999, p.371)*

A partir dos relatos de London (1999, p.33), verifica-se que movimento de chegada dos judeus para a futura cidade de Nilópolis teve início em 1914, resultado não só do quinto program<sup>8</sup>, que, ocorreu no período compreendido entre o final do século XIX até a I Guerra Mundial (1914-1918), mas da crise que se instala na Europa com o fim desse conflito.

Pode-se identificar que o diálogo estabelecido com outro povo proporcionou a resistência e sobrevivência deste no decorrer da história. E no Brasil, conforme nos afirma Grin e Vieira (2004, p.11), a diáspora judaica pode ser entendida como um fenômeno que abarca um movimento de adaptação, negociação e heterogeneidade, culminando numa “etnicidade situacional”.

<sup>5</sup> De acordo com Wolff e Wolff (s/d, p.299) o antissemitismo não é um fenômeno exclusivo da época de Hitler, já na época da Idade Média existiam perseguições e matanças de israelitas na era das Cruzadas e da peste que isolou a Europa Central. O termo foi cunhado em 1879 pelo alemão Friedrich Marr e refere-se somente a israelitas, sem intenção de atacar outros semitas como, por exemplo, os árabes, ou seja, corresponde ao ódio sobre os judeus.

<sup>6</sup> Bund corresponde à tradução para a Confederação Geral dos Operários Judeus de Lituânia, Polônia e Rússia, e diz respeito à presença dos judeus no nascimento do movimento socialista e na organização de classe operária russa. (FINZI, apud, NETO, 2008, p.228)

<sup>7</sup> Organismo judaico que busca bons destinos para os judeus deslocados da Europa ocidental e dos países de origem muçumana. No Brasil, começam a funcionar com intuito de auxiliar aos judeus recém-chegados através da criação de comunidades. Também procuram resgatar a imagem positiva do judeu. (GRÜN, 1999, p.364)

<sup>8</sup> Program é um termo utilizado para designar perseguições aos judeus, principalmente por parte dos governos dos locais onde estão estabelecidos. (BARBOSA, 2006, p.27).

*[...] formas pelas quais os indivíduos negociam e reelaboram suas diversas identidades conforme as situações com as quais eles são confrontados. [...] dadas certas circunstâncias, os indivíduos são levados a adotar uma autodefinição, sem necessariamente terem de negar outras facetas de sua identidade cultural. [...] a etnicidade situacional no contexto de uma experiência diaspórica como a dos judeus no Brasil torna-se um mecanismo para lidar com as tensões e os conflitos de uma realidade de vigorosas trocas e cruzamentos culturais, que vão além das identificações étnicas rígidas e locais. No contexto da diáspora, as pessoas escolhem se “situar” porque não há um lugar de origem para o qual regressar. [...] o Brasil é uma “malha” de diferentes diásporas, de culturas situacionais, que se posicionam e se entrelaçam estrategicamente diante de certas situações, sejam elas sociais, culturais e políticas. (GRIN e VIEIRA, 2004, p.11-12)*

O grupo de judeus que se estabeleceu em Nilópolis foram os asquenazitas<sup>9</sup>. Os asquenazitas quando chegaram ao Brasil procuravam manter seus costumes e modo de viver. Também se constatou, a partir de London (1999, p.40), que o grupo estabelecido em Nilópolis nutria pelo local um sentimento de casa, a ponto de identificarem com a cidade, pois a viam como sua terra natal ou como uma réplica da Praça Onze, uma *shteil*<sup>10</sup>, sem muros nem restrições, a qual poderia-se viver o judaísmo abertamente, adquirir uma moradia e assim “fazer a América”.

*Um belo dia meu pai recebeu uma carta dos seus irmãos relatando a vida no Brasil, e convidando-o a vir morar com eles.*

*Na carta eles contavam que moravam perto do Rio de Janeiro, num lugar bom e saudável, onde existia um Centro Cultural Judaico, uma boa Sinagoga e Escola Israelita para as crianças. O iídiche era falado abertamente e o medo não assolava ninguém. O lugar paradisíaco chamava-se Nilópolis. Aconselhavam-nos a vender tudo e vir com a família juntar-se à eles. [...] (MORGENSTERN, apud, LONDON, 1999, p. 106-107)*

Observa-se que o judeu ao imigrar trazia consigo a *shteil* ou o *shtetlach*<sup>11</sup>, ou seja, o muro do gueto que a princípio fazia parte do seu imaginário era abstrato, mas aos poucos se tornava concreto. Este espaço funcionava como um local no qual o indivíduo se reconhecia como ser humano e era onde podia-se encontrar os patrícios, aliás, um judeu só contava com o auxílio de outro judeu. Este gueto tinha a função de separação do mundo exterior, porém atualmente estas separações já não existem mais. Outra característica importante desse espaço se ampara no fato de não haver distinções entre eles de forma declarada, havia conflitos, mas não eram tão evidentes, ou seja, existiam divergências as quais se expunham de maneira sutil.

O fato acontece por conta das várias vertentes. A primeira delas é porque apesar da imigração representar um corte com vários desdobramentos, tanto no plano material como no imaginário, isso não quer dizer que este indivíduo que parte esteja encerrando os vínculos de sua existência, ao contrário ele deseja lembrar-se, para assim, se sentir mais próximo de suas origens, ou seja, é um desejo inconsciente de retorno sem que este ocorra efetivamente. (FAUSTO, 1998, p.14) A segunda ocorre devido a esta réplica da *shteil* também poder representar um “... fator de intimidade e segurança, em meio às vicissitudes da vida na cidade.” (id, 1998, p.31) E a terceira sé dá pela impossibilidade de se “... obter a estabilidade e a segurança de um Estado-Nação até meados do século XX, eles criaram uma territorialidade em que as realidades contingenciais se interpunham.” (FRIDMAM, 2007, p.17)

<sup>9</sup> Chegou-se a esta conclusão com base nos relatos de London (1999, p.40) em seu livro *Vivência Judaica em Nilópolis*, pois os judeus que lá se estabeleceram utilizavam um dialeto chamado iídiche, além do hebraico, como forma de comunicação entre si no seu dia a dia, nas sinagogas e em textos litúrgicos e literários. Os asquenazitas, são os judeus pertencentes à região do Leste Europeu que se caracterizam por utilizar um dialeto chamado iídiche, como forma de comunicação, cuja origem remete a Idade Média, no qual a formação é baseada na mistura do alemão medieval com palavras hebraicas e eslavas (RIBEIRO, 2008, apud, WORCMAN, 1991, p. 322), além do hebraico e a língua do país de origem.

<sup>10</sup> Palavra em iídiche que quer dizer cidadezinha.

<sup>11</sup> Palavra em iídiche que quer dizer bairro.

*Era uma cidadezinha onde os judeus gostavam de morar e se sentiam em casa[...] Nilópolis, tinha de tudo [...]*

*Sair de Nilópolis? Nunca. Minha casa e eu somos a mesma coisa. Não saberia viver em outro lugar. Estou neste mesmo lugar há mais de cinquenta anos, meu mundo são as ruas de Nilópolis, o sobe e desce da Mena Barreto, o céu que vejo todos os dias, o cheiro das ruas e o som que me vem já quase inaudível.[...] (LONDON, 1999, p.40,93,116)*

E esta *shteitl* será construída na Rua Mena Barreto em pleno centro da cidade de Nilópolis, parte mais alta da cidade a fim de evitarem os alagamentos. Esta rua também era denominada pela população local como a “Rua dos Judeus”, pois poderia encontrar lá tudo que um judeu precisava para manter e garantir a sobrevivência física, financeira, cultural e religiosa. Existia desde a venda de produtos típicos à Sinagoga, tudo num único local, constituindo uma rede de instituições e solidariedade que remetia a base da comunidade judaica nos países de origem. (LONDON, 1999, p.67-72)

Fausto (1998, p.18) afirma que ao se assentar no Brasil o imigrante procura amenizar o corte com seu país de origem, e para tanto materializa de várias maneiras algo que remeta a lembrança da terra que deixou. Todavia, essa rua também assumia outro aspecto, o de centro comercial na cidade para os não judeus, com suas alfaiatarias, padaria, drogaria, casa de tecidos com roupas de cama e mesa, gráfica, sapateiros, lojas de moveis e eletrodomésticos, e quase todos moravam nos fundos das lojas e a família participava de maneira ativa das atividades da loja.

A partir de Santos (apud, RIBEIRO, 2008, p.244) podemos ver a Rua Mena Barreto ou a Rua dos Judeus, como um referencial definidor dos limites de um determinado território. Cujo universo é repleto de múltiplos eventos e relações, onde a vida social acontece num ritmo de fluxo constante o qual se mistura tudo, numa espécie de microcosmo real de espaços de relações. (SANTOS & VOGEL, apud, RIBEIRO, 2008, p.244)

## Memória Feminina e Judaica

Esther London, em seu livro *Vivência Judaica em Nilópolis*, demonstra uma escrita impregnada de saudosismo e melancolia, nos apresentando uma cidade que não existe mais.

*Hoje, tudo é silêncio. Onde está o povo que, como um cometa, passou por esta cidade, e por mais de meio século fez de Nilópolis sua casa, sua Shteitl, sua heimele. Como Belz, Brisk, Ostrowiecz e tantas outras?*

*A memória dá novas voltas, mais rápidas, e este encontro fugaz, no tempo e no espaço, se recompõe em cenas, sons, incidentes, vidas vividas. (LONDON, 1999, p.19)*

A obra literária de London constitui-se através de suas memórias formadas a partir das suas lembranças, ou seja, das recordações de uma mulher que pertence a uma geração de pessoas nascidas a mais de oitenta anos, a idéia de uma cidade e de uma comunidade da qual já não se faz mais presente, numa busca, por vezes incansável, mesmo que nas suas lembranças, da (re)afirmação de sua história. Conforme afirma Bosi:

*Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que de são, para ele, [...], significativos dentro de um tesouro comum.*

*Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. (BOSI, 1994, p.411, 418)*

Vimos uma narrativa, composta por lembranças evocadas por fontes orais estritamente ligadas ao lugar que a mulher ocupa e aos tipos de atividade que ela desempenha no espaço social.

*A escolha das Rainhas e Princesas do Clube Macabi davam asas à vaidade e as escolhidas convidavam seus príncipes para dançar e exibir seus dotes.*

*[...] As esposas e filhos ajudavam a tomar conta, fazer a limpeza, pregar botões, guardar o que não era mais necessário. [...] (LONDON, 1999, p.60,68)*



Esse aspecto remete ao que afirma Perrot (1989), pois para a autora, as mulheres guardam suas recordações vinculadas a sua condição, ou seja, conforme os lugares que ocupam tanto em sociedade como no convívio familiar, pois “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.” (PERROT, 1989, p.09)

Desse modo, segundo Fentres e Wickham (1994), os relatos femininos que expressam a memória feminina privilegiam os acontecimentos no âmbito familiar. Ainda segundo os autores, a memória feminina é composta por um processo narrativo assexuado, pois a sociedade apresenta um alto grau de segregação, cuja dominação não vem de fora e sim de dentro do grupo social. Contudo as mulheres estão à frente de muitos ou da maioria dos momentos chaves do seu ciclo de vida por que os tem em suas mãos, pois são as mulheres as responsáveis por guardar os registros das experiências passadas. Para as mulheres a memória é uma experiência presente e não uma opção pessoal.

*Estas tardes de sextas-feiras não existem mais. São apenas lembranças e só quem as viveu poderá lembrar sua autenticidade.*

*Nas obras de Fayga Ostrower que serviram como presente do Brasil a ONU [...] há um pequeno traço, distinto e preciso, [...], que é sem dúvida, uma mistura de Lodz, Nilópolis e Efraim Krakoski. (LONDON, 1999, p.81, 128)*

No que concerne à utilização de fontes orais, Castele-Schweitzer e Voldman (1992) esclarecem que, estas funcionam como uma forma de devolver-lhes o espaço numa sociedade masculina, dirigida por homens, mas sem cair no erro de um mundo sem os homens, porque isso seria negar a realidade. Observa-se que a autora lança mão deste recurso nas páginas finais do livro, pois reserva um capítulo para registrar depoimentos colhidos.

*[...] alguns depoimentos que [...], marcam bem a comunhão que existiu entre nossa comunidade e um pequeno pedaço de terra, [...]. São depoimentos carregados de emoção [...] (LONDON, 1999, p. 103)*

Ao narrar os fatos e momentos importantes ocorridos na comunidade judaica, à autora, permite de acordo com Bosi (1994) uma relação do presente com o passado que irá influenciar diretamente na interpretação do processo atual das representações.

*O professor Mendel Tumovski, [...] costumava convidar os Schlichim (delegados culturais de Israel)[...], para fazer palestras em Nilópolis.*

*Um desses convidados foi o escritor judeu Kasherguinski, sobrevivente do hecatombe que abalou nosso povo.[...] veio [...] lançar seu livro 'Partizaner ghaien' (Os guerrilheiros estão vindo) [...]*

*O livro, escrito em iídiche, fala sobre os terríveis tempos para os judeus durante a Segunda Guerra Mundial.[...]*

*Poucos anos após o fim da Guerra, estes relatos comoviam e levavam às lágrimas todos que os ouviam. Passados tantos anos, para quem os viveu, comovem como se estivessem acontecendo ainda agora. (LONDON, 1999, p.51-55)*

Observa-se outro aspecto presente no livro, que são os registros dos tempos áureos da Sinagoga na comunidade judaica em Nilópolis, a qual serve como ferramenta para a construção da identidade do indivíduo de seu grupo. “[...] É ali na Sinagoga que as crianças começam e descobrir que são judias.” (LONDON, 1999, p.17) Como nos explica Michel Pollack

*[...] podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de identidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLACK, 1992, p.5)*

Convém ressaltar que esta mesma Sinagoga também desempenha outro papel para o indivíduo em questão, pois funciona como um lugar de memória. A teoria dos lugares de memórias foi formulada por Pierre Nora entre os anos de 1978 a 1981. Segundo Nora

*Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p.13)*

Logo podemos constatar que os lugares de memória surgem pela necessidade que nossa sociedade possui em preservar sua identidade, sua origem, e dentro deste contexto vão (re)construindo sua história através da eleição destes locais, através dos quais, pode-se pensar que somos constituídos por de lembranças e não de esquecimentos.

*Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual. (NORA, 1993, p.12,21)*

Outro lugar que representa muito bem os chamados lugares de memória de Nora (1993), do qual se dá grande ênfase no livro é a Rua Mena Barreto, apresentada como um marco, e considerada pela autora uma das principais ruas da cidade e que serve como ponto de referência para várias lembranças evocadas. Neste lugar, ressurgem lembranças não apenas cartográficas e estéticas, mas lembranças que um local que servia como ponto de encontro, centro comercial, consultório médico e onde se localizava o espaço mais importante para esta comunidade a Sinagoga Tiferet Israel (Beleza de Israel). Ao se falar nestes lugares é também falar da memória que cada um que vivenciou esta época possui. “O centro de Nilópolis, ou melhor, a rua Mena Barreto, em dias úteis, ficava cheia[...]” (LONDON, 1999, p. 67)

Nora(1993) afirma que “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...]. A memória é o absoluto [...]”.(NORA, 1993, p.9) Ainda, de acordo com Nora (1993), os judeus são considerados o povo da memória, pois a mantém viva por meio do ritual da tradição e da sacralização. Tradições estas que são bem explicitadas pela autora nas páginas do livro.

*Nas sextas-feiras após o meio-dia, o forno da padaria era liberado para as donas de casa judias assarem o que quiseram, para o Shabat, que para os judeus é um dia santificado. Não se trabalha, não se cozinha, não se negocia. ‘No sétimo dia descansarás.’ [...] Nenhum judeu em Nilópolis podia se queixar da falta de meios para praticar o kashrut.(Rito judaico relativo as comidas purificadas ou comidas casher). (LONDON, 1999, p.80,86)*

Portanto segundo Nora (1993) podemos considerar todos estes locais como lugares de memória porque não se vive mais o que eles comunicam, e porque a história se apropriou deles como sua matéria-prima.

*[...] Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história [...]. (NORA, 1993, p.8)*

Corroborando temos Maurice Halbwachs (2006) ao afirmar que:

*[...] a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixa-la por escrito (HALBWACHS, 2006, p.85)*

Devemos destacar que, a memória composta por lembranças e seus consagrados lugares e a história possuem uma relação próxima. Desse modo vemos ao longo da leitura do livro a história da cidade se mesclar a histórias individuais e coletivas, construindo a memória de uma comunidade judaica que já não existe mais.

## Conclusão

A partir da narrativa memorialista de Esther London é possível refazer a história da comunidade judaica que se estabeleceu por volta da década de 20, na cidade de Nilópolis, um dos doze municípios que compõe a região da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.

A autora refaz os passos de um determinado grupo, o que facilita no (re)conhecimento de seus

costumes, identidades, além de possibilitar na verificação de como as lembranças podem formar memórias que auxiliam na reconstrução de um passado o qual nos ajuda a compreender o presente.

Auxiliou no entendimento de um povo, que apesar da perseguição não deixou se render tão facilmente as imposições do homem que tentava dizimá-lo. Buscando soluções, através das diásporas, para continuar vivendo sua fé e cultura, pois o judeu assumiu o compromisso de lembrar para sempre da sua pátria e de não aceitar a resignificação de suas práticas religiosas, conforme nos afirma Tzvetan Todorov o perigo, “[...] é o apagamento da memória, porque a cultura é essencialmente objeto da memória e o imperativo bíblico é lembrar” (apud, NOVINSKY, 2009, p.8)

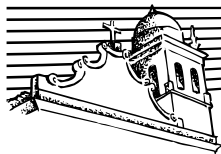
*Se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém, esqueça-se a minha destra de sua destreza. Apegue-se-me a língua ao paladar, se não me lembrar de tí, se não preferir Jerusalém à minha maior alegria. (SALMOS, 137, 5-6)*

Demonstrou ainda que os judeus na cidade de Nilópolis desempenharam um papel fundamental, pois auxiliaram na emancipação da cidade do município de Nova Iguaçu, através das suas vendas de produtos que ajudaram na prosperidade econômica da localidade. Entretanto, na medida em que se elevaram suas condições econômicas este grupo foi deixando a localidade, seja a fim de prover novas e melhores oportunidades para seus descendentes ou então, vislumbrando possibilidade de poderem ficar próximos a outros parentes que estavam na capital do Estado do Rio de Janeiro.

## Referências Bibliográficas

- BÍBLIA SAGRADA. **A Bíblia Ave-Maria**. Trad.Monges Maredsous. Rev. Frei João José Pedreira de Castro, O.F.M. 45ª Ed. São Paulo: Ave-Maria, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.405-482.
- CARDOSO, Ernesto. **Nilópolis de ontem e de hoje**, Nilópolis: L & J. Berkowitz, 1938.
- CUNHA, André Lopes da. **A lógica da produção imobiliária e processos de segregação intra-urbana : o caso particular de Nilópolis**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 2009.
- FAUSTO, Boris. **“Imigração: cortes e continuidades.”** In: **Historia da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Fernando Torres Coord. Geral; Lília Moriz Schwariz Organizadora do vol. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-61.
- FENTRESS, James, WICKHAM, Chris. **“As memórias das mulheres.”** In: **A Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992. p.168-175.
- FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- GRIN, M.; VIEIRA, N. “Introdução.” In: **Experiência Cultural Judaica no Brasil: Recepção, Inclusão e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.p. 9-18.
- GRINBERG, Keila. **Judeus, Judaísmo e Cidadania no Brasil Imperial**. s/d. p. 1-15
- GRUN, Roberto. **“Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil.”** In: **Fazer a América**. Fausto, Boris (org) São Paulo: Editora da Universidade da São Paulo, 1999. p.353-381.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006. 198p.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LESSER, Jeffrey Howard. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LONDON, Esther. **Vivência judaica em Nilópolis** / Esther London. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1999. 148p.
- NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro (org). **Memorial Nilopolitano, Tomo I** / [concepção, organização e pesquisa. Marcus Antonio Monteiro Nogueira; pesquisa auxiliar Sergio Linhares de Souza; textos Ernesto Cardoso, Marcus Antonio Monteiro Nogueira]. – Nilópolis, RJ: Prefeitura Municipal, 2009.

- NORA, Pierre. **“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”**, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- NOVINSKY, Anita. **“O legado do judaísmo à civilização brasileira.”** In: **Identidade e cidadania como se expressa o judaísmo brasileiro**. Organização Helena Lewin. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 2-8.
- OLIVEIRA, Claudio de. **Nilópolis Uma Feliz Cidade**. Nilópolis: Fundação Padre Mateus [s.n.] 1997.
- \_\_\_\_\_. **“Nilópolis.”** In: **Baixada fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Organização Gênese Torres. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004. p. 168-170.
- PERES, Guilherme. **“Nilópolis, Seu Povo, Sua História: Venda da Fazenda São Matheus.”** Imprensa Fluminense, Nilópolis, Vol. V, p.7, 1º a 15 de outubro de 2010.
- PERROT, Michelle. **“Práticas da Memória Feminina.”** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9 n 18, ago-89/set-89. p. 09-18.
- POLLACK, Michael. **“Memória e identidade social.”** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n 10, 1992. p. 200-212. Disponível em [http://api.ning.com/files/LI8EhWKOjnpBzyw257Y0NHNZ7xcrf09jmLgegfTskrMH\\*4bgGuha7RjunwpB7V0vtLjHGOM-t7nk\\*godglpjyrxGZxl1DJ8/MemriaeIdentidadeSocial.pdf](http://api.ning.com/files/LI8EhWKOjnpBzyw257Y0NHNZ7xcrf09jmLgegfTskrMH*4bgGuha7RjunwpB7V0vtLjHGOM-t7nk*godglpjyrxGZxl1DJ8/MemriaeIdentidadeSocial.pdf) . Acesso em 21 de janeiro de 2011.
- \_\_\_\_\_. **“Memória, Esquecimento, Silêncio.”** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n 3, 1989. p. 3-15.
- RIBEIRO, Paula. **Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)**. Tese. (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC-SP, 2008.
- RIBEIRO, Paula. **“Praça Onze: um estudo sobre etnicidade e cultura urbana.”** In: **Judaísmo e Modernidade**. Organização Helena Lewin. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p.188-198
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- SORJ, Bernardo. **“Díaspóra, Judaísmo e Teoria Social.”** In: **Grin, M.; Vieira, N., Experiência Cultural Judaica no Brasil: Recepção, Inclusão e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- SZUCHMAN, Esther. **“Memórias, línguas e identidade. Identificação linguístico-cultural na condição judaica.”** In: **Judaísmo e Modernidade**. Organização Helena Lewin. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p.358-377
- SZUCHMAN, Esther. **Identificação/Identidade: Linguagem, História e Memória na condição Judaica**. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso). Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- WANZELER, Daniel A. N. **A Maçonaria na História de Nilópolis**. Rio de Janeiro, RJ: Loja Maçônica Cayru II nº 1.437. 1ª Ed., 2004.
- WEBER, Max. A dominação não-legítima (tipologia das cidades). § 1. Conceito e categorias da cidade. In: Weber, Max; Barbosa, Regis e Karen Elsabe (trad); Cohn, Gabriel (revisão técnica). **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, volume 2**; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p.408-425.
- WOLFF, Egon e Frieda. **Judeus nois Primórdios do Brasil República**. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Israelita H. N. Bialik, Centro de Documentação, s/d.
- WORCMAN, Susane. **Heranças e Lembranças: Imigrantes Judeus no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Ari: Ciec: Mis, 1991.



## FUTEBOL EM DUQUE DE CAXIAS DURANTE A DÉCADA DE 1950<sup>1</sup>

Diego Lúcio Villela Pereira<sup>2</sup>

O futebol é um dos fenômenos culturais mais marcantes da sociedade contemporânea. Mesmo quem não aprecia o esporte não pode negar sua influência no cenário mundial movimentando altas cifras, mobilizando as massas rumo aos estádios e, o mais importante, ressignificando as relações sociais através de suas representações simbólicas. No Brasil o impacto simbólico do futebol é intrinsecamente enraizado na cultura nacional, assim como outras manifestações culturais – a capoeira e o samba são as expressões populares por excelência juntamente com o futebol<sup>3</sup>.

Como entender este processo cultural tão presente em nosso país? Quais são as características presentes na formação histórica do futebol que criou condições para a sua consagração nacional? Como podemos mensurar a importância do futebol na cultura nacional?

Podemos apenas vislumbrar possibilidades de respostas a estes questionamentos, pois no plano geral, a partir da análise do fenômeno a âmbito nacional várias obras se destacam no esforço explicativo do papel do futebol para a sociedade brasileira<sup>4</sup>.

Na década de 1950 a cidade de Duque de Caxias se consolidava enquanto município na região da Baixada Fluminense. Emancipada em 1943 de Nova Iguaçu, teve a primazia em sua estruturação política, social e econômica como território autônomo. A partir deste processo a Baixada Fluminense sofreria uma intensa transformação em sua estrutura territorial através das emancipações de dois importantes distritos: São João de Meriti e Nilópolis.

Também é a década de consolidação dos migrantes oriundos, sobretudo, do Norte Fluminense e do Nordeste brasileiro, no território caxiense. As ondas de loteamentos adequaram e personificaram o espaço do Município selecionando os espaços da 'elite' e dos segregados, admirados pela opulência econômica da recente cidade em construção. As mazelas sociais eram latentes, as contradições flagrantes.

Uma das formas de expressão popular foi o futebol. Como representação de um grupo, atua como 'metáfora da realidade' – segundo definição de Robert Levine – evidenciando as insatisfações do meio social juntamente com suas características simbólicas. A população recém chegada ao município na década de 1950 na busca de identificação local incorpora o futebol através dos clubes e agremiações locais a fim de se inserirem na localidade estabelecendo vínculos e novos traços de significação e solidariedade.

O objetivo deste artigo é contribuir para a compreensão das relações sociais e culturais travadas no Brasil através do futebol, estabelecendo uma análise centrada em um caso específico: o município de Duque de Caxias a partir de 1950 até 1962. Durante este período de fundamental importância para a população e consolidação do futebol no Brasil, a região analisada será compreendida como síntese do processo de 'metáfora da dinâmica social'<sup>5</sup>, tendo as práticas simbólicas do futebol como eixo central para a análise da sociedade, além de compreender as peculiaridades entre o futebol e a formação de identidades locais perpassando por suas influências políticas no cenário municipal e de suas características culturais.

<sup>1</sup> Texto apresentado como requisito para conclusão do Curso Pós Graduação *lato sensu* em História Social da Baixada Fluminense pela UNIGRANRIO.

<sup>2</sup> Pós Graduado em História Social da Baixada Fluminense pela UNIGRANRIO. Professor da rede estadual de ensino.

<sup>3</sup> Um ótimo trabalho sobre esta temática é BRUHNS, Heloisa Turini. Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 11-13. A autora estabelece interessante análise das três principais manifestações culturais da sociedade brasileira.

<sup>4</sup> Os principais autores que analisam o futebol são: Roberto DaMatta; Leonardo A. M. Pereira; Gisella A. Moura; Ricardo Giulianotti; Hilário Franco Júnior; Gilberto Agostino, além dos autores clássicos: Mario Filho; Nelson Rodrigues; Anatol Rosenfeld.

<sup>5</sup> Conceito utilizado pelo historiador americano ROBERT LEVINE, que consiste em analisar microssociedades como apêndice da macrosociedade.

No tocante as fontes primárias os periódicos Folha de Caxias, O Municipal e Tópico foram de fundamental importância para a pesquisa além do acervo fotográfico do Instituto Histórico Vereador Tomé Siqueira Barreto da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Os relatos de agentes históricos que vivenciaram o período ajudaram a esclarecer algumas indagações levantadas pelas fontes oficiais, servindo também para esclarecer vários aspectos do cotidiano esportivo do município.

Quando se fala em relações de sociabilidade através do futebol queremos nos referir às práticas cotidianas propiciadas pelo esporte em um município recém emancipado e, por isso, buscando sua identidade cultural. Duque de Caxias durante a década de 1950 recebe pessoas de diversas regiões do país. Essa pluralidade de costumes converge num caleidoscópio cultural que oferece diversas interpretações. Aqui daremos conta do futebol.

Duque de Caxias atingia segundo o Departamento de Estatísticas do Município, em 1950, o número de 115 mil habitantes. Essas pessoas, muitas das quais recém chegadas ao território, encontraram uma região dividida culturalmente. Segundo Marques ainda na década de 1920 uma elite local se organizou em torno do projeto de emancipação criando espaços culturais que o diferenciavam de Nova Iguaçu e das camadas populares:

*“Essa fração de elite que desde os anos 20 se organizou para reivindicar a emancipação e se empenhou na construção de uma imagem positiva da região (...). Para diferenciarem-se de Nova Iguaçu e das camadas populares locais e fortalecerem sua identidade se utilizaram de lugares de sociabilidade como o ‘Bar UPC’, os clubes ‘Aliança’ e ‘Recreativo Caxiense’ e ‘dos 500’.” (MARQUES, 2005, p.57)*

A elite do então 8º distrito de Nova Iguaçu se apropria de lugares de sociabilidade que excluíam as camadas populares. Restavam para elas outras alternativas de lazer. Em uma região onde o processo especulativo do solo estava em vigor, gerando contradições sociais, enquanto que milhares de pessoas chegavam e se estabeleciam em áreas periféricas do município, a rede de socialização popular baseava-se em práticas bem simples.

*“Sobrevivendo aos desmandos policiais, a desestruturação urbana e a falta de serviços públicos, a população mais simples do município, buscava aproveitar seus raros momentos de lazer em festas comunitárias, familiares e religiosas (...). Nos bairros periféricos, pontuavam outros clubes não tão ‘fechados’, onde as camadas populares podiam buscar um lazer mais organizado e sistemático.” (BRAZ e ALMEIDA, 2010, pgs. 77 e 78)*

Junto a essas formas de diversão o futebol figurava entre as principais. Os diversos times de várzea existentes no município propiciavam maior interação entre os moradores que viam nos clubes formas de se adequarem melhor a região. Equipes como o Belém Futebol Clube, Esporte Clube Gramacho, Esporte Clube Vila São Luiz, Vasquinho do Bar dos Cavaleiros, Itapemirim Futebol Clube, Leopoldina Futebol Clube desempenhavam importante função de integração dos moradores recém chegados ao município. Essa integração se dava através de padrões de sociabilidade estabelecidos através das práticas futebolísticas locais e de outras ações de lazer.

Os torneios de futebol eram organizados pela Liga de Desportos de Duque de Caxias, fundada em 25 de março de 1945, a entidade era a principal organizadora do futebol no município. Durante a década de 1950 seu principal representante foi Jayme de Azevedo Reis importante desportista que desempenhou a função de presidente por vários anos sendo o responsável pela consolidação da Liga no município. Dentre os clubes que fizeram parte da LDDC figuraram: Nacional F. C.; América F. C.; Estrela Azul F. C.; A. A. Ferroviária da Leopoldina; Centro Progressista Floriano Peixoto; Rolo Compressor F. C.; Oriental F. C.; Manufatura E. C.; Lusitano A. C.; Enigma F. S.; F. S. Oberg Clube; Clube dos 500; Duque de Caxias F. C.; Comercial A. C.; Real Madri F. C.; Laranjeiras F. C.; Unidos do Parque Fluminense F. C.; Vasco Caxias F. C.; Diamante Negro.

A década de 1950 trouxe a emergência de se construir um estádio capaz de abrigar oficialmente as partidas e competições realizadas pela Liga de Desportos de Duque de Caxias. A idéia surgiu nos anos 40, a partir da estruturação da Liga, em 1945, logo após a emancipação do município. Alvo de especulações no legislativo municipal, a construção do estádio municipal ganhou fôlego com os vereadores Hermes Gomes de Azevedo (1947-51) e Moacyr Alves Branco (1951-55) defensores da iniciativa. Neste período o então prefeito Adolpho David, assumindo o cargo executivo por ser o Presidente da Câmara, enviou mensagem à Casa Legislativa municipal propondo a construção de uma praça de esportes. Porém o projeto não se concretizou.

Com a eleição de Braulino de Mattos Reis como prefeito juntamente com atuação do vereador Waldir Medeiros, o processo de construção do estádio foi viabilizado. A empresa Melhoramentos de Caxias cedeu uma área no bairro Jardim 25 de Agosto para a consolidação do projeto. O primeiro passo havia sido dado, porém inúmeros contratemplos aconteceriam.

Em sua coluna no jornal Folha de Caxias, Jayme de Azevedo Reis, então presidente da LDDC e um dos mais renomados desportistas do município, enfatizou o embargo promovido por vereadores opositores ao prefeito Braulino Reis negando a suplementação da verba para a obra (Folha de Caxias, 12/09/53).

Resolvida a questão dos vereadores, surgiu novo problema. O departamento da prefeitura responsável pela gerência das obras exigiu dos candidatos para as obras conhecimentos em português, matemática, geografia, história do Brasil e até noções de álgebra. Sobre está medida Jayme Reis concluiu que:

*“(...) para o estádio ter andamento, será necessário que um grupo de advogados ou engenheiros se candidatem ao emprego, pois somente tal classe de homens possuem tantos conhecimentos. Mas tudo isso não passa de mais um meio de dificultar e atrasar o serviço.” (Folha de Caxias, 31/01/54)*

É importante destacar a participação da LDDC no contexto político de reivindicações em prol da construção do estádio municipal. Desde a criação da entidade, em 1945, a defesa por melhorias estruturais e um maior apoio político ao esporte municipal eram bandeiras levantadas constantemente. O início das obras de construção servia de incentivo para os futebolistas além de caracterizar importante vitória política da LDDC.

Em 1954 o estádio municipal foi inaugurado. A princípio a data estava marcada para o dia 25 de agosto. Devido a problemas de falta de material a entrega oficial passou para 7 de setembro. Porém não se cumpriu nenhuma das datas sendo somente efetivada a inauguração em 26 de setembro de 1954. Mais uma vez os problemas com o andamento das obras fizeram com que a inauguração fosse adiada, e pior, que o estádio fosse entregue sem estar completamente acabado.

Na solenidade de inauguração estiveram presentes vários políticos e personalidades do esporte regional. Além do prefeito Braulino Reis compareceram os deputados Roberto Silveira e Mario Fonseca; o presidente da Federação Fluminense de Desportos, José Ramos de Freitas; o presidente da Liga de Desportos de São João de Meriti, Joaquim Freire da Costa juntamente com sua diretoria. A solenidade contou com a exaltação de símbolos nacionais – Hino e Bandeira – incorporando elementos militares.

Apesar dessa iniciativa a favor do futebol os problemas relativos à administração do estádio municipal logo apareceriam. Um deles foram os pedidos de utilização do estádio feito com frequência por clubes que não possuíam existência legal. Isso ocorria devido a não fiscalização dos registros dos clubes requisitantes por parte da administração do estádio, exercida por Mario Brum, funcionário indicado pela prefeitura. Qualquer pessoa poderia agendar partidas no estádio desde que enviasse o pedido em papel timbrado sem se preocupar com trâmites burocráticos. Sendo assim, se algum dano acontecesse ao estádio em algum desses jogos o clube responsável não poderia ser punido legalmente visto que o mesmo não era legalizado. Parecia que o estádio municipal trazia mais problemas que soluções. Mesmo quase dois anos após sua inauguração apresentava sérios problemas estruturais.

*“São tantos os buracos, que jogar ali constitui uma ameaça a integridade física dos atletas. (...) Outros clubes que aqui tem vindo tem levado do nosso ‘Estádio’ a pior impressão possível, sendo por demais vexatórias as críticas que ouvimos. A continuar assim seria melhor que o Prefeito fechasse logo o estádio, pois assim nos pouparia a vergonha que sempre passamos ante aos nossos visitantes (...)”. (Folha da Cidade, 03/02/57)*

Mesmo com todos esses problemas o estádio sediou jogos do Campeonato de Futebol da Federação Fluminense de Desportos. Impressionados com a péssima condição do estádio a imprensa esportiva de Niterói fez duras críticas à prefeitura de Duque de Caxias em decorrência do jogo entre as seleções municipais pelo Campeonato de 1957. Segundo as críticas a utilização do estádio municipal para a realização de comícios do Prefeito Francisco Correa estaris prejudicando o andamento do campeonato. Outras denúncia foi feita pelo presidente do Fonseca F. C. sobre a péssima condição do gramado do estádio municipal durante a partida contra o Nacional.

Este panorama evidenciado em 1957 pressionou a prefeitura no sentido de resolver os inúmeros problemas do estádio que havia sido impedido de sediar jogos organizados pela Federação Fluminense de Desportos. O prefeito Francisco Correa cogitou a possibilidade de entregar o estádio a tutela da LDDC. Esta decisão seria uma clara manobra de transferência da responsabilidade sobre as mazelas do estádio.

A administração do estádio municipal pela prefeitura sempre gerou atritos com a LDDC. As ações eram limitadas pela prefeitura que não exercia postura coerente em relação à manutenção e concessão do estádio. No primeiro trimestre de 1958 quando estava iminente o início do campeonato municipal a prefeitura não liberou o estádio para os jogos organizados pela LDDC, ocasionando protesto do presidente da Liga, Jayme Reis, que interrompeu as partidas mobilizando os clubes contra a decisão da prefeitura.

As melhorias na infraestrutura do estádio foram alcançadas não pela ação do governo municipal, mas sim pela capacidade de organização da LDDC juntamente com os clubes. Jayme Reis continuava a usar seu espaço no Jornal Folha da Cidade para denunciar o descaso das autoridades pelo estádio. Ele propôs a união dos desportistas e dirigentes de clubes para realizar melhorias na principal praça de esportes do município. Surgiu, assim, uma campanha em prol de arrecadação financeira para a reforma do estádio municipal. Para este objetivo realizou-se partida entre a seleção de Duque de Caxias contra a seleção de Saracuruna. Toda a renda do evento foi revertida para a campanha.

As formas de reivindicações por melhorias estruturais no estádio municipal mostravam a cobrança da LDDC às esferas políticas municipais. Este episódio revela características da política municipal do período como podemos perceber em matéria publicada no jornal Folha da Cidade:

*“Construído as pressas para que fosse inaugurado antes das eleições de 1954 a obra não obedeceu os requisitos técnicos necessários daí as falhas que apresenta. Havia a promessa de que o Sr° Francisco Correa concluiria aquela praça de esportes (...) desde que o referido prefeito fora eleito na mesma chapa do Sr° Braulino Reis que foi construtor da obra (...) Mas veio o rompimento do Sr° Francisco Correa com o atual Deputado Braulino Reis e o estádio (...) foi relegado a ultimo plano na administração.”(Folha da Cidade, 04/01/59)*

O futebol através das relações entre os clubes de várzea foi amplamente utilizado por políticos como plataforma eleitoral, principalmente durante os anos 50, período em que o Brasil se consolidava como potência do futebol mundial. Com a consolidação da LDDC como principal mantenedora e organizadora do futebol, pelo menos na área centras do município, foi possível estabelecer intercâmbio com importantes clubes cariocas como o São Cristóvão e o Botafogo, com jogos realizados por essas equipes em Duque de Caxias. Esses jogos contavam sempre com a presença de autoridades locais e pretensos candidatos a cargos públicos.

A relação dos políticos com os clubes sempre foi tumultuada. Durante o período eleitoral os clubes eram alvos dos assédios de inúmeros candidatos. Jayme Reis advertia os dirigentes dos clubes a não compactuarem com práticas de barganha eleitoral. Podemos perceber a importância do cenário esportivo municipal enquanto esfera das redes de sociabilidade e interação política no processo de utilização dos clubes como plataformas eleitorais para candidaturas emergentes.

Essa prática tornou-se recorrente no país principalmente durante a década de 1950 quando o futebol brasileiro passou a despontar internacionalmente e ganhar projeção mundial. A Copa de 1950, realizada no Brasil, ajudou a consolidar o esporte no cotidiano brasileiro. Nem mesmo a decepção da derrota para os uruguaios cessou o entusiasmo da população para com o esporte. A consagração veio em 1958 na Copa da Suécia quando a seleção brasileira registrou de maneira indelével sua posição entre os grandes do futebol. A vitória da Seleção teve grande repercussão em Duque de Caxias. O jornal Tópico destaca:

*“Todo desenrolar da grande partida foi acompanhado pelo público nas ruas de Caxias, em retransmissão pelos auto-falantes instalados sobre carros de propaganda, improvisando-se, depois, um verdadeiro carnaval da vitória, quando a animação tomou conta de todos os brasileiros. (...) Na apoteótica chegada dos campeões do mundo, Nelson Cintra organizou uma grande caravana, com ônibus especiais, que transportaram milhares de pessoas ao Galeão, onde os caxienses foram levar o seu abraço de confraternização aos craques que*



*chegavam da Suécia. Lá a animação não foi menor. Inclusive a Srt<sup>a</sup> Laine de Souza Oliveira, representante da beleza feminina em Caxias e da nossa sociedade, acompanhou (e floriu) a caravana que foi abraçar os campeões.” (Tópico, 12/07/58)*

O grande destaque da copa, juntamente com Didi e Pelé, foi Garrincha. Natural de Pau Grande, bairro de Magé, município limítrofe a Duque de Caxias, o jogador do Botafogo figurou no cenário das comemorações municipais pela conquista do mundial. Sua imagem não deixou de ser associada a campanha política. A Convenção Municipal do Partido Socialista Brasileiro em Duque de Caxias lançou a candidatura de Nelson Cintra para a prefeitura assim como os nomes dos candidatos a vereadores para as eleições de 1958. Realizada na Câmara Municipal, a solenidade contou com a presença de Garrincha que recebeu de Nelson Cintra ‘o documento mediante o qual poderá apossar-se de um lote de terreno no Jardim Primavera’. Segundo matéria do Jornal Folha da Cidade, o craque declarou em seu discurso que: “Com o mesmo interesse que defendi as cores do Brasil na Europa, tenho a certeza de que Nelson Cintra defenderá os interesses de Caxias” (**Folha da Cidade**, 20/07/58).

Nelson Cintra expôs suas propostas de governo caso fosse eleito para a prefeitura, não incluindo projeto efetivo a favor de melhorias e incentivo ao esporte municipal. Em 1958 o viés esportivo foi corriqueiramente utilizado pelos candidatos em suas respectivas campanhas. Jayme Reis afirma:

*“A exploração em torno dos campeões mundiais tem sido absurda, não pelo fato de todos desejarem se aproximar de Garrincha e seus companheiros, mas sim pela farsa que representam tais manifestações que tem como objetivo adquirir popularidade.”*

O futebol aplica-se como metáfora da sociedade no sentido de compreensão das contradições e anseios de uma época. O município de Duque de Caxias durante os anos 50 vivia em um estado de tensão política e social evidenciada pela violência que pairava nessas duas esferas. Herdeiros de uma sociedade onde o uso da força para conseguir objetivos era constante os torcedores caxienses protagonizaram inúmeros casos de confusões em partidas de futebol.

Em 1954 o jogo entre Lusitano e Redentor não chegou ao seu fim devido a agressão ao árbitro por parte de alguns torcedores. A confusão aconteceu após um suposto erro de arbitragem contra a equipe do Redentor. Outro incidente, também envolvendo a torcida do Redentor, ocorreu contra o Tricolor, equipe do bairro Centenário, quando torcedores que assistiam ao jogo invadiram o campo ocasionando o encerramento da partida. Estes casos de agressões e desentendimentos nos jogos eram freqüentes. Alguns clubes tinham a torcida temida pelos outros, caso do Tricolor F. C. que em dia de jogos em seu bairro o fervor de seus torcedores intimidava os visitantes.

Em 1955 dirigentes do Rio Branco denunciaram integrantes da diretoria e a torcida do Tricolor F. C. por incidentes causados em dia de jogo no campo da equipe do bairro Centenário. A briga entre as torcidas transformou-se numa confusão generalizada afetando os moradores vizinhos ao campo. A LDDC interditou o campo do Tricolor.

Essas praticas representam os padrões de sociabilidade dos moradores a partir do futebol. Podemos destacar as seguintes formas de organização desses padrões: as festas organizadas pelos clubes que eram ligados aos bairros ou, em casos mais específicos, a ruas; intercâmbios com equipes de outras regiões onde se estabeleciam interações com costumes e realidades distintas; relação entre os clubes locais através da formação de rivalidades e por último o futebol oferecia formas de manifestação contra as insatisfações políticas e sociais.

As festividades serviam como importantes modos de interação entre os moradores do bairro e o clube. As festas eram organizadas pelo clube do bairro movimentando socialmente os moradores não apenas em torno de atividades relacionadas ao futebol, mas, sobretudo estabelecendo outras formas de sociabilidade. As festas tradicionais mesclavam-se as praticas futebolísticas, demonstrando a importância do esporte para os moradores. Assim datas importantes do calendário como feriados nacionais, religiosos e municipais eram incorporadas no calendário dos clubes.

Em pequena matéria publicada no Jornal Folha da Cidade em 1958 percebe-se a importância do futebol na construção de padrões de sociabilidade entre os moradores dos bairros. No dia 9 de março comemorava-se o dia do futebol fluminense. Nas festividades, os clubes promoviam algumas atividades como: “desfile de associações, madrinhas de clubes, eleição de rainhas do futebol, visita ao tumulto dos atletas falecidos, sessão solene à noite e, sobretudo, a disputa do tradicional Torneio Início de Futebol”. Dessa maneira os festejos serviam como ocasiões de interação coletiva da comunidade.

*“Os códigos sociais e morais são reforçados ou quebrados na festa, quando se come, bebe, veste, fala e se estabelecem laços pessoais diferentemente das situações comuns.” (Hilário, 246-47)*

Os festejos também aconteciam em datas comemorativas: aniversário do clube, feriados nacionais ou municipais. Em comemoração ao dia 25 de agosto, em 1956, o Nacional F. C. homenageou o município, assim como vários outros clubes. “Salve o Duque de Caxias”, encerrava a página do caderno especial do Jornal Folha da Cidade, muito preocupada na exaltação da figura histórica que nomeia o município. Outra data bastante festejada era o Dia do Trabalhador. Era comum os clubes realizarem confraternizações nos bairros visto que formavam-se basicamente por trabalhadores.

As redes de sociabilidade ampliavam-se cada vez que um clube se formava. O futebol de várzea exercia função privilegiada no cotidiano masculino da sociedade caxiense dos anos 50. As partidas realizadas nos campos transcendiam as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia dos trabalhadores. Nesse sentido o futebol ia além de uma simples prática de lazer coletivo, representando um elemento que concedia novo significado à localidade tornando a realidade mais atrativa, menos opressora.

Os intercâmbios com equipes de outras regiões ou até de outros Estados ofereciam grandes oportunidades de ampliação das redes de sociabilidade. Durante a década de 1950 inúmeros clubes visitavam o município participando das competições ou de partidas amistosas. Em 1955 aconteceu uma série de confrontos entre clubes de Duque de Caxias e os tradicionais clubes da capital. O primeiro grande clube a visitar o município foi o Botafogo de Futebol e Regatas. O clube carioca jogou no Estádio Municipal contra a seleção de Duque de Caxias vencendo por 2 a 1. A partir da vinda do Botafogo outros grandes clubes do Rio jogaram no Estádio Municipal. Em junho foi a vez do Flamengo em ação contra o Guarani. O clube carioca venceu de goleada: 6 a 0. Jogadores de destaque do clube da Gávea como Babá, Dequinha, Índio, Rubens e Pavão prestigiaram a partida. Já o Fluminense levou sua equipe juvenil para jogar contra a Associação Atlética Redentor, em junho, tendo vencido por 8 a 2 (Folha de Caxias, 03/07/55).

As rivalidades regionais eram constantes no universo do futebol municipal dos anos 50. Uma das principais era entre Duque de Caxias e São João de Meriti. Os vários confrontos pelo Campeonato Fluminense de Futebol acirraram o antagonismo das agremiações. Do campo esportivo para o econômico essa tensão mostrava as diferenças estruturais entre os dois municípios. São João de Meriti emancipou-se de Duque de Caxias em 1947 não alcançando avanços econômicos significativos como a FNM e a Reduc.

A seqüência de vitórias do E. C. Vila São Luiz principalmente na primeira metade da década de 1950 sagrando-se campeão em 52, 53 e 54 despertou uma intensa rivalidade com outras equipes, promovendo uma série de argumentações que desprestigiavam o sucesso do clube. Diziam ser impossível ganha-los em seu campo, pois grande era a pressão exercida por sua torcida e freqüente a atuação do árbitro a favor do time da casa.

O futebol ocupava posição privilegiada no cotidiano masculino do município na década de 1950. Mais precisamente o primeiro distrito era palco de inúmeras atividades futebolísticas, seja de várzea ou de caráter oficial promovido pela LDDC. Nos outros bairros, principalmente Saracuruna que, mesmo afastado do primeiro distrito e mais ligado a realidade esportiva do 6° distrito de Magé, mantinha uma importante dinâmica entre seus clubes de várzea a ponto de ser necessário a criação de uma entidade específica para organizar as atividades relacionadas ao futebol no bairro.

No final dos anos 50 a ADS (Associação Desportiva de Saracuruna) foi idealizada para melhor organizar o futebol nos segundo e terceiro distritos. A LDDC ficava restringida ao primeiro distrito apesar de ter alcance municipal, os clubes dos outros distritos de Duque de Caxias geralmente fechavam-se em torno de suas localidades. A dinâmica esportiva do interior do município fugia ao controle da LDDC. A proposta de criar uma

associação que auxiliasse na organização esportiva nos outros distritos do município se fez necessária na medida em que os diversos clubes existentes no interior passaram a se projetar através de torneios organizados pelos próprios clubes além de se aproximarem mais da realidade esportiva dos times de Magé. Os clubes de destaque que fizeram parte da ADS estão Americano; Expressinho; Urussaí; Coimbra; S. Jorge; Nacional; Belmonte; Primavera; Marilândia; Aliados; Jaguaré; C. Eliseos; Parada S. Lúcia; Imbariê; Bongaba; Independente.

Alvo de inúmeros migrantes que construíram uma realidade dinâmica e amplamente diversificada, Duque de Caxias presenciou no futebol importante faceta cultural agregando valores de sociabilidade entre as camadas populares.

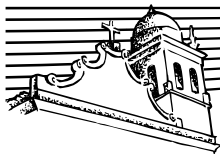
## Referências Bibliográficas

- AGOSTINO, G. **Vencer ou morrer. Futebol, geopolítica e identidade nacional**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2002.
- BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2010.
- Bruhns, Heloisa Turini. **Futebol, Carnaval e Capoeira. Entre as gingas do corpo brasileiro**. Campinas: Papyrus, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro Flamarion (coord.). **Dominios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DAMATTA, Roberto (org). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1992.
- DEL PRIORE, Mary e MELO, Victor Andrade de. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: UNESP, 2009.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIULIANOTTI, R. Sociologia do futebol. **Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LACERDA, Stélio. **Uma passagem pela Caxias dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edição do Autor. 2001.
- LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município – Dados Gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma Área Periférica – Duque de Caxias (1950-1980)**. Vassouras, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra.
- MARQUES, Evandro Cyrilo. **Transformação do espaço rural em urbano no município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Monografia de conclusão de pós graduação lato sensu, 1997.
- MOURA, Gisella A. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PEREIRA, Leonardo A. M. Footballmania. **Uma História social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PINSKY, Jaime (org). **O ensino de história e a construção do fato**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- RODRIGUES, Nelson. **A pátria em chuteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no foot-ball brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2003.
- ROSENFELD, Anatol. **Negro, Macumba e Futebol**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SOUZA, Marlucia Santos de. **Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de Poder Político Local (1900-1964)**. Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado. 2002.
- VELHO, Laís Costa. **Caxias Ponto a Ponto (1953-1957)**. Duque de Caxias, RJ: Editora Agora, 1965.

**Anexo**

**LIGA DE DESPORTOS DE DUQUE DE CAXIAS**  
Campeonato Caxiense de Futebol Amador da Categoria Adulto:

<b>ANO</b>	<b>CAMPEÃO</b>	<b>VICE-CAMPEÃO</b>
1950	A. E. ALIANÇA	E. C. VILA SÃO LUIZ
1951	NÃO FOI DISPUTADO	
1952	E. C. VILA SÃO LUIZ	BELÉM F. C
1953	E. C. VILA SÃO LUIZ	BELÉM F. C
1954	E. C. VILA SÃO LUIZ	GLORIOSO F. C.
1955	NÃO FOI DISPUTADO	
1956	NÃO FOI DISPUTADO	
1957	E. C. GRAMACHO	ORIENTAL E. C.
1958	ORIENTAL E. C.	ELDORADO F. C.
1959	E. C. VILA SÃO LUIZ	ROLO COMPRESSOR F. C.



## UMA HISTÓRIA PARA A HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE: Reflexões acerca da Produção Historiográfica e das Instituições de Preservação Documental, da Memória e Patrimonial

Vinicius Marcelo Silva<sup>1</sup>

### Introdução

Memória é um elemento importante na construção da identidade, seja ela individual ou coletiva, quer nasça de uma forma espontânea ou manipulada por diferentes interesses, ela é fundamental na construção de um sentimento que identifique os homens uns com os outros e os liguem por laços que vão muito além das relações econômicas entre eles. Observar, portanto, os pormenores das relações contidas nela é compreender como os diversos movimentos que a cercam funcionam. Assim, é relevante analisar as disputas, a preservação, a destruição, o silêncio, o esquecimento e a sua seletividade. Maurice Halbwachs acrescenta a isso que há um processo de “negociação” entre as memórias coletivas e as individuais:

*[...] para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que ele nós tragam os seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com as suas memórias e que haja suficiente pontos de contatos entre ela e as outras para a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída numa base comum.<sup>2</sup>*

O historiador ao olhar para ela tem um leque de possibilidades que permitirá descortinar a sua visão em relação a identidade de um país, de um estado, região ou município construída a partir dela. Portanto, se ela é um elemento importante na construção de um sentimento de pertença a determinado grupo, o profissional do passado deve utilizá-la como uma ferramenta na compreensão dessas identidades formadas, sendo assim, Michael Pollack observa o assunto da seguinte maneira: a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si. Ora, ela é responsável pela identidade, continuidade e coerência de um grupo social ou pessoa. Sua capacidade de ser transmitida de geração à geração de forma, como Pollak coloca sendo “hereditária”<sup>3</sup>, que permitirão as novas gerações manterem seus laços históricos, identidade e coesão enquanto nação, pessoas ou grupos sociais.

Dentro desses aspectos mencionados, a preservação é de vital importância, não apenas querendo somente aqui usar o conceito de hereditariedade de Pollak, mas sim atentando-se para a transmissão dela as futuras gerações aos quais a partir disto terão sua identidade social e a sua consciência histórica formadas. E é disso que trata este artigo, da preservação desta memória, da sua divulgação, das suas apropriação, dos seus pioneiros, da sua utilização, da preservação dos acervos documentais e da integração dos estabelecimentos voltados à preservação da memória e história na Baixada Fluminense com a comunidade e do entendimento de uma produção historiográfica na Região, é lógico. Para isto vamos fazer aquilo que os historiadores mais gostam de fazer, vamos voltar ao tempo, analisar a trajetória dos homens e mulheres que ajudaram a construir essa memória, essa história, e, enfim, como Marc Bloch dizia, vamos interrogar a morte para compreender a vida. Entretanto antes de continuar, é necessário comentar que este artigo nasceu da pesquisa realizada para o

<sup>1</sup> Graduando do curso de Licenciatura em História no Centro Universitário Uniabeu, onde participa do programa de apoio a pesquisa e extensão. <viniciusmarcelosilva@yahoo.com.br>

<sup>2</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, 3, 3-15, (1989)

<sup>3</sup> Conceito de hereditariedade em Michael Pollack, o autor acredita que a memória é transmitida de geração para geração tanto de maneira coletiva quanto individual, num nível tão forte que a memória dos outros passa a ser compreendido como as próprias memórias do indivíduo.

programa de iniciação científica do centro universitário Uniabeu, focando principalmente no Instituto Histórico de Duque de Caxias e no IPAHB em Nilópolis. Também é importante ressaltar que encontramos grandes dificuldades relacionadas à bibliografia consultada e que boa parte da pesquisa foi realizada acompanhando-se a trajetória desses Institutos na imprensa escrita e a partir dos relatos obtidos na utilização da história oral.

### **Pioneiros: uma rede para a história local e regional**

Na introdução acima comentamos um pouco a respeito da memória como elemento de formação da identidade coletiva e individual das pessoas e o que pretendemos daqui por diante e traçar um paralelo entre a formação dessa identidade e a construção de uma historiografia na Baixada Fluminense, mas para isso devemos falar daqueles que foram os seus pioneiros, todos aqueles que se dedicaram a preservação e divulgação da História da Baixada Fluminense e que através da sua dedicação e esforços formaram uma grande rede de trocas intelectuais e solidariedade na construção de historiografia da região.

Como construir uma história numa região que a tão pouco tempo foi ocupada demograficamente, uma região que nas palavras de Dalva Lazaroni foi constituída de imigrantes e retirantes e que, portanto, não possuíam identidade com ela, sendo assim, para essas pessoas era apenas um sonho de uma vida melhor um novo El Dourado. Não que a história da Baixada Fluminense e da sua ocupação tenha começado recentemente, pensar assim seria cometer um erro histórico. A história da região e da sua ocupação mescla-se praticamente com a própria história do Brasil, portanto, desde muito cedo a área foi sendo ocupada. O que queremos dizer aqui é que a explosão demográfica e a divisão geográfica e política da região, que a torna o que é hoje, é um fenômeno recente. Por exemplo, Mesquita que é o município mais novo da Baixada Fluminense conseguiu a sua emancipação há apenas poucos anos atrás, portanto, será que podemos realmente pensar que as fronteiras geográficas e políticas da região estão realmente formadas e consolidadas ou que nos próximos anos não poderão ocorrer novas mudanças, não que seja a nossa pretensão aqui sermos um espécie de oráculo e tentar adivinhar o futuro, nada disso. A questão é tentar demonstrar que essa historiografia foi construída num ambiente de constantes mudanças, sejam elas geográficas, políticas, demográficas, sociais e econômicas, sendo assim, esta região é um palco fértil para os trabalhos de historiadores, sociólogos, economistas, antropólogos e quaisquer outros pesquisadores que estejam dispostos a desvendar os seus segredos.

Pioneiros sim, pois, no momento que homens como Ney Alberto, Rui Afânio Peixoto, Waldick Pereira, Guilherme Peres e Gênese Torres lançam-se a pesquisa histórica, pouco havia ou quase nada havia relativo à história da Baixada. É importante destacar que a região sempre teve um grande valor para os estudos na área das Ciências Sociais, isso devido a sua importância nos períodos colonial e imperial. Ora, no trabalho de João Luís Fragoso, Homens de Grossa Aventura, destaca-se o papel que a economia voltada para o mercado interno possuía no Brasil Colônia. Fragoso realiza os seus estudos focando a cidade do Rio de Janeiro, contudo analisando a documentação do período, suas fazendas e trocas comerciais é fácil perceber que a produção de alimentos para nutrir o consumo interno era um importante motor da economia da região, também vale destacar a importância da região da Baixada como caminho para a rota do ouro em Minas, diga-se isso o porto da Estrela que era passagem obrigatória de um movimentado comércio em torno do ouro e café, sendo assim, tratando do período colonial e imperial a região tem muito a oferecer.

Os poucos trabalhos realizados não eram específicos a respeito da região, não abordavam os aspectos econômicos e nem os sociais no que diz respeito aos seus aspectos mais micro-históricos. Eram trabalhos generalizantes que hora falavam do Rio de Janeiro ou hora incluíam tudo na história do Brasil. Pois, em 1933 teremos a primeira obra destinada a contar a história da região, a história de Nova Iguaçu. Segundo as opiniões de Guilherme Peres e da Professora Tania Amaro, a produção histórica na Baixada Fluminense nasce nesse período, com o livro “Memória da Fundação de Iguassú”- na ocasião escrito por José Matoso Maia Forte a mando do prefeito de Nova Iguaçu na época o senhor Arruda Negreiros, para comemorar os 100 anos da criação de cidade. Entretanto, não iríamos ver o nascimento de uma tradição historiográfica, tratando-se de apenas um evento isolado, o próprio José Matoso Maia Forte era de Niterói e não chegou nem mesmo a ir em Nova Iguaçu para escrever ou realizar qualquer pesquisa relacionada ao livro. De fato, é só lá para a década de 50 do século XX, que começaremos a perceber um grupo de profissionais voltados para a pesquisa da História Regional da

Baixada Fluminense, além da preocupação com a preservação, não somente do acervo documental da região, mas também com os inúmeros bens do patrimônio histórico cultural que estão espalhados por toda área da Baixada.

Ainda pensando na década de 30 e tentando trazer a luz da compreensão porque a obra de José Matoso Maia Forte não abriu as portas para uma gama de outros trabalhos relacionados à história local e regional. Ora, em primeiro lugar devemos lembrar o próprio momento da historiografia nacional, que se encontrava em desenvolvimento. Apesar das produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que na realidade eram mais voltadas para a construção de um sentimento de nacionalidade, ou seja, uma história de cunho positivista voltada para a produção de heróis nacionais e de um patriotismo que ainda se consolidava, uma história mais geral olhando unicamente para o Brasil como um todo, portanto, é óbvio que naquele momento a obra a respeito de Nova Iguaçu não podia iniciar uma tradição historiográfica na região, uma vez que a própria historiografia nacional dava os seus primeiros passos. Seria necessário esperar até a década de 50 num Brasil mais industrializado com uma nova historiografia sendo produzida onde as demandas por educação e por conhecimento histórico fossem outras para vermos nascer uma historiografia da Baixada Fluminense.

Guilherme Peres em entrevista concedida ao programa de história oral da Uniabeu, disse que tudo começou “com três malucos”<sup>4</sup>, ainda em outras conversas com Guilherme, ele vai nos conduzindo pelo mundo das ideias, de como surgiu o projeto de contar a história da Baixada. Tudo numa mesa de bar, podemos então imaginar; os amigos, os jovens historiadores cheios de calor e entusiasmo nos seus corações numa mesa de bar em Mágé discutindo e imaginando como se daria a pesquisa na região. Interessados no Porto da Estrela foi daí que a primeira centelha de uma produção histórica começou a nascer, nas palavras de Nei Alberto seu interesse por história nasce daí:

*Em 1954, (...) eu comecei a me interessar por geo-história. Nós formamos um grupo para reunir as melhores poesias de amor. Eu estava no curso ginasial, peguei uma série de poemas e um me chamou a atenção de maneira muito interessante. Era um poema de Tomás Antônio Gonzaga, escreveu quando estava preso esse poema, e ele dizia o seguinte, num dos trechos: Meu sonoro passarinho / Sabes do meu tormento / E queres dar-me cantando / Um doce contentamento / Procuo o Porto da Estrela... / Eu já tinha ouvido falar no Porto da Estrela, mas nunca tinha feito uma excursão até esse local e resolvi visitar. (...) O Porto ainda estava com as ruínas visíveis e eu fiz umas escavações no pé de um monte, que tinha uma parte de pedra e cal, e achei uma chave muito grande. E nesse instante, eu passei a me interessar, ao mesmo tempo por geografia, por história e por arquitetura.<sup>5</sup>*

Num primeiro momento seria criado a Arcádia Iguaçuana de Letras, que foi um movimento intelectual surgido em Nova Iguaçu, mais voltada para a literatura, e posteriormente criariam o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, graças ao professor Ney Alberto Gonçalves de Barros, o professor Rui Afrânio Peixoto e Zanon Paulo Barros, em seguida viria a juntar-se a eles o professor Waldick Pereira. Portanto, podemos perceber dois momentos distintos no que tange a história local e regional em termos de acervo: um antes a 1963 e um depois dessa data, e isso porque os fundadores do arquivo associaram-se a Arcádia Iguaçuana de Letras. No entanto, tanto um quanto o outro acabaram fechando, no caso do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu o que tudo indica muito em função da morte dos seus presidentes, os professores Rui Afrânio Peixoto e Waldick Pereira.

Embora deixasse uma lacuna, esses pioneiros já haviam realizado sua grande missão e tecido uma rede historiográfica consistente, um legado que com certeza deixaram para as futuras gerações. Os entes primeiros vieram agregando-se outros nomes de outros municípios como: de São João de Meriti Guilherme Peres e Gênesis Torres e Duque de Caxias Dalva Lazoni, Elias Lazoni e Rogério Torres entre outros nomes. Muitas obras a respeito da Baixada Fluminense foram lançadas como: “Cana, Café e Açúcar” de Waldick pereira, “Imagens Iguassúanas” de Rui Afrânio Peixoto e entre essas obras somaram-se inúmeras outras como: “Em Busca da Memória”, “Baixada

<sup>4</sup> Trecho extraído da entrevista realizada com Guilherme Peres ao Programa de História Oral do Centro Universitário Abeu, no dia 11 de Agosto de 2011.

<sup>5</sup> Trecho extraído da entrevista realizada com Ney Alberto ao Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense, no dia 10 de Janeiro de 2003.

Fluminense – A Construção de uma História de Gênesis Torres”, “Um Lugar no Passado (História Fluminense)” de Guilherme Peres e “De Iguassú Velha à Nova Iguaçu” de Ney Alberto de Barros.

Extinto o Instituto de História e Geografia de Nova Iguaçu, independente dos pioneiros não terem conseguido mante-lo funcionando e isso devido não só a morte de nomes como Waldick ou Rui Afrânio, mas pela proposta adotada por eles de não vincularem a instituição ao poder público. Numa entrevista com Dalva Lazaroni ela diz o seguinte a respeito destas instituições, “um projeto individual ele não é o melhor para a sociedade quando esse projeto trata de memória de uma região, (...) o Instituto Histórico que trata do patrimônio, da memória de uma região ele tem que ter a participação governamental <sup>6</sup>”, e é fácil de entender o que ela disse, não só observando as trajetórias do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu e do Instituto Histórico de Duque de Caxias, mas como também compreendendo que é só o poder público que é capaz de guardar, preservar e divulgar a memória de uma região para as futuras gerações, e isso pelo fato das pessoas serem perenes, delas com o tempo morrerem e os seus projetos, se não abraçados por outros gerações como o caso do IHGNI, também desaparecerão com elas. E sendo assim, também desaparece uma memória documental, iconográfica e artística que não é somente uma memória individual, mas é coletiva, um patrimônio da comunidade local que a liga com o seu passado e lhe dá uma identidade própria e por isso deve ser preservada e difundida. Com tudo, independente das escolhas realizadas em torno de um projeto privado ou público o que realmente esses primeiros historiadores conseguiram foi criar, mais do que prédios ou arquivos concretos, mas uma rede de pessoas que estavam e ainda estão disposta a caminhar pelos labirintos da história local e regional, uma rede que liga historiadores e todos os interessados por história nos diversos municípios da Baixada Fluminense. Então, essa trama que eles conseguiram construir e que hoje é tão sólida foi o fruto do trabalho, da energia, da dedicação e do amor incondicional pela história que cada um demonstrou ao longo das suas vidas. Pioneiros sim, pois, permitiram as instalações das bases que serviram de alicerces a toda a estrutura de ensino, preservação, troca e divulgação do conhecimento histórico acadêmico da região.

### **O Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB)**

Antes de começarmos a dissertar a respeito do IPAHB, vale colocar aqui algumas coisas para esclarecimento do leitor. Ele cronologicamente não é o segundo ou terceiro órgão em relação a preservação documental na Baixada Fluminense, nem mesmo em São João de Meriti, seu município de origem, ele foi o pioneiro, tendo este município uma experiência anteriormente com o Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti. Entretanto, dois fatores o tornam de uma importância impar para as pesquisas realizadas até aqui; em primeiro lugar a presença a frente da Instituição de Guilherme Peres e de Gênesis Torres dois dos pilares desse rede histórica existente, em segundo plano é que junto hoje do Instituto Histórico de Duque de Caxias, ele é uma das principais instituições de preservação e pesquisa histórica e social na Baixada Fluminense.

Pois então a história do IPAHB confunde-se, de certa forma com a própria história de vida de Guilherme Peres e de Gênesis Torres, hoje seu atual presidente. Ambos atuavam na área de história há algum tempo, apesar de Guilherme Peres não ser formado em história, a sua formação, como ele mesmo disse em entrevista ao programa de história oral da Uniabeu, foi na área de artes gráficas, nada que o impediu de ter um entusiasmo pela história que muitos professores e pesquisadores da área não possuem, e de ter o seu talento e competência reconhecidos por toda a comunidade acadêmica na área da Baixada Fluminense.

Enfim, toda a história deles mais o IPAHB, começaram em São João de Meriti a partir do momento em que foi eleito prefeito da cidade o senhor Antônio Pereira Alves de Carvalho no ano de 1997, preocupado com o ensino na cidade o prefeito convidou Peres a ficar a frente de uma biblioteca dedicada a história do município para os alunos do primário e secundário. Na verdade tratava-se de uma salinha, nada mais do que isso, com alguns livros e a grande maioria deles trazidos da biblioteca pessoal de Guilherme Peres e de outros.

---

<sup>6</sup> Trecho extraído da entrevista realizada com Dalva Lazaroni ao Programa de História Oral do Centro Universitário Abeu, no dia 17 de Setembro de 2011.



Antes da instalação dessa biblioteca houve a experiência do Instituto Histórico e Geográfico São João de Meriti, em meados da década de 80. Entre um dos fundadores do instituto estava o próprio Guilherme Peres que para compor a diretoria trouxe nomes como: Rogério Torres e Armando Valente da cidade de Duque de Caxias, mas que devido a desentendimento pessoais com um dos membros acabou tendo uma duração efêmera, fechando as portas três ou quatro anos depois da sua inauguração. Vale raciocinar a respeito do fechamento do IHGSJ que como outros exemplos na cidade de Meriti não duraram muito tempo, muito devido a atuação do poder público que por causa das suas querelas políticas não elaborou ou executou um plano em torno da preservação dos documentos. Ao mesmo tempo em que a cidade mostrava uma preocupação com a preservação da sua memória, a falta de uma unidade política impossibilitava a instalação de qualquer aparelho ligado a preservação, pesquisa e divulgação da história da cidade. Contudo, voltamos agora a descrever a história da criação do IPAHB.

Findo a eleição o senhor Antônio de Carvalho nomeia o filho para assumir a secretária de cultura, este, por sua vez entra em contato com Peres realizando o convite em nome do seu pai para que o professor assumisse a biblioteca, não só assumisse, mas também a organizar. Juntou-se a ele Gênesis Torres e o professor Nei Alberto de Barros que não só organizaram a biblioteca como levaram para ela inúmeros livros das suas coleções particulares. A demanda dela foi aumentando, sendo assim, o senhor Antônio de Carvalho decidiu mudar o local e recoloca-los num ambiente maior, onde puderam entre outras coisas organizar aulas de história para as crianças e comunidade.

Apesar da boa intenção do prefeito, seu segundo mandado chegava ao fim. Sendo assim, Antônio de Carvalho resolveu chamar os três professores para uma conversar particular, onde ele expressou toda a sua preocupação com o futuro da biblioteca e os aconselhou que transformassem a biblioteca numa Ong. Em 1997, nasceu em São João de Meriti, com a finalidade de reunir os historiadores da Baixada, o IPAHB, que reuniu inúmeros nomes, como os de Gênesis Torres, Guilherme Peres, Ney Alberto e ainda contava com nomes como: Rogério Torres e Marcus Monteiro. E que durante dez anos contou com o apoio da Prefeitura da cidade, tornando-se neste tempo num dos mais importantes órgãos de preservação de documentos e pesquisa na área de história e das outras ciências sociais. Neste período acumulou um acervo documental e iconográfico considerado tornando-se referência para estudantes e pesquisadores, mas por fim nada disso impediu que por conta das querelas políticas e da falta de consciência da classe política de São João de Meriti o apoio dado ao IPAHB fosse retirado. O Instituto teve que abandonar o prédio que a prefeitura alugava para ele e por fim acabou mudando de cidade indo para o município de Nilópolis, onde se encontra atualmente. Enfim, ao que tudo indica a história da preservação da memória no município sempre sofreu reveses por conta das disputas políticas, o que então dizer do futuro de uma cidade que não preserva sua própria história.

## **A Cidade de Duque de Caxias um exemplo diferente, o seu Instituto Histórico**

Até agora falamos rapidamente do IHGNI do IHGSJ e do IPAHB, um pouco mais profundamente que os outros dois. Não tanto porque os dois primeiros não mereçam a mesma atenção, mas só pelo fato da pesquisa encontrar-se mais adiantada no que tange o IPAHB, assim da mesma forma que ela encontra-se em um processo bem mais adiantado no que diz respeito ao IHDC. A cidade de Duque de Caxias também é um exemplo bem diferente das demais cidades que compõem a Baixada Fluminense, no que diz respeito a preservação documental, na preservação da sua memória e da sua divulgação ainda que o seu patrimônio histórico cultural mereça mais atenção. Caxias, ainda assim, é um caso particular e deve ser olhado com mais cautela e de uma forma mais profunda.

A cidade como todo resto da Baixada foi ocupada demograficamente de uma forma irracional devido ao *boom* imobiliário após a crise da produção de laranja, portanto, como todo o restante da região, foi ocupada por trabalhadores pobres do Rio de Janeiro, de outros estados e até mesmo de outros países. É nesse mar de identidades, de diferentes sotaques que dois irmãos vindos do interior do Rio de Janeiro tornar-se-iam os protagonistas nessa trama que envolve a criação do Instituto Histórico de Duque de Caxias e na consolidação de uma produção historiográfica.

Na década de 50 a família Lazorini muda-se de Itaperuna no interior do estado do Rio de Janeiro para Caxias, e nela que ambos os irmãos começaram suas trajetórias pessoais, Elias como político na cidade e Dalva

no magistério. A integração entre os dois irmãos e o amor pela história levariam ambos a realizarem tudo o que realizaram pela história local e regional e pela memória de Caxias. Nesse momento já existia uma rede histórica formada pelos pioneiros que já abordamos mais acima a qual ambos juntaram-se para as trocas intelectuais e para a obtenção da ajuda necessária à construção dos projetos idealizados.

No ano de 1959 Elias Lazoni foi eleito vereador na cidade, e no ano de 1961, tornou-se presidente da câmara de vereadores, desde cedo ele trabalhou muito na construção dos seus projetos, como a sua irmã disse em entrevista ao programa de história oral da Uniabeu, “Elias era um homem de cultura”<sup>7</sup>, uma pessoa que acreditava que a cultura salvava vidas e que ela possui a capacidade de transformar o ser humano, e com essa mentalidade que Elias trabalhou pela abertura de uma biblioteca pública no município: a biblioteca José do Patrocínio. Uma das pessoas chamadas para estarem a frente desta biblioteca foi a sua irmã Dalva Lazoni, não pelo fato dela ser a irmã, mas sim pela sua capacidade profissional. Portanto, a biblioteca José do Patrocínio foi o embrião do que é hoje o Instituto Histórico.

Com o tempo foi se percebendo que as pessoas iam buscar informações a respeito da história da cidade e que não havia trabalhos ou nada a respeito, conforme Dalva narra; “nós percebemos que as pessoas iam muito na nossa biblioteca para saber sobre a história da cidade. Não havia nada, não havia estudo profundo, ninguém sabia muito da história da Baixada Fluminense mesmo.”<sup>8</sup> Sendo assim, desta necessidade foi organizado dentro da biblioteca um departamento de história e geografia para atender estudantes, comunidades e pesquisadores. Começaram a recolher e receber doações de matérias pertinentes a história da cidade, doações de figuras importantes como peças doadas pela família de Tenório Cavalcanti e peças de Joãozinho da Gomeia, figura importantíssima tratando-se de candomblé na Baixada. Exatamente por conta destas doações que o espaço destinado ao departamento de história e geografia ficou pequeno e por esta razão decidiram criar o Instituto Histórico. Como dito a rede histórica foi muito importante para a criação do Instituto Histórico, além dos trabalhos de Dalva e Elias Lazoni, somaram esforços os professores Ney Alberto e Waldick Pereira além da importante contribuição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro através dos professores Manuel Ipanema e Cibeli Ipanema, sendo assim, no dia 31 de janeiro de 1973 foi criado o Instituto Histórico de Duque de Caxias.

Pensando no contexto histórico que o Brasil e a cidade de Caxias viviam durante abertura do Instituto podemos imaginar a qual tipo de história ele dedicava-se e talvez imaginar de uma forma até errada. O Brasil vivia a sua ditadura militar e a cidade de Caxias desde 1971 foi considerada área de segurança nacional, perdendo com isso o direito de escolher o seu prefeito. No lugar foi escolhido um interventor federal, na época da criação do Instituto o general Carlos Marciano de Medeiros responsável por pensar no destino e vida política da cidade. Se a produção historiográfica nessa época tinha um cunho profundamente positivista ou marxista devemos ter em mente que tudo estava em conformidade com o que era a historiografia nacional naquele momento, tínhamos os trabalhos de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, mas eram apenas pequenos passos em direção ao que viria a ser a produção histórica brasileira. Antes de pensar somente no tipo de história produzida pelo Instituto, devemos imaginar o valor simbólico que ele representava naquele momento. Alguns dos seus membros, o próprio Elias e outros aqui não mencionados foram perseguidos pela ditadura militar, o Instituto era antes de tudo um espaço para as reivindicações políticas do povo caxiense. Seus membros não eram de forma alguma ligados com militares, Dalva Lazoni anteriormente havia entrado em querelas com o Exército devido as escavações na fazenda Taquara onde o Duque de Caxias nasceu. O levantamento histórico feito em Caxias foi pioneiro em todos os sentidos independente do tipo de história que se escrevia na época. Não só a biografia das personalidades locais foram levantados, como a história dos bairros e escolas, a aquisição de material documental e iconográfico, além da obtenção de inúmeras peças e obras relacionadas a história da cidade.

Aqui é importante destacar que tudo o que foi feito, foi feito a partir do nada. Não existia uma base para daí partir-se, tudo teve que ser pensado, adaptado e realizado e só isso foi um trabalho monumental de todos

<sup>7</sup> Trecho extraído da entrevista de Dalva Lazoni ao **Programa de História Oral do Centro Universitário Abeu**, no dia 17 de setembro de 2011, no interior do IPAHB.

<sup>8</sup> Idem

os envolvidos. Outro dado importante a ser frisado foi a ligação do Instituto desde cedo com o poder legislativo municipal. Essa ligação foi fruto do intenso trabalho e articulação política de Elias Lazaroni, e graças a escolha de um projeto público para a preservação da memória. Hoje o Instituto Histórico é um dos principais, se não o principal espaço, de preservação, pesquisa e divulgação da história e memória na Baixada Fluminense o único do Estado ligado a uma Câmara dos Vereadores e talvez o único ou um dos poucos no Brasil. Mas, a história dele é longa e a luta pela consolidação do espaço durou alguns anos.

Os primeiros anos de criação do Instituto foram intensos, com Dalva a frente dele e o seu irmão nos bastidores ligados a toda rede histórica foram anos de intensos trabalhos. Contudo, após 1986 Elias e Dalva afastam-se. O Instituto iniciou um período de maiores dificuldades. A direção do espaço estava ligada ao presidente da Câmara, não que houvesse uma falta de interesse ou que os presidentes fossem omissos, mas é necessário pensar no próprio desenvolvimento da preservação de documentos no Brasil. O que acontecia no Instituto Histórico não era lá muito diferente do que acontecia no Brasil, a responsabilidade era fruto da falta de conhecimento técnico. O espaço acabava por não ser o melhor espaço para a preservação e a recepção de estudantes e pesquisadores. Mas os primeiros passos em direção a uma mudança começaram a surgir e graças ao próprio desenvolvimento, e não podemos deixar de estabelecer uma ligação com esse fato ao crescimento da educação no município e da criação de vagas no ensino superior.

É importante pensarmos e relativizarmos essa questão, como já dito a ocupação de Caxias não foi diferente do que ocorreu no restante da Baixada Fluminense. No momento do aumento da sua ocupação demográfica, as pessoas que vieram para a região eram, na sua maioria, trabalhadores pobres das diversas regiões do país e até de fora do país. Não existia, ou se existia não suportava a demanda, uma infraestrutura capaz de receber essas pessoas, inclusive uma infraestrutura educacional. Existiam poucas escolas e, além disso, as pessoas não estavam interessadas na história da região, conforme Guilherme Peres e Dalva Lazaroni destacam nas suas entrevistas, em primeiro lugar porque estavam batalhando para garantir a sua sobrevivência, para se alimentarem; em primeiro lugar, estão as necessidade alimentares e não a história ou educação e, em segundo, porque não possuíam uma relação de identidade com a região. Então foi preciso toda uma nova geração de pessoas que começaram a nascer na cidade e do surgimento de todo um aparelho educacional, que só assim permitiria o surgimento deste interesse pela história de Duque de Caxias, da criação de um sentimento de identidade e da necessidade de preservação da memória coletiva. É, portanto, dentro deste contexto que surgiram as primeiras faculdades, como a Feuduc, e somente assim ocorreu o nascimento de uma comunidade acadêmica que pudesse estar cobrando a manutenção dos espaços de preservação documental e do patrimônio histórico cultural.

Portanto, à medida que nasceu essa comunidade acadêmica, mesclando-se aos membros que restaram da primeira geração da rede histórica, foi possível exercer uma cobrança ao poder público em prol da história local e regional. Por volta de 1994, pelo que foi apurado da documentação encontrada, o espaço sofre uma das suas primeiras reformas, isso no período que Zito foi presidente da Câmara, durante a direção de Gladis Braga Figueira que assumiu o Instituto Histórico em 1990. No ano de 1992, foi criada a primeira Associação de Amigos do Instituto Histórico, fundada por nomes como Barboza Leite, Stélio Lacerda, Rogério Torres, Armando Valente, Guilherme Peres e Ana Lúcia Castro.

É na década de 90, quando a professora Gladis assume o Instituto Histórico, que há um divisor de águas na história do mesmo. Começamos a ver a sua recuperação, a criação da primeira Associação dos Amigos que, desde cedo, como as fontes pesquisadas demonstram, “candidatou-se a receber, para o Instituto Histórico, recursos da legislação federal e estadual de incentivo à cultura, patrocínio de empresas públicas e privadas, e participação de projetos internacionais ao lodo do comitê internacional de Museus da Unesco”<sup>9</sup>; a casa não era mais tão somente um espaço dedicado a guardar material, mas começava a se tornar um espaço aberto para a comunidade onde se realizavam cursos, exposições e palestras. No entanto, essa primeira experiência com uma associação não daria certo e só em 2001, esta parceria entre Instituto e uma nova Associação reapareceria.

<sup>9</sup> *O Municipal* (1992), Instituto Histórico já se prepara para festejar 50 anos do município, 30 de Outubro, pp. 5.

Com isso, na década de 90, o Instituto experimentou um momento de retomada do fôlego perdido, mais ainda não dera o salto necessário para transformá-lo na instituição que ele é hoje. Foi no momento que a atual diretora Tania Maria da Silva Amaro de Almeida chegou ao Instituto que ele conseguiu dar o salto. Tania nasceu em Duque de Caxias, mora na cidade e estudou nela, formou-se em História na UERJ e atuou profissionalmente no Arquivo nacional, no Museu Nacional de Belas Artes, dentre outras várias instituições, atuando e também realizando cursos na área de preservação de acervos. Portanto, foi por conta dessa atuação profissional que ela foi convidada, em 2000, a ajudar na revitalização do Instituto Histórico, isso durante a presidência do vereador Gilberto Silva. A atual diretora do Instituto, Tania Amaro junto com a equipe de profissionais que organizou, foi uma das grandes responsáveis pelo *status* que o Instituto alcança atualmente. Uma das suas primeiras realizações foi reativar a Associação dos Amigos do Instituto histórico, junto com Jesus Lima, sócios remanescentes e novos outros membros ligados às áreas da educação, cultura, música, artes no município. No mês de julho de 2001, a nova Associação foi legalizada com uma nova razão social – Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias – e, dessa vez, não parou mais de atuar.

No ano de 2009, a ASAMIH foi considerada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro como Ponto de Cultura, com o projeto “Tecendo as ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro.” Entre outras atividades que a Associação apoia junto ao Instituto estão exposições, lançamentos de livros, cordéis e vídeos, quase todos relacionados à história, educação e cultura do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, seminários, encontros e conferências. Através de parcerias com as instituições locais, como a APPH-Clio, ela promove, aberto à comunidade, atividades como “Café com História”, “Conversas Interessantes” e “Roda de Memórias”, este com parceria do CRPH e do CEPEMHED, estudos de campo como “Caminhos de Fé”, que consiste na visitação do patrimônio histórico e religioso da cidade de Duque de Caxias, “Os Caminhos do Ouro”, que são visitas aos caminhos que cortavam a região ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais, além do apoio a várias outras atividades como “Conhecendo Duque de Caxias através da Câmara Municipal”, todos oferecidos às escolas e à comunidade.

Em 1980, o Instituto, a partir da Resolução 494 de 11 de outubro do mesmo ano passou a se chamar Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” e entre algumas das suas atividade atuais, algumas já mencionadas, então exposições de artistas plásticos da cidade, congressos, apoio a pesquisadores, desenvolvimento de projetos em relação a Baixada e outras. Em outubro de 2002, foi lançada a primeira edição da sua Revista Pilares da História e, no ano de 2008, o espaço passou por mais uma reforma. Hoje, o Instituto reúne um acervo que tem cerca de 7.000 fotografias, 4.000 documentos textuais, 1.000 livros / periódicos, 5.000 jornais e recortes, 300 plantas de loteamento e 200 quadros, 450 posters e além de inúmeros outros objetos, além de cerca de 250 objetos de uso pessoal e vestuário.

Como já dito o caso de Duque de Caxias é impar na Baixada Fluminense, isso se deve a uma série de fatores que se somaram em torno de uma única ideia. Elias ao pensar num projeto público, onde o poder público deveria ser o guardião da memória regional e aquele que iria perpetuá-la, possibilitou que as gerações que o sucederam encontra-se uma base, mesmo que ainda não funcionasse como deveria, sólida o suficiente para construir o edifício da história local e regional. Aliados as iniciativas de Elias e Dalva, vieram toda a formação de uma comunidade acadêmica que soube se organizar e reivindicar a manutenção e revitalização do Instituto, além das capacidades individuais de pessoas como Tania Amaro, Antônio Augusto Braz, Marlúcia Santos de Souza e outros tantos que fizeram e fazem do Instituto, da Associação e de todos os outros órgãos que lutam pela memória e pelo patrimônio histórico, instituições de importante relevância na pesquisa histórica e na preservação do acervo documental não apenas em Duque de Caxias, mas em toda a Baixada Fluminense.

## Conclusão

Este artigo é breve demais para responder todas as perguntas que nós pesquisadores e que você leitor deve estar se fazendo agora, muitas questões aqui não foram discutidas ou se discutidas não da forma que gostaríamos, mas apenas umas poucas pinceladas foram dadas. Isso não se deve ao fato de um descuido por parte dos integrantes da pesquisa, mas por conta dela ainda se encontrar num estágio inicial e que essas perguntas serão respondidas mais a frente.

O que vale aqui é colocar luz acerca da construção de uma historiografia da Baixada Fluminense, da criação e vida dos Institutos de Preservação da memória, das Redes de solidariedade acadêmica e de como todo esse processo ocorreu de forma lenta e gradual, e de diferentes maneiras nos diferentes municípios da Baixada. É óbvio, contudo, que outras Instituições de Preservação da memória e de acervo existem na Região e não foram aqui mencionados, como por exemplo o Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu, mas uma vez não por desleixo ou descomprometimento com a pesquisa, mas apenas pelo fato já citado nas linhas acima.

A partir da análise realizada, o que percebemos foi que todo o desenvolvimento de uma historiografia e a criação dos Institutos deu-se de uma forma particular, ou seja, por iniciativa dos historiadores e pesquisadores de cada um dos municípios estudados aqui, mas só aquele que saiu do particularismo e que se estendeu ao poder público conseguiu alcançar sucesso. Não que aqui queremos colocar que um ou outro projeto é melhor do que outro, acreditamos que não é esse o nosso papel. Se analisarmos o caso de São João de Meriti, ele lembra em determinados aspectos o que ocorreu em Duque de Caxias, pelo menos no que diz respeito o início da sua jornada. No entanto, os fatores que se reuniram em Caxias não se reuniram em São João. E o que isso significa? Ora, significa que cada caso deve ser olhado em particular e que a participação do poder público como viabilizador de um projeto não significa a garantia de sobrevivência desse projeto, principalmente quando os políticos ficam ligados a suas querelas partidárias e não compreendem o papel da preservação da memória e divulgação da história na formação de uma identidade regional. Ao que tudo indica é necessário uma fusão dos interesses privados de uma comunidade acadêmica que tenha o poder intelectual e a vontade de lutar pela preservação da memória da sua localidade com o poder público para ai sim garantir a manutenção desses espaços de preservação.

Acabamos estudando a história de uma forma compartimentada, como se cada conhecimento estivesse em determinada gaveta e assim pudessem serem acessados de forma única e individual sem que eles se associassem a outros conhecimentos. Ora, se pensarmos nos tempos históricos de Braudel, apesar dos tempos terem duração diferentes eles ocorrem simultaneamente. Dessa forma temos que atentar que tudo na história esta conectado. Sendo assim, não podemos pensar no desenvolvimento de uma historiografia da Baixada de forma única e isolada, como se outros fatores não tivessem interligados a ela, é óbvio que estão, portanto, o próprio desenvolvimento dessa historiografia e dos seus Institutos ocorre simultaneamente com o desenvolvimento econômico e social, do processo de ocupação demográfica, com as definições dos limites geográficos e políticos de cada município e da formação cultural e educacional da população na região. Sem levar isso em conta não podemos compreender o que foi esse processo, as dificuldades que os seus pioneiros encontraram e a situação atual da preservação, pesquisa e divulgação da história na Baixada Fluminense.

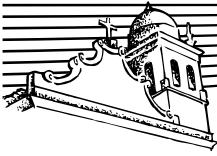
Se com esse artigo não conseguimos alcançar todos os nossos objetivos, se ele não serve para o esclarecimento de todas as dúvidas que pelo menos sirva para conscientizar a comunidade da importância de conhecer a história do local de onde mora, pois, isso é conhecer a sua própria história de vida.

## Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Sandra M. de. **Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” uma História, um nome.** Duque de Caxias: Monografia pela FEUDUC, 2003
- ARAÚJO, M. P. M. **A Falta de Políticas Públicas de Preservação da Documentação histórica na Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado pela USS,
- PEREIRA, Waldick., **A Mudança da Vila: História Iguaçuana.** Nova Iguaçu: FGV, 1970.
- POLLACK, Michael, **“Memória, esquecimento, silêncio”.** *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: nº 3, 1989
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Restruturação Econômica e Emancipação na Baixada Fluminense**, Mesquita: Entorno, 2001.
- SPENELLI JÚNIOR, Jayme, **A Conservação de Acervos Bibliográficos e Documentais**, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1991.
- “Instituto Histórico já se prepara para festejar 50 anos do município”.** O Municipal, Duque de Caxias, 30 de Outubro de 1992, p. 5.

## Entrevistas

- LAZARONI, Dalva. Programa de História Oral Uniabeu, Rio de Janeiro, 2011.
- GUILHERME, Peres. Programa de História Oral Uniabeu, Rio de Janeiro, 2011
- AMARO, Tania. Depoimento ao Programa de História Oral Uniabeu, Nilópolis, 2011.
- LAZARONI, Dalva. Depoimento ao Programa de História Oral Uniabeu, Nilópolis, 2011.
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. Depoimento ao – CEMOBA – Fluminense, Nilópolis, 2003.



## RISE DO ESTADO AUTORITÁRIO E DESCENTRALIZAÇÃO: O Caso de Duque de Caxias na Transferência da Sede da Prefeitura para o Segundo Distrito

José Eduardo de Souza Prates<sup>1</sup>

*“Uma idéia de cidadania é mais invisível do que um cano de esgoto, sua instalação pode dar o mesmo trabalho, mas seu proveito público pode ser maior. Criar cidadãos conscientes dos seus direitos e do seu poder também é uma competência municipal...” (Luís Fernando Veríssimo)*

### Considerações iniciais

Nos últimos 30 anos, os governos locais passaram a ganhar importância crescente no cenário nacional em função do esgotamento do modelo econômico concentrador de renda e do sistema político autoritário, que resultou em um processo de descentralização e desconcentração de poder da esfera central para os Estados e Municípios. As experiências de participação política e emponderamento (**Empowerment**)<sup>2</sup> que tiveram origem no processo de redemocratização do país, nos anos oitenta e noventa, foram fundamentais para a montagem de um novo modelo institucional que resultou na constituição cidadã de 1989 e no ideário municipalista<sup>3</sup>, como forma de enfrentamento dos graves problemas econômicos e sociais que impactaram a sociedade brasileira naquele período.

Em meio a dois processos paralelos de emponderamento do Movimento Social Organizado e dos grupos emancipacionista, com acentuadas diferenças quanto ao nível da participação popular e de interesses das elites locais, o país vivenciou a montagem e consolidação de uma estrutura institucional mais democrática e participativa em nível local. A transferência da sede da prefeitura de Duque de Caxias para o centro geográfico do município foi singular, pois teve pequena participação dos movimentos sociais organizados e tão pouco das lideranças municipalistas dos distritos mais distante do primeiro distrito<sup>4</sup>, onde estava a sede da prefeitura desde sua fundação.

### Falência do Estado Autoritário x nova dinâmica da política local

Ocorre que, não obstante possamos verificar um processo gradativo de descentralização dos recursos públicos na década de 90 até o primeiro quartel desta década, a maioria dos municípios brasileiros continua desprovida dos recursos necessários ao enfrentamento do elevado nível de carências da população, seja para a

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais pela UFFRJ, Especialista em Ciência Política UFF, Graduação e Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRJ. Atua como coordenador de Projetos FAETEC, Coordenador do PROJETO DE EXTENSÃO ORIENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL – NAE/UNISUAM, professor das disciplinas Teoria Política e Empreendedorismo e Cooperativismo na UNISUAM. E-mail: prates.eduardo@ibest.com.br.

<sup>2</sup> Entendemos o emponderamento a partir da definição de Ferdinand Cavalcante Pereira, “Empoderamento significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes.” O que é empoderamento (Empowerment). Artigo. Disponível em <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>

<sup>3</sup> Municipalismo “é um substantivo masculino que significa sistema de administração que atende em especial a organização e prerrogativas dos municípios”. Diz mais: “é a descentralização da administração pública em favor dos municípios”. CEAME - CENTRO DE ESTUDOS E APOIO AOS MUNICÍPIOS E EMPRESAS. Disponível em <http://www.ceame.com.br/> Acesso em 18 de fevereiro de 2012.

<sup>4</sup> O Primeiro Distrito de Duque de Caxias é formado por uma área eminentemente e ocupa 41 Km<sup>2</sup>, sendo constituído pelos seguintes bairros: Centro, Gramacho, Olavo Bilac, Bar dos Cavaleiros, Parque Duque, Jardim 25 de Agosto, Vila São Luís, Dr. Laureano, Periquitos e Parque Sarapuí.

realização de novos e necessários investimentos, seja para a manutenção dos serviços específicos que já presta à população local. Neste sentido, a distribuição dos recursos de forma a equilibrar os investimentos entre os quatro distritos em Duque de Caxias tinha um papel fundamental para o desenvolvimento equilibrado do município.

*“Esta segunda emenda, também aprovada, além de criar a Comissão Popular de Orçamento que indicará as prioridades de cada distrito, prevê que progressivamente a partir do ano que vem, a Prefeitura está obrigada a investir 45% de sua verba nos distritos, proporcionalmente à sua arrecadação. E do restante, 20% proporcionalmente entre o número de habitantes e a população total do Município, 15%, proporcionalmente a extensão territorial e, os outros 20%, divididos igualmente para cada um dos quatro distritos.”<sup>5</sup>*

Os municípios da Baixada Fluminense são exemplos contundentes dos limites do processo de descentralização que ocorreu no país: de um lado explícita as falhas do sistema de geração própria de recursos e de redistribuição das receitas governamentais, sobretudo no que se refere aos municípios com população de baixa renda e providos de uma base econômica limitada; e de outro, mostra os limites para a reversão deste quadro a partir de administrações municipais pouco capacitadas técnica e administrativamente para o planejamento e fundadas em práticas políticas fisiológicas, clientelistas e cartoriais, onde se verifica a quase ausência de mecanismos de gestão democrática e de transparência administrativa.

O Estado brasileiro foi montado a partir de uma estrutura altamente centralizadora e autoritária. A nossa história política tem apontado para o caráter corporativo e clientelista de nossas instituições e para uma sociedade com uma cultura política pouco participativa e deficiente de associações, o que contribuiu na construção de um modelo de Estado que se consolidou por força e imposição de regimes autoritários (CASTRO, 1991; SANTOS, 1979; O'DONNELL, s/d).

Os governos nascidos sob a proteção do autoritarismo e, por tal, de forte intervenção no aparelho estatal, caracterizaram-se: por

*“extrema centralização financeira e decisória ao nível federal; fantástica fragmentação institucional, fator que tem possibilitado a inserção de interesses particularistas no aparelho produtor de políticas sociais; ausência de participação social e políticas nos processos decisórios e de mecanismos de controle sobre as ações governamentais; tendência à privatização do aparelho burocrático na articulação público/privado; padrão perverso de financiamento, o qual tem impedido a formação de políticas mais redistributivas, dado o caráter regressivo da estrutura tributária e a lógica empresarial que norteou o processo de alocação de recursos”<sup>6</sup>*

Do Estado Novo, em 30, até o fim da década de 70, a sociedade brasileira acompanhou um processo de intensas transformações ocorridas no país: *forte crescimento da economia industrial; surgimento de um novo padrão de urbanização com grandes centros urbanos e progressivo inchaço de grandes e médias cidades; contínuo esvaziamento do campo em um quadro de grande desnível econômico e marcante exclusão social.*

A estrutura do Estado brasileiro neste período tendeu a uma crescente centralização decisória, onde a União concentrou as competências de execução, jurisdição e controle da máquina estatal. O governo central adotou um modelo administrativo condicionado pelo sistema político emergente, que se configurava em um sistema autoritário e super-hierarquizado. Fortaleceram-se, assim, os órgãos de planejamento associando-os as chamadas ‘atividades-fim’ enfraquecendo os órgãos de controle, associando suas competências àquelas atividades usualmente tratadas como de provimento de ‘meios’, essenciais em qualquer organização, mas relegadas a um plano secundário na administração pública (DANIEL, 1988, p.45).

A utilização deste instrumento técnico-político-administrativo não foi capaz de reverter à realidade social e econômica brasileira, que no final da década de setenta surgia como uma grande bomba social em função da

<sup>5</sup> Jornal O Dia Grande Rio, 1 de abril de 1990. Caxias poderá deixar de ser a sede do município.

<sup>6</sup> CASTRO, Maria H. G. de. “Interesses, Organizações e Políticas Sociais.” In bib, ANPOCS. p.35.



grande concentração de renda<sup>7</sup>, anunciada por Serra no início da década, e analisado por Daniel em 1988.

*“... é preciso observar que o vigoroso crescimento do processo de urbanização no período - em 1960, 45,1 % da população vivia em cidades, enquanto em 1980 essa proporção subia para 67,7 % - acarretou em demandas por obras e serviços públicos... (abertura e pavimentação de vias, transporte coletivo, saneamento básico, limpeza pública, etc.). Muito embora o... total dos recursos tributários disponíveis tenha aumentado, este crescimento não foi suficiente para dar conta da nova demanda por urbanização, nem muito menos para fugir a lógica da regulação monopolista no Brasil, caracterizada pela relação de exclusão entre o econômico e o social...”<sup>8</sup>*

O arranjo político montado pelo regime militar orientou-se por um duplo movimento: com a estruturação de um Estado altamente corporativo e organizado a partir de uma estrutura burocrático-autoritária<sup>9</sup>, com grande centralização do poder decisório e efetivo esvaziamento do poder das esferas inferiores como estados e municípios; ao mesmo tempo em que concentravam nos órgãos de planejamento federal as políticas pública a serem implementadas por todo o país.

O final dos anos setenta foi marcado por um processo de distensão do regime e de uma abertura política marcada, sobretudo, pela *anistia*, em 1979. Este fato indicava que o país entrara num novo arranjo político com feições democráticas ao mesmo tempo em que economicamente apontava para um futuro de reformas liberalizante.

No início da década de oitenta o país presenciou as primeiras manifestações de movimentos sociais organizados - de atuação majoritariamente urbana - como reação ao quadro de profundização da crise que o país estava mergulhado. Organizado em torno de demandas pontuais e de caráter reivindicatório, em que a luta por serviços de infraestrutura básica e equipamentos coletivos urbanos fundiam-se ao desejo de cidadania, os novos movimentos sociais expunha ao país uma nova dinâmica de mobilização das massas. Estas reivindicações tinham como pano de fundo o intenso conflito social produzido no acelerado processo de crescimento econômico com extrema concentração urbana.

O esforço do Estado monopolista em gerar as bases necessárias a produção de capital não foi acompanhado pelo comprometimento com as diversas questões que estavam diretamente ligadas aos projetos e discursos da promoção do Estado de bem-estar social, assim como, do desenvolvimento industrial como modelo de crescimento econômico capaz de reverter às distorções da estrutura social que o país montara ao longo de sua história. Os problemas inerentes às condições de reprodução da força de trabalho como: transporte de massa, saneamento, iluminação pública, uso e ocupação do solo e tantas outras necessidades a reprodução do capital não teve vez na tribuna dos pregadores mais eufórico do milagre econômico.

Deste quadro decorre um processo de gradativa deslegitimação do Estado centralizador e uma crescente valorização da esfera local, que passou a ser o *locus* de reivindicações e lutas por serviços de infra-estrutura urbana. Após o longo período de centralização governamental, o município ressurgiu como uma importante instância de reivindicação e decisão dos problemas urbanos.

Os novos movimentos sociais deram um sentido novo à cultura política da sociedade brasileira, já que não se enquadravam dentro da tradição de trocas clientelistas e nem dentro dos partidos políticos e sindicatos. A literatura aponta para a importância da construção destes movimentos como novos sujeitos sociais e, por tal, destituídos dos enquadramentos teóricos existentes. Neste sentido, podemos caracterizá-los como fruto dos descontentamentos das massas com relação às políticas autoritárias e excludentes que não deram conta de incluir a maioria da sociedade nos benefícios do desenvolvimento econômico ocorrido no país.

<sup>7</sup> O debate sobre a distribuição de renda no Brasil em meados dos anos setenta foi intenso e tiveram nas figuras de Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares e José Serra importantes expoentes que denunciavam as limitações sociais promovidas pela ditadura. Assim, citamos Serra em: “Posto que a reconcentração da distribuição da renda pessoal no Brasil durante os anos sessenta não é tão inofensiva para alguns setores sociais como as verdades dos teoremas da Geometria, surgiram, se não legiões, pelo menos um grande número de economistas para tentar, ao menos, relativizar seu significado.” SERRA, José. A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. p.263. In. TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur C. A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento. RJ:Ed. Zahar, 1975.

<sup>8</sup> DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In. Espaço e Debate, n.º 24 AnoVIII-1988

<sup>9</sup> O'DONNELL, Guillermo. “Sobre o ‘Corporativismo’ e a questão do Estado”. In. Cadernos do Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. p.11.

Estes movimentos tinham como norte duas posturas básicas evidenciadas em suas ações: em primeiro lugar, estes atores não estavam enquadrados nas teorias clássicas de mobilização e organização das massas e se encontravam mesmo distantes da esquerda engajada do período inicial da ditadura. Por tal, é forçoso afirmar que a descentralização do Estado deu-se pelo conflito com a sociedade; embora que não podemos negar a importância destes movimentos para o processo de construção de uma nova cidadania. Em segundo, estes sujeitos não atuavam dentro de aparelhos políticos que os ligassem a concepção burguesa de representação, o que limitava, em princípio, os seus mecanismos de manifestação legal. Estas duas características apontam para o aparecimento de um sujeito coletivo descentralizado e dinâmico frente ao conflituoso quadro social pós-ditadura militar.

Neste sentido, atuavam de maneira instrumentalizadora através de reivindicações pontuais, que os identificavam mutuamente, ao mesmo tempo em que cobravam ao Estado, como ente máximo, a resolução de conflitos, também cobravam da esfera municipal, como instância primeira na promoção de políticas públicas. Por não assumirem a postura de telos da organização coletiva de uma classe consciente e atuante com objetivos de mudar o sistema, se organizava com objetivos de melhorias imediatas no quadro de profundas carências cotidianas.

Desta forma, podemos afirmar através das palavras de Ilse Schere que estes atores,

*“os novos movimentos sociais, que surgiram a partir de 1970 tinham características diferentes do tradicional e tentavam romper com os vícios da cultura política anterior - principalmente o populismo. Assim, foram criadas novas formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento. Defendiam sua autonomia frente ao Estado e partidos políticos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de capitalismo particularmente excludente.”*

Diante de tal, é importante apontarmos que o lugar de atuação destes movimentos sociais, deste novo sujeito coletivo, era o cotidiano das classes que estavam excluídas dos equipamentos coletivos que o ideal urbano havia prometido. Neste sentido, o lugar era qualquer lugar que concentrasse uma massa de trabalhadores que não tinha acesso às condições básicas de reprodução da própria força de trabalho. O lugar era aquele onde o migrante, o excluído, o operário construiu uma nova identidade social identificada com o ideal de cidadania urbana.

Esta nova identidade foi determinante para o desenvolvimento de novas práticas sociais locais e de uma nova cultura política, fundamental na construção de uma nova cidadania pós- autoritarismo. Na falta de uma identidade cívica, forjada no processo de construção do idealizado Estado de direito, projetou-se no novo cenário de abertura democrática uma identidade popular diferente - embora que combinada - ao do passado. No vácuo criado entre um Estado sem direito e uma sociedade sem nação, torna-se fácil à reprodução de velhos conceitos para a definição do presente.

A nova identidade dos movimentos urbanos passava mais por um sentido de povo que de classe social, por isso movimento popular e não de luta de classes. Os novos movimentos populares manifestavam uma percepção diversificada do esquema dialético da luta de classes (entre dominantes e dominados). Estes movimentos estavam mais próximos de reivindicações pela abertura a representação política, através da redemocratização, e da inclusão social pela implementação de políticas públicas pelo Estado.

Embora sendo a exploração de uma classe pela outra o pano de fundo para a própria criação de identidades coletivas, o que se tinha em questão era o resgate do ideal de cidadania urbana e o direito social, através da ação estatal, como forma da população excluída obter, também, os frutos do desenvolvimento brasileiro. Neste sentido, a nova cultura política rompia tanto com a opressão e o autoritarismo do regime militar como com a sua oposição, o ideal socialista.

A cultura política nascente foi determinante para o questionamento do Estado como ente centralizador e pouco eficaz na implementação de políticas públicas. A identidade local exigia soluções imediatas que só com a descentralização das decisões estatais poderiam ser solucionadas. Este fator imediato criou um novo esforço político que determinou, em boa medida, a construção de experiências diferenciadas na construção do espaço público pós-ditadura.

O município apareceu como a esfera principal de decisões imediatas e como palco do debate e solução de problemas imediatos. À medida que o debate e a informação circulavam entre os grupos que viviam sob uma mesma realidade, a coalizão de movimentos locais dava uma nova dimensão à cultura política com possibilidades de reverter o quadro de espoliação urbana.

## Descentralização X Democracia

O processo de descentralização da estrutura política, administrativa e financeira da federação promovida pela constituição de 1988 consolidou o poder municipal como um novo ente federado, caso único entre os diversos modelos de federação<sup>10</sup>. A consolidação deste novo arranjo institucional decorreu da defesa de objetivos que tinham como sentido promover a reforma e a reestruturação no Estado brasileiro e que fossem capazes de quebrar com o modelo centralizador e corporativista estruturado a partir da concentração dos poderes políticos fiscais no âmbito do governo federal.

Este novo arranjo institucional consolidou, via constituição, novos princípios e regras que representaram grandes avanços quanto ao processo de amadurecimento de nossa democracia, mas, também, um grande desafio à efetivação da promoção da autonomia municipal em função do grande legado<sup>11</sup> transmitido aos municípios.

A crescente participação política ocorrida em toda a década de oitenta contribuiu, em certa medida, com a dinâmica de cobrança por demandas sociais e um progressivo processo de deslegitimação do Estado autoritário e centralizador pelos movimentos sociais organizados, mas, sobretudo, pelas lideranças políticas regionais e estaduais em função de seus interesses de fortalecimento das instâncias administrativa e eleitorais locais. Este novo quadro político deu-se de maneira concomitante a um cenário de enxugamento do Estado e de suas ações em decorrência do modelo de reestruturação econômica e política, exigidos pelos organismos internacionais.

*“Correntes de opinião de distintos matizes associam positivamente descentralização a democracia. Ou, melhor dizendo, consideram que contemporaneamente a descentralização é uma condição para a realização do ideal democrático.*

*Para alguns, comprometidos com o ideário da radicalização democrática, a descentralização representa uma estratégia pela qual se criariam instituições (ou se conferiria poder efetivo a elas) que viabilizassem a participação dos cidadãos nas decisões públicas. (...)*

*Para outra corrente de opinião, inspirada no modelo político norte-americano e nos tradicionais princípios do liberalismo político, a descentralização seria um instrumento de fortalecimento da vida cívica – portanto, da sociedade civil -, sufocada por um Estado excessivamente centralizador e invasivo. (...)” (ARRETICHE, 1996. p.47)*

Com a Constituição de 1988 ocorreu um grandioso avanço com relação à descentralização da máquina federal implementada pela reforma jurídica e institucional. Desta forma, tem-se uma fragmentação do poder central com uma maior participação dos governos estaduais e municipais na condução das questões políticas, econômicas e sociais. Destacando-se, assim, o amadurecimento do processo democrático com a capacidade que os municípios passaram a ter de elaborar e promulgar Leis Orgânicas próprias (SOUZA, 1989).

<sup>10</sup> AFFONSO, Rui. Os Municípios e os Desafios da Federação no Brasil. In O NOVO MUNICÍPIO: economia e política local. Revista da Fundação Seade. São Paulo em Perspectiva. Vol. 10/nº3JUL-SET.p.3.

<sup>11</sup> A lei de **seguridade social**, cujos encargos envolvem o município na solução dos problemas de saúde, de assistência social e, principalmente, de previdência dos serviços municipais, exigindo planejamento estratégico de fundos financeiros; a de **transparência nas ações governamentais**, que pressupõe organização e prestação de contas capazes de demonstrar a todos os segmentos da sociedade os comportamentos e padrões de eficiência praticados ou obtidos pela administração; e o Art. 182 que regula o crescimento das cidades e a política de desenvolvimento urbano que é executada pelo poder público municipal e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Este último ponto adquiriu maior importância, à medida que as novas práticas de participação popular adotavam o planejamento participativo. Os princípios constitucionais que destacam a efetiva participação da sociedade nesses processos são: O art. 29, inciso X (cooperação das associações representativas no planejamento); arts. 165 a 169 (processo de elaboração de Planos e Orçamento) e art. 74 e 75 (avaliação e prestação de contas).

*“As reformas no arcabouço jurídico dos municípios realizado após a Constituição Federal foram fortemente influenciadas pela busca de um novo modelo de política e gestão da cidade: democrática em relação às condições e aos atores do processo decisório governamental, universalista no que diz respeito aos direitos sociais na cidade, redistributiva dos ônus e da urbanização. Em suma, procurou-se um modelo de política urbana profundamente comprometido com os ideais de democracia, equidade e justiça social, traços marcantes de um Welfare State local” (RIBEIRO, 1994).*

O esforço concentrado dos movimentos organizados e de toda a sociedade civil foi imprescindível no processo de revalorização das questões locais e do progressivo desmonte da centralizada estrutura da máquina administrativa. Estados e municípios ganharam importância como instituições também responsáveis pela administração dos encargos econômicos e sociais do Estado e na implementação de políticas no âmbito regional e local; *regulação e uso do solo; habitação popular; políticas de saneamento, transporte e meio ambiente; além dos vários conselhos municipais como o de saúde, tutelar da criança e do adolescente e de educação.* Tomamos como Hipótese Básica e inicial as mudanças institucionais no quadro de descentralização fiscal e de atribuições sociais concentrados na gestão local e as limitações orçamentárias enfrentadas pelas prefeituras para a consolidação de uma efetiva autonomia em função da baixa capacidade de geração de recursos próprios.

A grande expectativa delegada aos municípios como forma de dinamizar a implantação de políticas públicas no país foi limitada por uma série de fatores que se combinaram e impediram maiores avanços quanto à formulação de políticas sociais próprias pelos governos subnacionais. A alta dependência financeira, o baixo esforço de geração de recursos próprios, as tradicionais formas de relação entre as esferas regionais e locais - marcada pelo clientelismo em nível local e pela intervenção das esferas superiores -, comprometeram os princípios constitucionais e institucionalistas que tinham como objetivo a reversão dos graves problemas sociais enfrentados pela sociedade brasileira.

Apesar do aumento da pobreza e do retrocesso nas políticas sociais ter ocorrido em nível nacional, foi na esfera local que se fizeram sentir seus efeitos mais imediatos, pois o complexo quadro de carências que o país presenciou neste período se expressa de forma mais nítida e visível no estrito espaço de circulação do cidadão, que tem como referência imediata os locais de moradia e de trabalho, isto é, o espaço da cidade. Esta redução dos investimentos sociais, sobretudo por parte dos estados e do governo federal, e a própria deterioração do quadro social levou ao aumento gradativo das cobranças por parte da população às prefeituras, por ser esta a esfera do poder público mais próximo do cidadão. Há ainda uma mudança qualitativa nas demandas da população, que, além de reivindicar soluções para os problemas de falta de infra-estrutura urbana, passa também a pressionar as prefeituras no sentido da melhoria de suas condições de vida num nível mais amplo, exigindo uma atuação mais firme na geração de empregos e na criação de mecanismos de distribuição de renda<sup>12</sup>.

Apesar de o país ter vivenciado um gradativo processo de desconcentração dos recursos públicos na década de oitenta e noventa<sup>13</sup>, a maioria dos municípios brasileiros continua desprovidos dos recursos necessários ao enfrentamento do elevado nível de carências da população, seja para a realização de novos e necessários investimentos, seja para a manutenção dos serviços específicos que já prestam à população local.

Os municípios da Baixada Fluminense são exemplos contundentes dos limites do processo de descentralização atualmente em curso no país: de um lado explicita as falhas do sistema de geração de recursos próprios e de redistribuição das receitas governamentais, sobretudo no que se refere aos municípios com população de baixa renda e providos de uma base econômica limitada; e de outro, mostra os limites para a reversão deste quadro a partir de administrações municipais pouco capacitadas técnica e administrativamente

<sup>12</sup> COSTA, João Bosco Araujo. A Ressignificação do Local: o imaginário político brasileiro pós-80. In O NOVO MUNICÍPIO: economia e política local. Revista da Fundação Seade. São Paulo em Perspectiva. Vol. 10/nº3JUL-SET.p.113/114.

<sup>13</sup> BREMAEKER, François E. J. de PANORAMA DAS FINANÇAS MUNICIPAIS NO PERÍODO 1997 / 2000. INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. (Série Estudos Especiais nº 36). Rio de Janeiro - janeiro de 2002. p.8.

para o planejamento e fundadas em práticas políticas fisiológicas, clientelistas e cartoriais, onde se verifica a quase ausência de mecanismos de gestão democráticos e de transparência administrativa<sup>14</sup>.

## Os Efeitos da Crise

A crise econômica que afetou o país a partir de meados da década de setenta deu início a um forte processo de deslegitimação do Estado autoritário que tinha sua capacidade de investimento público limitada. Aliado a isso, as principais cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte sentiram de forma acentuada os efeitos funestos do acelerado desenvolvimento urbano e industrial. Os desenfreados crescimentos dos grandes centros urbanos e os progressivos agravamentos das desigualdades sociais acentuaram o processo de estratificação do modelo urbano que se ramificou pelos centros urbanos do país. A dinâmica da agravava-se com a estagnação do crescimento econômico e da redução dos níveis de emprego nas décadas de 80 e 90, da crise fiscal e governamental e do conseqüente retraimento das políticas públicas em diversas áreas, sobretudo na área social.

A região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial a Baixada Fluminense, compõe um típico retrato desta nova realidade do espaço urbano brasileiro. A região sofreu em seu processo histórico todas as grandes transformações necessárias ao desenvolvimento nacional. A acelerada industrialização da metrópole provocou um intenso e explosivo crescimento populacional que atraía mão-de-obra do interior do estado, de Minas Gerais e do nordeste, para bairros e municípios periféricos, destituídos de condições básicas de infra-estrutura urbana.

Apesar do aumento da pobreza e do retrocesso nas políticas sociais ter ocorrido em nível nacional, foi na esfera local que se sentiu o efeito mais imediato. O complexo quadro de carências que o país vivenciava neste período se expressava de forma mais nítida e visível no estrito espaço de circulação do cidadão, que tem como referência imediata os locais de moradia e de trabalho, isto é, o espaço da cidade. A redução dos investimentos sociais, sobretudo por parte dos Estados federativos e do governo federal, e a própria deterioração do quadro social levaram a um aumento gradativo das cobranças por parte da população às prefeituras - por ser esta a esfera do poder público mais próximo do cidadão.

Este período foi marcado ainda por uma mudança qualitativa nas demandas da população, que, além de reivindicar soluções para os problemas de falta de infra-estrutura urbana, passa também a pressionar as prefeituras no sentido da melhoria de suas condições de vida num nível mais amplo, exigindo uma atuação mais firme na geração de empregos e na criação de mecanismos de distribuição de renda.

Este cenário de intensa organização e participação política tiveram nas lideranças políticas em nível estadual e municipal com importante participação e influencia na consolidação do novo arranjo institucional e político.

## O caso da transferência da sede da prefeitura de Duque de Caxias

O exercício da pesquisa da história política contada pelos principais jornais da época, no cenário da baixada Fluminense, registra que os fatos que sucederam ao processo de transferência da sede da prefeitura, ao contrário de ter sido influenciado pelos movimentos municipalista ou do movimento social organizado, tiveram no vereador Abdul Nasser Haikal - PDT um personagem quase que isolado, em relação às diferentes forças políticas que disputavam o poder no município de Duque de Caxias no início dos anos noventa – com um papel central nas mudanças que ocorreram na cidade.

Em levantamento realizado em periódicos e revistas como “O Globo”, O Dia, Última Hora, Folha da Cidade, Caxias Magazine, Jornal de Hoje, O Municipal<sup>15</sup>, aponta que dois importantes artigos da Lei Orgânica do município, aprovada em 05/04/1990, foram de autoria do então vereador Abdul Haikal do PDT, que teve

<sup>14</sup> MARTINS, Luís Gustavo e PRATES, José Eduardo de S. Perfil Orçamentário da Baixada Fluminense 1997. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, (FASE/IPPUR), 1997. p.7.

<sup>15</sup> “Espaço privilegiado para a construção de memórias sociais no cenário contemporâneo, o jornal impresso tem motivado inúmeras reflexões acerca de seu papel na formação das identidades sociais.” In. ENNE, Ana Lucia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm.> Número 14 – 2004.

papel central e, em princípio, isolado no processo de transferência da sede do município para o bairro de Jardim Primavera no segundo distrito<sup>16</sup> de Campos Elíseos.

*“A partir da percepção da imprensa como um meio de comunicação de massa, capaz de gerar e fixar representações acerca de fatos, pessoas, espaços e datas, sendo um lugar de memória privilegiado nas sociedades urbanas...”<sup>17</sup>*

Em que pese o movimento de emancipação dos distritos de Imbariê e Xerém liderados pelos vereadores Silvério do Espírito Santo (PMDB) e Nivan de Almeida (PDT) com o objetivo de criar o município de Imbariê, o plebiscito autorizado pelo Tribunal Regional Eleitoral foi anulado por falta de quórum, o que refletiu diretamente na incipiente influência e baixo nível de articulação das lideranças dos locais, além de um significativo desinteresse da população do terceiro<sup>18</sup> e quarto distrito<sup>19</sup> na de criação de um novo município.

Ao nos debruçarmos sobre as fontes da época, chamou-nos a atenção de como um personagem polêmico e isolado conseguiu naquele momento ter um papel de destaque no processo de montagem da constituição municipal. Uma variável interessante a ser analisada está no fato de que o vereador tinha uma formação política moldada nas trincheiras de batalhas da palestina, já que os jornais citavam com frequência o envolvimento do vereador com a OLP – Organização para Libertação da Palestina e a sua provável atuação como guerrilheiro. Neste aspecto, tem sentido os combates travados na tribuna da câmara municipal com os vereadores que representavam a base do governo, o intenso conflito com o executivo e, por fim, uma querela com os membros do próprio PDT, por conta do vagaroso envolvimento do partido com a eleição presidencial de Leonel Brizola.

No entanto, ao analisarmos a estrutura das leis apresentadas a Lei Orgânica Municipal, percebesse uma instrumentalidade e coerência que são próprias dos técnicos do setor de planejamento e orçamento. Assim, em entrevista o ex-vereador Abdul Haikal aponta para o fato de que considerável parte das leis que propôs surgiram do processo de consultoria técnica que ele buscou junto às instituições de planejamento do governo do Estado e que ao apresentar a proposta de redistribuição dos recursos de investimento entre os distritos da cidade, poucos vereadores compreenderam de fato o impacto da proposta para o município.

*“Duque de Caxias, segunda arrecadação em ICMS do Estado poderá entrar em colapso urbano caso a administração municipal não seja transferida do bairro 25 de Agosto para o 2º Distrito, Jardim Primavera. Isto não é prognóstico de Nostradamus, mas uma constatação do vereador Abdul Nasser Haikal (PDT), autor do parágrafo 1º, do artigo 5º da Lei Orgânica que, após um detalhado levantamento das condições sócio-econômicas da região, informou da necessidade de uma reavaliação geográfica da cidade.*

*“Desde a sua fundação que Duque de Caxias vem sendo administrada como uma província do interior, onde as oligarquias políticas casadas com o monopólio econômico, não permitiram o desenvolvimento além de atrapalharem o crescimento do 2º, 3º e 4º distritos. Outro fator é o de que o centro da cidade está completamente congestionado”, disse Abdul.*

*Crescimento populacional desordenado, a falta de vias urbanas para o escoamento dos ônibus são motivos justificados pelo parlamentar para a mudança da administração municipal, “É uma idéia muito antiga, porém que os políticos nunca permitiram”, comenta.”<sup>20</sup>*

<sup>16</sup> O Segundo Distrito é formado pelos bairros de Campos Elíseos, (atual sede), Jardim Primavera, Saracuruna, parte de Santa Cruz da Serra, Parque Fluminense, Pilar, Vila São José, São Bento, parte da Cidade dos Meninos, Figueira, Cangulo, parte da Chácara Rio-Petrópolis e Arcompo, e parte do Parque Eldorado.

<sup>17</sup> ENNE, Ana Lucia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. <<http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>> Número 14 – 2004.

<sup>18</sup> O Terceiro Distrito, Imbariê, situado a nordeste do município, com cerca de 64 Km<sup>2</sup>, e ocupado por grandes áreas rurais, abrange os seguintes bairros: Imbariê (sede), Parada Angélica, parte de Sta. Cruz da Serra, parte de Sto. Antônio, parte do Meio da Serra, Parada Morabi, Jardim Anhangá, Cidade Parque Paulista, Bairro Branco, Santa Lúcia e Taquara.

<sup>19</sup> O Quarto é formado por Xerém e tem o predomínio de área rural. Compreende os seguintes bairros: Xerém (sede), Mantiquirea, Capivarí, Amapá, parte da Cidade dos Meninos, parte da Chácara Rio - Petrópolis, parte do Parque Eldorado, Lamarão, parte de Sto. Antônio, e parte do Meio da Serra.

<sup>20</sup> Primeiro Distrito Pode Entrar em Colapso Urbano. Revista Caxias Magazine. Fevereiro de 1990.

Em Santos Júnior (1997) em uma extensa e profunda pesquisa sobre o poder local na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é apontado o fato de que as Câmaras dos Veadores são formadas, em muitos casos, por representantes que não possuem o domínio de alguns instrumentos básicos para ação parlamentar. Em algumas Câmaras Municipais foram encontrados vereadores que desconheciam o termo “*Projeto de Lei*”, elemento básico e cotidiano na atuação do legislativo.

Neste cenário não é difícil imaginar que algumas propostas apresentadas pelo vereador tivessem um grau de complexidade que desestimulava o interesse de parte dos vereadores da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Desta maneira, a ação junto à estrutura institucional provocava um efeito mais impactante e obrigatório junto ao executivo do que os movimentos tentados levar a cabo no 3º e 4º distrito.

*“Com a promulgação da Lei Orgânica Municipal, a Prefeitura vai ser obrigada a realizar obras reivindicadas pelos Conselhos Populares, com recursos oriundos da arrecadação de impostos de cada região, aumentados pelos critérios da Lei. O artigo 140 da Lei Orgânica Municipal, diz que 45% do total de investimentos distribuídos em função da relação percentual entre a arrecadação de cada distrito e receita global do Município, terão que ser aplicados nas regiões, em obras indicadas pela população, através dos Conselhos Populares.”<sup>21</sup>*

O esvaziamento da consulta popular em Imbariê e Xerém, o desinteresse oficial em transferir a sede da prefeitura para o centro geográfico do município como estipulava a Lei Orgânica, transigiram a formação de uma hipótese de espécie *ad hoc*<sup>22</sup> dos processos que culminaram na desconcentração territorial do poder na cidade de Duque de Caxias.

Ao contrário das hipóteses comumente elaboradas sobre o interesse e a influência que as elites locais tiveram na transferência da sede da prefeitura para Jardim Primavera, o que vemos na análise dos periódicos é que o papel do Vereador Abdul Haikal, não se encaixava nos modelos padrões da teoria das elites e que era marcado por uma ação, de certa maneira, isolada e com enfrentamento a diferentes grupos de interesses que compunham as elites do município. Desta maneira, nosso esforço teórico e metodológico é o de demonstrar que o ocorreu em Duque de Caxias não se enquadrou nos tradicionais processos de apropriação do desejo de mudança por parte da sociedade, em função das carências de serviços públicos, orientado ao processo emancipacionista.

*“... O projeto votado na Câmara... transferindo a sede da Administração Pública (Prefeitura, Fórum e Câmara) de Duque de Caxias para o Jardim Primavera acaba de ser transformado em artigo a Lei Orgânica do Município. O autor da emenda, Vereador Abdul Haikal (PDT), pretende com ela e uma outra que obriga investimento nos distritos em totais proporcionais ao número de habitantes e área geográfica, conter a onda de amancipacionista,” causada principalmente pelo descaso das autoridades públicas aos distritos mais distantes”*

## Considerações Finais

O estudo, em certa medida, se concentra, inicialmente, no processo de consolidação democrática e nas mudanças levadas a cabo em nosso arranjo federalista com a constituição de 1988, e que elevou o município ao status de um ente federado<sup>23</sup>. Tomamos como estudo de caso o município de Duque de Caxias e o processo de transferência da sede da prefeitura para o segundo distrito da cidade<sup>24</sup> e análise *ad hoc* da montagem de sua estrutura institucional a partir da análise da ação do vereador Abdul Haikal.

<sup>21</sup> Distritos se Emancipam. Folha da Cidade, fevereiro de 1990. Entrevista Abdul Haikal.

<sup>22</sup> Hipótese *ad hoc* é aquela criada para dar uma explicação para fatos que pareçam refutar a teoria estabelecida.

<sup>23</sup> Art. 1º Constituição da República Federativa do Brasil 1988 / Org.: Iracema Almeida Valverde, Carlos Sampaio, Dilene da Paz Gomes e Rosanie Martins da Veiga. – 2º ed. Atualizada até a EC nº 38, de 12/06/2002 – RJ: Expressão e Cultura, 2002, p. 17.

<sup>24</sup> O processo municipalista foi um dos fenômenos mais marcantes na dinâmica de redemocratização e descentralização do Estado brasileiro entre os anos 80 e 90. no início dos anos 80, o Brasil possuía... municípios, no final do anos 90 este número pulou para... e atualmente é de... Diante deste cenário, consideramos necessária uma análise dos desdobramentos da chamada reforma tributária ocorrida com a constituição de 1989 e do grau de efetivação da autonomia financeira e da gestão dos recursos públicos na política municipal.

## Referências Bibliográficas

- ORIGENS DA CRISE: O Estado autoritário e o planejamento no Brasil.** LIMA Jr. Olavo Brasil e ABRANCHES, S. Henrique. SP: Ed. Vértice, 1987.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação**, in: Lua Nova, 1994.
- AFONSO, José Roberto R. & SENRA, Nelson de Castro. **Despesa Pública. Competências, Serviços Locais, Descentralização: o Papel dos Municípios.** Texto para Discussão, nº 23, CEPP, jun.1994.
- ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**, SP:Atlas, 2002.
- ARRETCHE, Marta T. S **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas.** BIB, RJ: n.º 39, 1º semestre 1995, pp. 3-40
- ARRETCHE, Marta T. S. **Mitos da Descentralização: Mais Democracia e Eficiência nas Políticas Públicas**, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 31 (11), julho, 1996a: 44-66.
- ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas de Desenvolvimento Urbano na Crise: Descentralização ou Crise do Modelo BNH**, in: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; FRY, Peter. Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa. São Paulo, ANPOCS/Hucitec, 1995.
- AZEVEDO, Sérgio e PRATES, Antônio Augusto P. **“Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e ação coletiva.”** In. Ciências Sociais Hoje. SP: Vértice, Ed. Revistas dos Tribunais, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **“Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política”.** Ed. PAZ E TERRA, s/d.
- BOLETIM ESTATÍSTICO DA BAIXADA FLUMINENSE.** Co-produção, IPPUR, UFRJ, FASE.
- BOLETIM ESTATÍSTICO DA BAIXADA FLUMINENSE.** Co-produção, IPPUR, UFRJ, FASE. In. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. 1994.
- BREMAEKER, François E.J. A Evolução Do FPM: **A Principal Fonte de Recursos dos Municípios.** In. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM. S.d.
- CASTRO, Maria H. G. de. **“Interesses, Organizações e Políticas Sociais.”** In bib, ANPOCS. Edição Vértice, BIB, Rio de Janeiro, n.\* 31, 1991
- Constituição da República Federativa do Brasil 1988 /** Org.: Iracema Almeida Valverde, Carlos Sampaio, Dilene da Paz Gomes e Rosanie Martins da Veiga. – 2º ed. Atualizada até a EC nº 38, de 12/06/2002 – RJ: Expressão e Cultura, 2002, p. 17.
- DAHL, A Robert, **Um prefácio à teoria democrática.** RJ: Ed. Jorge Zahar. 1989.
- DANIEL, Celso. **“Poder local no Brasil urbano.”** In. Espaço e Debate, n.\*24 AnoVIII-1988.
- DINIZ, Eli. **“O Desafio da Democracia na América Latina.”** Org. Eli Diniz. IUPERJ.1996.
- FEDOZZI, Luciano. **Poder Local e Governabilidade: O caso de Porto Alegre.** In. Revista PROPOSTA, n.º 62. FASE, set.1994
- \_\_\_\_\_. **Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre.** Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE/IPPUR), 1997.
- HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites.** RJ: Jorge Zahar Editores, 1992
- HUNTINTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em Mudança.** SP: Edusp, 1975.
- IBAM- Instituto brasileiro de Administração Municipal.** Rio de Janeiro. Planejamento Municipal. In. Manual do Prefeito. 9.\*ed. rev. e atual.
- JACOBI, Pedro e NUNES, ÉDISON. **Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudança na teoria e na prática.** In. ESPAÇO e DEBATE. N.º10, SP: Ed. Cortez, 1984.
- LAMOUNIER, Bolívar. **A democracia brasileira de 1985 à década de 1990: a síndrome da paralisia hiperativa.** S/d
- LEAL, Victor Nunes. **“Coronelismo, enxada e voto: o Município e regime representativo, no Brasil.”** SP: Alfa - Omega, São Paulo, 1975.
- LEI n.\* 4.320**, de 17 de março de 1964. Contada [por] MACHADO Jr. Teixeira, e REIS, Heraldo da Costa. 31. ed.ver.atual. RJ: IBAM, 2003.
- MARTINS, Luis Gustavo, PRATES, José Eduardo, VIANNA, Marcelo. **Perfil Orçamentário da Baixada Fluminense** - 1996. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, (FASE/IPPUR), 1996.



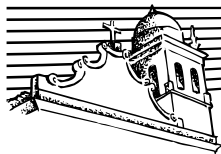
- O'DONNELL, **Democracia delegativa**. Novos Estudos CEBRAP, n.º 31, out.1991.
- OLIVEIRA, Jorge Florêncio de. (Org.) **Saneamento Ambiental na Baixada Cidadania e Gestão Democrática: Avaliação do Programa Reconstrução Rio na Baixada Fluminense**. FASE, 1995.
- PRATES, José Eduardo de S. **Cartilha Popular do Orçamento Participativo**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, (FASE/IPPUR), 1996.
- PRATES, José Eduardo de S. et alii. **Perfil Orçamentário da Baixada Fluminense 1997**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, (FASE/IPPUR), 1997.
- PUTNAM, Robert D. **“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.”** RJ: Editora FGV, 1997.
- REIS, Fábio Wanderley. **‘Governabilidade’ e instituições políticas**. S/d.
- RIBEIRO, Luís César (Coord.). **“Difusão e inovação da reforma urbana nos municípios brasileiros.” Resultados da pesquisa “Questão urbana, desigualdades sociais e políticas urbanas: avaliação do programa nacional de reforma urbana”**. IPPUR/FASE
- RIBEIRO, Luís Cesar (Coord.). **Avaliação da conjuntura social e das políticas públicas na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Relatório trimestral, Resulta 3. UFRJ/IPPUR (Observatório de
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves de. **“Reforma Urbana: um novo modelo de Planejamento e gestão das cidades?”** Coleção: Avanços e desafios. UFRJ/IPPUR, 1994
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **CIDADANIA E JUSTIÇA: A política social na ordem brasileira**. Ed. Campos. RJ:1979.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais**. In. SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, P. (Org.) **Uma revolução no cotidiano? (Os novos movimentos sociais na América Latina)**. SP: Ed. Brasiliense, 1987.
- Ver como se faz as referencias
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tânia Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio / ASAMIH, 2010.

**Capítulo de livro:**

- OLIVEIRA, Rafael da Silva. “Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre o seu crescimento latente”. In: Rafael da Silva Oliveira (Organizador). **Baixada Fluminense – Novos Estudos e Desafios**. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004. pp.17-47.

**Artigo de Revista:**

- AMARO, Tania. “Vilas de Iguazu e Estrela”. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias: CMD/ASAMIH, maio de 2010, ano 9, n. 10, pp. 35-46.



## ENCHENTES NA BAIXADA, APAGÃO DE VIDA

Fabio Pereira<sup>1</sup>

*“A população que vive no município com um PIB em torno de R\$ 20 bilhões, precisa ter direito à cidade. E o direito à cidade é mais do que um habitat, é o direito a habitar. O habitat liga-se à morfologia urbana, mas o habitar é uma atividade. Habitar é apropriar-se de algo, o que é bastante diferente de tê-lo como propriedade. Significa fazer do espaço sua obra, modelá-lo, apropriar-se dele”.*

Álvaro Ferreira

O apagão, infelizmente, não é só no setor elétrico. Uma história de desmatamento, assistencialismo, clientelismo e de marginais que chegam ao poder. Somam-se a isso décadas de ausência de políticas públicas em planejamento urbano, habitação popular e meio ambiente são as principais causas das recorrentes enchentes que, todo ano, sofre a Baixada Fluminense.

Não dá mais para ouvir setores da imprensa e governos culparem o clima e a população que mora à beira de rios como agentes de suas tragédias. É sabido que a Baixada Fluminense, como o próprio nome diz, é uma região que tem boa parte de suas terras abaixo do nível do mar e recebe as águas que escoam da Região Serrana, além de, naturalmente, as margens de seus rios sofrerem constantes erosões e inundações.

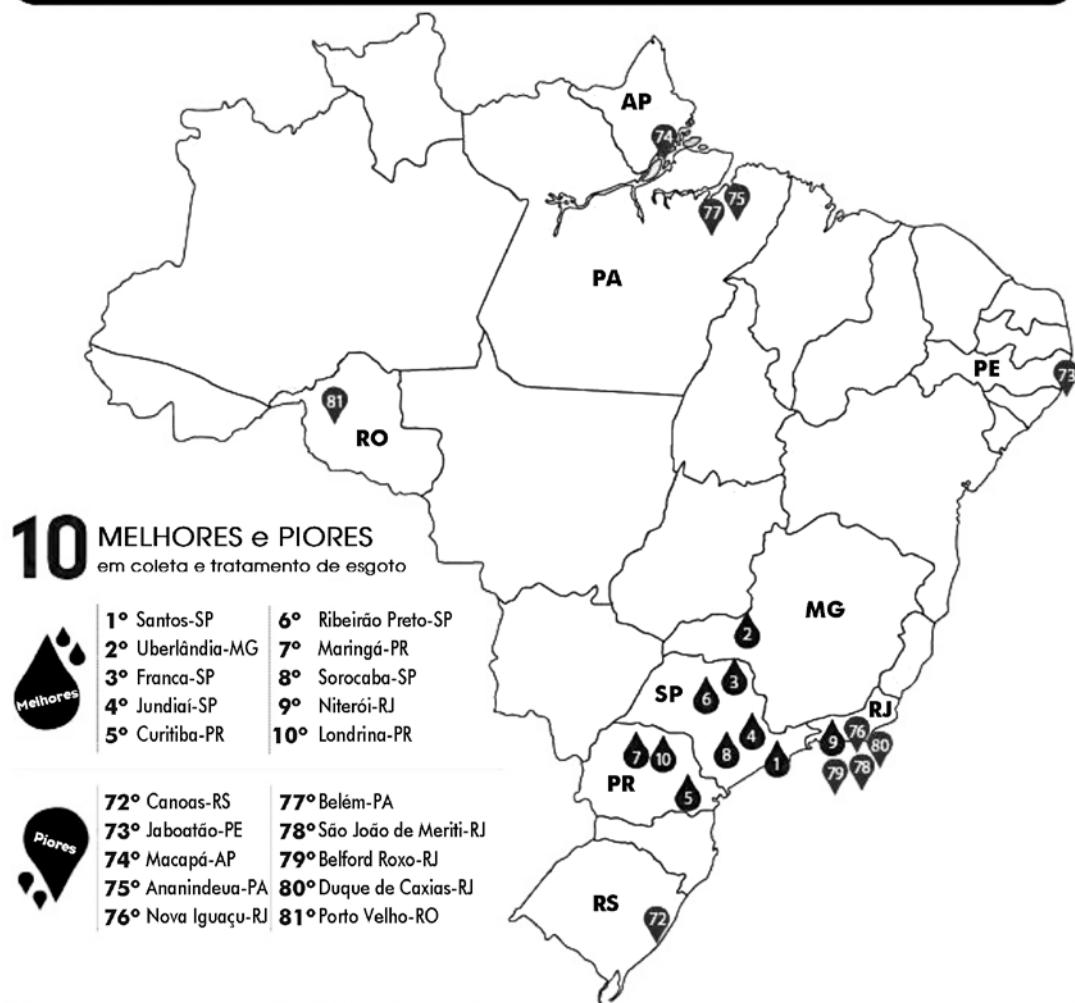
Não dá mais para ver governos e sociedade tratarem os desabrigados de forma precária em escolas ou galpões, com cestas básicas, roupas usadas e, assim que o noticiário conseguir a próxima desgraça que atraia seus vorazes consumidores, estas pessoas montarão novos barracos em áreas tão degradadas ou pior que a anterior, liderados por algum futuro vereador da cidade.

As políticas de pavimentação eleitoreira (capeamento asfáltico) de ruas e avenidas também contribuem para a diminuição do escoamento das águas, enchentes, desabamentos e elevação das temperaturas médias. Além de necessitar de um constante e custoso reparo pela sua rápida degradação e não realizar o fundamental: saneamento básico. Duque de Caxias, por exemplo, está entre as 15 piores cidades do Brasil em fornecimento de água tratada, onde menos de 80% da população tem acesso a este precioso bem e entre as 7 piores em tratamento do esgoto, com índice de tratamento igual a ZERO. Com esses índices, Caxias tem o segundo pior saneamento básico do Brasil. (Fonte: SNIS - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – Ranking 2009)

STATUS	10 MELHORES	10 PIORES
	<b>Se mantiveram no grupo</b>	Santos, Uberlândia, Franca, Jundiaí, Maringá, Sorocaba, Ribeirão Preto e Niterói
<b>Entraram no grupo</b>	Curitiba e Londrina	Macapá
<b>Sairam do grupo</b>	Brasília e Belo Horizonte	Rio Branco

<sup>1</sup> Professor de Geografia, fotógrafo, educador popular e palestrante. Foi líder estudantil quando os estudantes conquistaram o passe livre em Duque de Caxias, é professor voluntário no PVNC - Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Também é membro fundador da Associação de Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias. [fabiopereira@irmaos.com](mailto:fabiopereira@irmaos.com) [www.fabiopereira.wordpress.com](http://www.fabiopereira.wordpress.com)

**As 10 melhores e as 10 piores em coleta e tratamento de esgoto**  
**Avaliação dos serviços nas 81 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes**



Fonte: Instituto Trata Brasil com base na série do SNIS 2003 a 2009

*“um dos principais problemas que afligem a população do município de Duque de Caxias (RJ) é o saneamento básico. Tal ação pressupõe o tratamento e abastecimento da água, assim como o da rede de esgoto. Verifica-se que, em muitos casos, as redes de abastecimento de água e o tratamento de esgotos são montadas, mas não chegam às residências, causando transtornos diversos à população. (...) Portanto, ter acesso à água é um direito de todos pelos motivos mais do que conhecidos (sobrevivência do homem), mas quando não tratada e não distribuída (e muitas vezes cobrada) esta se constitui em um vetor de transmissão de doenças e de problemas políticos locais, como ocorre na Baixada Fluminense, uma das regiões mais afetadas, no território fluminense, por doenças infectocontagiosas que causam altas taxas de mortalidade”. A GESTÃO MUNICIPAL DA SAÚDE PÚBLICA EM DUQUE DE CAXIAS (RJ): SUSTENTABILIDADES E IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA Rosana Cristine Machado de Oliveira (Fonte: [http://www.nima.puc-rio.br/noticias/livro\\_educacao\\_ambiental\\_duque\\_de\\_caxias.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/noticias/livro_educacao_ambiental_duque_de_caxias.pdf))*

A dependência quase que exclusiva de uma única forma de transporte de massas, o rodoviário, amplia o problema da mobilidade urbana nos períodos de forte chuva. Pensar em alternativas de transportes de massas – sobre trilhos e hidrovias – associado a uma radical política de

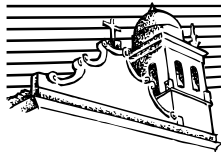
Já passou da hora de pensarmos planejamento e desenvolvimento urbano com seriedade, no curto, médio e longo prazo e em associação com as dinâmicas ambientais particulares de nossa região. Essa lacuna de planejamento dificulta o diagnóstico do déficit habitacional na região a partir de um estudo da estrutura geológica dos solos. É insignificante, à luz da necessidade, a aplicação de recursos municipais, estadual e federal com programas de habitação popular e sustentável.

*“o uso do espaço tanto para moradias como para atividades produtivas ocorreu sem levar em consideração a necessária preservação dos elementos naturais, evidenciando suas consequências na qualidade de vida da população. A sociedade e o ambiente natural sofrem por usos do espaço, como as indústrias, que descarregam no solo ou no ar seus resíduos, acentuando a degradação e aumentando os riscos para a vida. Além do desmatamento, deterioração dos recursos hídricos e ocupação em terrenos insalubres, esse ordenamento territorial não foi acompanhado por infraestrutura e medidas de saneamento. (...) são expressivos os problemas enfrentados pela população em relação ao acesso à água potável, ao esgotamento sanitário e à coleta diária do lixo”. Regina Célia de Mattos, “Educação Ambiental: por que e para quê?”, pág. 90, artigo publicado na publicação: “Educação Ambiental: Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no município de DUQUE CAXIAS, 2009, NIMA Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente, PUC-RJ.” (Fonte: [http://www.nima.puc-rio.br/noticias/livro\\_educacao\\_ambiental\\_duque\\_de\\_caxias.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/noticias/livro_educacao_ambiental_duque_de_caxias.pdf))*

Soma-se a isso a falta de uma política integrada da região – e dentro dos próprios municípios – de cuidado com a restauração e preservação das matas ciliares nas margens dos principais rios da Baixada. É necessário um mapeamento das áreas de enchentes para estudá-las, perceber as especificidades geradoras de cada local para buscar soluções. Os paliativos genéricos e questionáveis da engenharia não dão conta de entender a multiplicidade dos fenômenos naturais. A imediata criação – tanto pelo estado, quanto pelos municípios da Baixada – de órgãos de monitoramento das encostas e das margens de rios é urgente. A preservação do meio ambiente não somente diminuiria – e muito! – as consequências das chuvas, mas reduziria os investimentos em programas de despoluição e geraria maior qualidade de vida para a população do entorno. Quer saber o efetivo compromisso das prefeituras com as questões ambientais? Comece pelo orçamento das secretarias municipais de meio ambiente. Perceberá que a pasta, infelizmente, é muito mais de retórica, produtora de eventos, fatos e acomodação política do que para pensar políticas públicas e executá-las.

É preciso que governos e a população tenham verdadeiro arrependimento: não dá mais para construirmos cidades que ceifam vidas, destroem a natureza, tratam a cultura com migalhas do orçamento, cada vez mais pioram seus serviços de saúde, educação, transporte e segurança pública. E mascaram esta realidade com asfalto, tintas, obras de praças e retoques milionários nos centros urbanos, enquanto que passamos indiferentes pelos meninos e meninas nos sinais, que clamam por vida – e vida com dignidade, justiça e paz.





**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS  
DO INSTITUTO HISTÓRICO**

**- 2012 -**

**A** Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades auxiliar na aquisição de acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e estimular a captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

**A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO  
ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS.  
VENHA PARTICIPAR!**



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO  
INSTITUTO HISTÓRICO



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO  
INSTITUTO HISTÓRICO

2011 / 2012

### **CONSELHO DELIBERATIVO**

#### **Efetivos**

PAULO MAINHARD **Presidente**  
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ **Vice-Presidente**  
ARISTIDES MULIN  
GENESIS TORRES  
GILBERTO SILVA  
GUILHERME PERES  
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA  
LAURY DE SOUZA VILLAR  
STÉLIO LACERDA  
AGRINALDO FARIAS  
DALMAR LÍRIO MAZINHO  
DE ALMEIDA FILHO (Presidente da CMDC - membro nato)  
Secretário de Cultura (membro nato)  
Secretária de Educação (membro nato)

#### **Suplentes**

MARLUCIA SANTOS SOUZA  
ALEXANDRE MARQUES  
BETO GASPARI  
ANDRÉ OLIVEIRA  
WASHINGTON LUIZ JUNIOR  
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA  
MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL  
JOSUE CARDOSO  
ROSA LEITE

### **CONSELHO FISCAL**

#### **Efetivos**

MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO  
NEWTON MENEZES  
CARLOS DE SÁ BEZERRA

#### **Suplentes**

JOSÉ ROGÉRIO OLIVEIRA  
ALBANIR JOSÉ DA SILVA  
ODLAN VILLAR

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Executivo** NIELSON ROSA BEZERRA  
**Secretário** ANGELO MARCIO DA SILVA  
**Tesoureiro** MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA  
**Diretora de Pesquisa** TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA (Diretora do Instituto Histórico - membro nato)



**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

**16ª Legislatura: 01/01/2009 a 31/12/2012**

*Presidente: DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO - Mazinho*  
*1º Vice-presidente: ADEMIR MARTINS DA SILVA - Ademir Martins*  
*2º Vice-presidente: MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE - Leide*  
*1º Secretário: MOACYR RODRIGUES DA SILVA - Moacyr da Ambulância*  
*2º Secretária: JULIANA FANT ALVES - Juliana do Táxi*

*CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - Carlos de Jesus*  
*CLÁUDIO CESAR RODRIGUES PEREIRA - Tato*  
*DENILSON SILVA PESSANHA - Maninho do Posto*  
*DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR - Junior Reis*  
*EDUARDO MOREIRA DA SILVA - Eduardo Moreira*  
*EVANGIVALDO SANTOS SOARES - Grande*  
*FRANCISCO DOS SANTOS - Chico Borracheiro*  
*JOAQUIM JOSÉ SANTOS ALEXANDRE - Quinzé*  
*JOSEMAR LUCAS FERREIRA PADILHA - Josemar Padilha*  
*MARCELO FERREIRA RIBEIRO - Marcelo do Seu Dino*  
*MARCOS FERNANDES DE ARAÚJO - Marquinho Oi*  
*MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA - Gaete*  
*MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA - Fatinha*  
*NIVAN ALMEIDA - Nivan*  
*ORLANDO JOSÉ DA SILVA - Orlando Silva*  
*RICARDO CORRÊA DE BARROS - Ricardo da Karol*

*Diretora Geral da CMDC: INGRID JUNGER DE ASSIS*



## Município de Duque de Caxias

